



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**INSTITUTO DE PSICOLOGIA**  
**Programa de Pós-Graduação em Psicologia - Mestrado**  
**Área de Concentração: Psicologia Aplicada**

*Ana Beatriz Werner*

**O FEMININO, AS MULHERES E AS INFÂNCIAS**  
**PÚBLICAS: UMA CIRANDA DE PEDRA?**

**UBERLÂNDIA**  
**2006**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

*Ana Beatriz Werner*

**O FEMININO, AS MULHERES E AS INFÂNCIAS  
PÚBLICAS: UMA CIRANDA DE PEDRA?**

UBERLÂNDIA  
2006

*Ana Beatriz Werner*

**O FEMININO, AS MULHERES E AS INFÂNCIAS  
PÚBLICAS: UMA CIRANDA DE PEDRA?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Aplicada do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para a obtenção do título de mestre em Psicologia Aplicada.

Eixo temático: Psicologia da Intersubjetividade

Orientador: Prof Dr João Luiz Leitão Paravidini

UBERLÂNDIA  
2006

### FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UFU - Setor de  
Catalogação e Classificação - mg / 10/06

W492f Werner, Ana Beatriz, 1977-

O feminino, as mulheres e as infâncias públicas : uma Ci-  
randa de Pedra? / Ana Beatriz Werner. - 2006.

117 f.

Orientador: João Luiz Leitão Paravidini.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal  
de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em  
Psicologia.

Inclui bibliografia.

1. Psicanálise - Teses. 2. Crianças abandonadas - Teses.  
3. Assistência a maternidade e a infância - Teses. I. Paravidini,  
João Luiz Leitão. II. Universidade Federal de Uberlândia. Pro-  
grama de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDU:

159.964.2

Aos meus pais, por terem me dado o direito à vida. Às minhas avós que me ensinaram a fazer arte. Ao meu analista que pôde escutar a menina, a mulher, a mãe. Ao meu orientador que tem “alma de mulher”. Ao Miguel que ainda está por vir. A todas as feminilidades que me inspiram.

## **AGRADECIMENTOS**

À Universidade Federal de Uberlândia e ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Psicologia pela possibilidade de viabilizarem a realização desse curso.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior que sustentou grande parte da pesquisa realizada.

À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Lúcia Castilho Romera pela sua presença no início desse estudo.

Ao meu orientador Prof. Dr João Luiz Paravidini que me acompanhou todo o tempo nessa caminhada maestra.

À Marineide D S Cabral que, com sua dedicação e ternura, foi meu anjo da guarda de todas as horas.

Aos meus amigos presentes em discussões inflamadas, que embalaram as aulas, e também os intervalos de espera e de elaborações de idéias. Às minhas queridas amigas de clínica com nossas conversas e sobremesas, com nossas conversas como sobremesas: “papos de cozinha”.

Aos que me forneceram os depoimentos que fizeram parte deste trabalho.

Aos meus queridos pai, mãe, irmão e irmã que me acompanham na jornada chamada viver.

*Há muitas coisas que me foram transmitidas em  
artesanATO.  
Minha avó materna me ensinou fazer fuxico.  
Minha avó paterna me ensinou fazer ponto segredo.  
Do fuxico fiz colcha de retalhos  
Dos estilhaços de panos rasgados  
Das mãos calosas  
Ponteados de tramas de sonhos.  
Do ponto segredo  
Enlacei um xale para a dança  
Gitana, nômade, sem parada.  
Meu casulo.  
Um porto seguro.  
Faço versos de rimas pobres  
Conto estórias de histórias  
Rimas de mulheres de grandes sertões  
Analfabetas das letras  
Caipiras de pés descalços  
Domésticas rimas.*



## **RESUMO**

Esta pesquisa de mestrado partiu da escuta do universo dos abrigos de proteção para a Infância e a Juventude em “situação de risco social”. Deste universo, podemos levantar a hipótese de que circule, ali, um discurso institucional específico sobre o Feminino, representado pela imagem da mulher denegrada, estigmatizada e marginalizada. Essa imagem da mulher corresponde, principalmente, à mãe da criança abrigada. Desde as origens das instituições de abrigo para crianças abandonadas, no advento da Modernidade, já circulava um discurso sobre o Feminino e sobre as mulheres que ali deixavam por diferentes razões. Essas instituições tiveram como paradigma à Roda dos Expostos, uma estrutura da arquitetura moderna era constituída por uma caixa giratória cravada em um muro de pedra. Na caixa, podiam-se deixar os bebês e as crianças maiores, durante a madrugada, para que fossem cuidados pelas igrejas e hospícios da Europa do século XVIII. Este ato foi identificado culturalmente como das mulheres, mães dos expostos, reconhecidas como adúlteras, infratoras, ou “que não perseguiram os desígnios de Deus, por se negarem a seguir seu instinto maternal”. Portanto, estas mulheres estariam fora da ordem social da família burguesa, bem como fora da ordem moral da igreja católica. Onde haveria um lugar para elas no discurso social? Que lugar a mulher que “abandona” um filho vem a ocupar no imaginário coletivo? Buscamos interrogar, assim, a respeito do que poderá ter permanecido ou transformado, desde as rodas dos expostos, até às atuais instituições de abrigos, das formas de se conceber os sentidos sobre as mulheres e suas feminilidades.

**Palavras-chaves:** abandono, mulheres, psicanálise.

## **ABSTRACT**

This research deal with the universe of the Childhood and the Younth in the social risk's situations. We can raise the hypothesis that a specific institucional speech about the women circulates over there. Then, several images of the denigrated woman were constituted. These images of the women correspond to the sheltered children's mother. Since the origins of the institutions of shelter for abandoned children, in the advent of Modernity, it already circulated a speech on the women and their maternal's behaviors. They had been accused to leave their children in the doors of the hospices and churches of the Europe of century XVIII, during the dawn, to anyone take care them. "They didn't follow the designs of God", somebody said, they denied to follow their "maternal instinct". Therefore, these women must be out of the bourgeois family's social order. Where could have a place for them in the social speech? The woman who abandons a child comes to occupy a denied place in imaginary collective speech? We search to interrogate what could be changed or be transformed, since the hospices and churches's time until the current institutions of shelters.

**Key words:** women, abandonment, psychoanalysis.

## SUMÁRIO

<b>1. CIRANDA, CIRANDINHA, VAMOS TODOS CIRANDAR VAMOS DAR A MEIA VOLTA, VOLTA E MEIA VAMOS DAR .....</b>	<b>09</b>
1. 1. Sobre algumas cirandas urbanas .....	09
1.2. Da experiência pelos abrigos: sobre a Ciranda de Pedra nas rodas das Infâncias Públicas .....	12
<b>2. O FEMININO, AS MULHERES E A MODERNIDADE .....</b>	<b>19</b>
2.1 O atentado ao monarca Luís XV e o horror de Damiens à irrupção do feminino .....	19
2.2 Cai o rei de espadas cai o rei de ouros cai o rei de paus e cai não fica nada .....	26
2.3 Sobre a sexualidade feminina: só as mães podem ser felizes .....	36
2.4 Do <i>foyer</i> revolucionário a um <i>foyer</i> para as mulheres no advento da modernidade ...	47
2.5 Sobre os hospícios e sobre a roda dos expostos .....	57
2.6 Da Filantropia e da caridade iluminada e esclarecida .....	75
2.7 Patologização da Infância .....	83
2.8 A institucionalização de crianças no Brasil .....	89
2.9. Quem são aqueles que organizam as Cirandas de Pedra na cidade de Uberlândia?.....	99
<b>3. O FEMININO COMO PARADIGMA NO ENCONTRO DA CULTURA COM AS MULHERES .....</b>	<b>110</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>116</b>

# 1. CIRANDA, CIRANDINHA, VAMOS TODOS CIRANDAR VAMOS DAR A MEIA VOLTA, VOLTA E MEIA VAMOS DAR<sup>1</sup>

## 1.1 Sobre Algumas Cirandas Urbanas

Cirandas, cantigas de *roda* não nos remetem à Infância? Essas cantigas de roda que nos marcaram os tempos de meninice. “Criança que é criança (...)” cantarola cantigas de *roda*. As crianças cantarolam essas cantigas... Canções perdidas em algum lugar do passado. Embora perdidas, logo são desveladas em nós, adultos, no contato com esses pequenos. E, essas cantilenas que me puxaram, me convidavam a entrar na *roda*, enquanto eu caminhava por uma trajetória de imersão em cotidianos de instituições para Abrigos de crianças e jovens “em situação de risco social”, pela cidade de Uberlândia. Essas crianças e jovens, que se davam as mãos, que me davam as mãos, e me puxaram para a *roda*, e que me impulsionavam a girar, a girar com eles. Vamos embaladas, eu e eles... Foram eles que me convidavam a entrar nesta “Ciranda-maestra”. E o quê eles me diziam?

Girar com eles, nas canções de suas trajetórias de vida, muitas vezes marcadas por movimentos, me impôs “riscos”, de tornar meus passos largos demais. Pelos cotidianos nos Abrigos, muitas vezes, acabei sentindo a intensidade de seus movimentos, o que me deixava tonta, por não saber bem o quê eu fazia ali diante delas. O que eu queria junto a essas crianças?

Várias vezes eles me fizeram sentir pulando para fora do eixo dessa ciranda! Em algumas ocasiões, pelo compasso da *roda*, acabava eu mesma, por me sentir arriscando muito, querendo saber, muito apressadamente, sobre o impulso daquelas crianças em “risco” nas rodas sociais. Suas rodas tinham quase o ritmo de um redemoinho! Outrora, a *roda* acabava por tomar lentas movimentações, e quase não me fazendo sair do lugar. Sentia que este era o movimento também de algumas crianças. Muitas delas se

---

<sup>1</sup> Esta é uma cantiga de roda popularmente conhecida no Brasil.

implicavam na *roda* da vida por um tênue fio, composto de histórias tristemente dolorosas...

Contudo, a *roda* pôde vir embalando, com suas cantigas, até este momento, os meus intentos e idéias de escrever sobre as crianças e os adultos.

Se essa rua, se essa rua fosse minha / Eu mandava, eu mandava  
ladrilhar / Com pedrinhas com pedrinhas de brilhante / Para o meu,  
para o meu amor passar / Nessa rua, nessa rua tem um bosque / Que se  
chama, que se chama solidão... / Dentro dele dentro dele mora um  
anjo / Que roubou que roubou meu coração”<sup>2</sup>

Enquanto circulava por tais abrigos, circulava pela cidade e imagens urbanas iam me afetando. As linhas de ônibus que eu tomava para chegar até esses lugares de Abrigo me revelavam os vários movimentos que se configuram a cidade: nas falas dos transeuntes, nas imagens das pessoas em suas casas, nas ruas dos bairros periféricos... Movimentos que aguçavam, também, minha curiosidade, desde as janelas daqueles ônibus. A cidade se apresentou para mim por seus becos, cruzamentos de esquinas, por suas praças, seus dizeres. Foram os sentidos que a cidade pode me provocar, sentidos que, pela rotina, acabam por se banalizarem.

A cidade, assim, me apresentou, em uma tarde morna de domingo, quatro jovens que se encontravam no cruzamento de esquinas. Esquinas famosas, que levam os nomes e sobrenomes de homens importantes dessa cidade. Uma encruzilhada. Não se sabia se eram meninos ou meninas. Três deles estavam em *roda*, com seus corpos envergados para o centro, envoltos numa cortina reluzente. Da origem do brilho de fogo, eles inspiravam uma fumaça que nascia daqueles rastros metálicos de luminosidade. Mais adiante, quando o ônibus em que eu estava, me aproximou da cena, e avistei outro pequeno ser e, envolvido por um fino cobertor, em posição de encolhimento, parecia tremendo, *exposto* ao relento, e aos olhos dos transeuntes daquelas avenidas.

Na segunda-feira – o início de mais uma jornada cotidiana onde a escola retoma a vidas das crianças, e o trabalho invade sem perdão a vida dos adultos. Na Praça Rui Barbosa ou, como mais popularmente é conhecida, a Praça da Sorveteria, ou ainda, Praça do Rosário, onde se situa a Igreja da Nossa Senhora do Rosário, palco do movimento do Congado, festa popular da cidade de Uberlândia, uma cena se desenrolava.

---

<sup>2</sup> Outra cantiga, esta é de ninar, também conhecida popularmente no Brasil.

Se, de um lado da praça, existia uma sorveteria, muito conhecida por ser um ponto de encontro onde os pais levavam suas crianças para se lambuzarem de sorvetes e balas coloridas, nos domingos amenos, existia também, um movimento muito peculiar do outro lado da praça. Havia uma casa muito bonita, no canto da praça. Há algum tempo, esta casa já guardou inúmeros encontros humanos: foi ponto de agitados bares, e também de um restaurante italiano. Mas, naquele momento, a casa parecia ter seu interior desalojado. Interior desalojado? Chegando mais perto, podíamos ver melhor que este interior (a)colhe alguns inquilinos: uma comunidade extensa de garotos e garotas se encontrava na varanda de uma casa aparentemente abandonada.

Cena urbana, os meninos e as meninas estavam, então, na varanda da casa. Eles se encontravam bem entrosados em um círculo – uma espécie de *ciranda de roda*. No centro do círculo, havia latas de alumínio. Latas que pareciam ter guardado, outrora, um produto como leite-em-pó. Descartadas, elas agora serviam para fazer um fogareiro. Chamas no fogareiro, um brilho de metal próximo à face, a fumaça.

Cortina de fumaça. As latas-de-leite-vazias-descartadas, agora quentes, cheias de fumaça! Descartáveis latas... ou crianças descartadas? Ao redor das latas-de-leite-quentes-e-vazias-e-descartadas, aqueles meninos e meninas se encontravam em uma *ciranda de roda de pedra*, uma *ciranda-de-pedra-de-craque*. A fumaça preenchendo, assim, na lata da cabeça, o lugar vazio.

Esse grupo de jovens é vizinho da casa onde vivo o ofício da clínica em Psicanálise. Entro na casa, rituais de costume, acendo um incenso, abro a janela, avisto minha paisagem matutina: um muro bonito, daquela trepadeira chamada hera, que separa a casa onde me encontro, da casa dos meus vizinhos. Do lado de cá, ouço-lhes. São meninos e meninas, barulhentos, a falarem sem pausas, coisas diversas, sons radiantes. Parecia uma festa! Ouço-lhes porém não posso escutá-los. O que acontecia ali, por detrás daquele muro, que separam as residências entre si e que a bela *hera* recobre? O que acontecia por detrás daquele muro que eu lhes ouço, mas não os posso escutar?

## 1.2. Da experiência pelos abrigos: sobre a Ciranda de Pedra nas rodas das Infâncias Públicas

“Vapor barato, um mero serviçal do narcotráfico / Foi encontrado na ruína de uma escola em construção / Aqui tudo parece que é ainda construção e já é ruína / Tudo é menino e menina no olho da rua / O asfalto, a ponte, o viaduto ganindo para a rua / Nada continua / E o cano da pistola que as crianças mordem / Reflete todas as cores da paisagem da cidade que é muito / Mas muito bonita e mais intensa do que no cartão postal”<sup>3</sup>

Desde que entrei, como voluntária, na trajetória das crianças e jovens na chamada “situação de risco social”, me encontrei imersa em inúmeros questionamentos, o que me impulsionou a escrever este estudo. Cheguei a esse universo das Infâncias Públicas<sup>4</sup> através da imersão nos abrigos de Uberlândia, Minas Gerais. Nessa ocasião, que se estabeleceu no período de oito meses, no ano de 2003, tive a oportunidade de participar como voluntária do cotidiano institucional dos abrigos, além de falar com vários profissionais que trabalhavam, na área de proteção à Infância e à Adolescência.

O voluntariado no Brasil é um modo de relação entre os cidadãos que ganha força, mas é destituído de uma espécie de identidade profissional. Por não ser profissional, se torna um vale tudo em nome do “bem-estar” dos que são alvo do trabalho voluntário. Como um mandato social, uma saída para se dissolver as diferenças marcadas pelo capitalismo global, o risco dessa prática social é de se perder as fronteiras identitárias que organizam as instituições, e também se constitui como forma de exercer controle sobre os focos de oposição, tudo em nome da crença de que, as barbáries do mundo contemporâneo serão solucionadas pelo lema “a união faz a força”. Como, para mim, essa idéia ainda não era clara, aceitei o convite de “trabalhar” voluntariamente percorrendo os abrigos dessa cidade.

---

<sup>3</sup> VELOSO, Caetano. **Fora da ordem**. Disponível em: <<http://www.kazaalite.nl/en/>>. Acesso em: 22 jan. 2005.

<sup>4</sup> Infâncias Públicas é uma expressão de Mercedes Minnicelli para definir todos os grupos de crianças e jovens que, por motivos variados, caem na trama da Rede de Proteção à Infância e à Juventude, tornando-se, assim, enodados pela novela das instituições de acolhimento. MINNICELLI, M. **Infâncias públicas: no hay derecho**. Buenos Aires: Centro de Publicaciones Educativas y Material Didático, 2004.

Esse trabalho voluntariado foi se constituindo primeiramente pela tarefa de observação da “rotina” dos abrigos, no que diz respeito às refeições, às tarefas de classe, às tarefas dentro da casa. Também se observou nesse trabalho as visitas que os familiares faziam aos jovens abrigados. Em cada encontro, o que se impunha entre mim e as crianças, era uma busca de minha parte por entender a dinâmica das realidades psíquicas dos moradores, jovens crescidos sob a tutela das Instituições de Abrigos, jovens crescidos sob o cunho da palavra “abandono”. E neste embalo, cirandando pelos abrigos, descobria algumas razões que levava cada criança a viver sob esse tipo de proteção. Mesmo sabendo dos acontecimentos familiares, emergia algo da minha compaixão quanto aos jovens e seus pais. Se tais circunstâncias são vividas por esses jovens em sua própria esfera familiar, podemos pensar que haja, um (des)encontro, de uma dificuldade de viver que existia entre uma criança e seus adultos familiares. Onde os abrigos se situavam na organização na Rede de Assistência à Infância e à Juventude? Qual seria a função subjetiva dos abrigos para as crianças e jovens que, por inúmeros motivos, iam ser levados ao circuito judicial, o que incluiria o abrigo como intervenção pública na vida privada das famílias em questão?

A institucionalização de crianças e jovens é regida por seu discurso, que oriunda de uma série de outros discursos sociais. Isso aponta para uma espécie de território de tensão limítrofe, pois, são esses discursos que vão enredar o destino institucional da criança: são eles que tramam as histórias de vida e o estar no mundo a partir desse olhar constituinte vindo do Outro<sup>5</sup>. A verdade familiar, de um lado, a verdade do Judiciário do outro. Verdades que se chocam e se confrontam num palco – a própria criança. Entre a Infância do Judiciário e a Família existe a criança.

Representado pelas instâncias responsáveis pela “captação” dos jovens, o Discurso do Poder Legislativo faz uma leitura da condição em que as crianças e jovens se encontram. Essa função é bastante complexa, visto que nessas circunstâncias de violência e abandono, o Poder Legislativo pode expropriar o direito dos pais sobre a guarda da criança. Grande parte das populações dos jovens nos Abrigos se encontra sob tal condição. Por meio de denúncias feitas pela própria comunidade aos Conselhos Tutelares dos municípios brasileiros, uma equipe de Conselheiros é acionada e assume a

---

<sup>5</sup> Tomamos uma observação de Nazir Hamad para significar o que venha ser o Outro: “‘Outro’ com O maiúsculo é um conceito introduzido por Jacques Lacan para identificar o lugar a partir do qual, na relação linguageira, se constitui o sujeito, e que o introduz na ordem do simbólico. Segundo Lacan, ‘o Outro é o lugar onde tem origem a fala do sujeito’”. DOLTO, F. **Destinos de crianças:** adoção, famílias de acolhimento, trabalho social. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. XIII.



responsabilidade de apurar as denúncias, procurar as causas, esboçar um quadro situacional da criança em relação aos adultos, e encaminhá-la para as instituições de acolhimento.

Através do reconhecimento do comportamento familiar como um “delito”, ou seja, como crime que merece condenação, o Conselho Tutelar, representante legislativo mais próximo da instância familiar, vai com a Polícia Militar até o local do “crime”, onde vários tipos de comportamentos dos adultos familiares são submetidos a um boletim de ocorrência por serem flagrados em situação criminosa. Ratifica-se o grau de periculosidade da permanência da criança ou do adolescente junto à Família, o que vem a ser chamada de “situação de risco social”.

Desde sua constituição, o ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente<sup>6</sup>, lei federal brasileira, criada em 1990, vêm implantando linhas de ação política para o atendimento dos direitos humanos desse público. O atendimento aos direitos da criança e do adolescente é constituído por um conjunto de ações governamentais e não-governamentais, que se realizam por linhas de ação políticas. Elas se constituem por: políticas sociais básicas; políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo; serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão; proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.<sup>7</sup>

De acordo com o ECA, devem ser constituídas, em nível municipal, estadual e federal, entidades que coloquem em práticas tais linhas de ação políticas. Tais entidades têm como dever o planejamento e execução de programas de proteção, que são sintetizadas em: orientação e apoio sócio-familiar; apoio sócio-educativo em meio aberto; colocação familiar; *abrigo*; liberdade assistida; semiliberdade; internação. Os abrigos se configuram, dessa forma, como medida de ação política e social, que executam de programas de acolhimento e proteção à Infância e à Adolescência.

As instituições que promovem os programas de abrigo são, em sua maioria, organizações não-governamentais, mantidas por instituições religiosas e/ou filantrópicas, ainda que existam as governamentais mantidas pelo Estado. Todas elas têm a função de acolher crianças e adolescentes, afastando-as do meio familiar, uma vez que é confirmada a infração e detectada a violação dos seus direitos promulgados pelo

---

<sup>6</sup> BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.eca.org.br/eca.htm#texto>. Acesso em: 7 dez. 2004.

<sup>7</sup> Ibid. Acesso em: 7 dez. 2004.

ECA. Toda vez que forem detectadas ameaças ou violações em seus direitos, por meio das entidades, como por exemplo, dos conselhos tutelares, o ECA pode entrar em ação como mediador das relações sociais, mesmo que sejam os atores os próprios pais ou responsáveis, o Estado ou qualquer pessoa da sociedade civil. Assim, o ECA tem, como cargo social, o dever de ordenar ou mesmo intervir, em toda relação social que se estabelece entre o adulto e a criança e/ou o jovem.

A execução de um estatuto como o ECA representou uma série de conquistas sociais, almejadas, já algum tempo, pelos Direitos Humanos no Brasil. Segundo os profissionais, uma das maiores conquistas foi o desmantelamento das grandes instituições, totalizantes e totalizadoras: dos grandes asilos para “menores abandonados”, para as pequenas instituições de abrigos e internação para crianças e jovens “em situação de risco social”. Segundo tais profissionais, o desmantelamento das grandes instituições teve como objetivo, principalmente, a proposta de atenção integral para a criança e o adolescente, visando uma maior aproximação dos cuidados às eles, de modo a assegurar a proteção global aos abrigados, desde a promoção do desenvolvimento físico, até psicológico das crianças e jovens.

Por certas razões, as crianças vinham a ser abrigadas. Embora cada criança e cada jovem apresentassem uma história singular, pude observar que, cada história relatada de suas vidas, aparecia uma jornada marcada por condições de negligência e por condições sistemáticas de *abandono*, tanto do ponto de vista físico-material, como do ponto de vista psíquico. Abandono e negligência exercidos pelos próprios adultos familiares. Tais condições de abandono são reais, muitas vezes, são oriundas de situações muito precárias de vida e de existência humana.

Essas experiências de abandono eram relatadas por episódios, como por exemplo, de uma mãe que era indiferente quanto aos cuidados do seu bebê, com a amamentação, com as trocas de fraldas, com o embalado de um colo. Muitas vezes, o bebê era deixado, por horas, solitariamente. Então, este bebê ficava doente, e um vizinho ia denunciar a mãe por maus-tratos. Outro episódio: os pais que saíam para trabalhar, e deixavam as crianças, pensando que estas iriam para as escolas, enquanto essas não compareciam às aulas, e ficava a maior parte do tempo nas ruas.

Outra situações, em que os próprios pais colocavam seus filhos na mendicância pelas ruas, à exposição de experiências com entorpecentes, colocando-os para exercer atividades de pequeno comércio pelos semáforos, ou mesmo pequenos furtos, fazendo com que as ruas fossem seu local de moradia. E ainda, podíamos escutar histórias de

crianças e jovens que viviam situações como aquelas acima descritas, e que ainda, eram alvo de modalidades de violência, tais como espancamentos, castigos físicos severos, prisão domiciliar, expulsão da criança do lar, depreciação verbal e humilhação. Muitas crianças também passavam por situações de violência e de exploração sexual, como a prostituição informal, ou mesmo o incesto parental, e/ou fraternal.

E, por meio deste indicador, o da *repetição sistemática do mesmo enredo familiar*, pode-se pensar que haveria um círculo contínuo incorruptível, entre pais e filhos, de heranças simbólicas de miserabilidade humana, isto é, uma transmissão de marcas psíquicas em degenerescência, por via da rede simbólica dessa micro-cultura familiar: por falas, por modos de operar o desejo que anima o ato, pelo lugar que veio a ocupar esta criança na vida de representação dos seus pais, etc?

Assim, se por um lado, poderíamos apreender a história de vida das famílias envolvidas na rede de proteção à Infância e à Adolescência, pela via da descendência - dos filhos - analisando a situação familiar por meio das histórias, dos fatos e das situações das crianças e jovens que estão nos abrigos, por outro lado, podemos considerar as famílias, apreendendo tais histórias por via da linha da ascendência, isto é, pelas histórias de vida dos pais e familiares dessas crianças. Nessa perspectiva, um dado importante nos serve como indicador da existência de uma herança simbólica: muitos pais e mães também viveram sob as mesmas condições sistemáticas de negligência, violência e abandono, em uma trama familiar triste e dolorosa.

Sabemos que existem marcas psíquicas tais que o tempo cronológico não pode apagar, isto é, o que não se pode romper de modo operacional, no ato de desarticular esta família ou aquela família, separando pais e filhos. Vivência que produz memória e que o trabalho social, filantrópico-público, não pode dar conta de aplacar com roupas, mantimentos e cadernos escolares. Portanto, é importante notar que tais experiências de negligência ou dos maus-tratos vividas por crianças e jovens abrigados não são encobridoras da dificuldade que as instituições de abrigos apresentam, de assunção de mecanismos contenedores e transformadores da realidade contemporânea das crianças e jovens. Tentam-se explicar a conduta do abrigado, por via da sua experiência familiar, assim toma-se a questão simplesmente por uma única perspectiva, imediatista, posto que seja recusada a oportunidade de se questionar a própria função dos abrigos para o público atendido.

Será que os abrigos seriam capazes, por meio de seus representantes, aqueles que se ocupam da Rede de Proteção da Infância e da Juventude, será que os adultos que

estão com a autoridade tutelar da criança ou do jovem poderiam, por meio das suas falas e fazeres, aplacar, transformar ou reconstituir as subjetividades daqueles que tiveram vivências familiares marcadas em profundidade, isto é, desde o princípio de sua constituição psíquica?

Nessa ocasião de trânsito pelos abrigos, foi possível escutar vozes, conceitos, estigmas, denominações proferidas pela própria instituição de abrigo quanto às *mães de nascimento* das crianças e dos jovens. Em várias ocasiões, as falas dos adultos tutelares agregavam termos figurativos, em torno das figuras e imagens das mães dessas crianças e jovens. Algo que se parecia com as seguintes falas: “mães irresponsáveis dessas crianças”, “é assim porque sua mãe tem um monte de homem (...)”, “a mãe dela tem fío com tudo que é homem”, “sua mãe puta-prostituta (...) por isso ela tem a sexualidade aflorada”, “a mãe deste é amante de homem casado (...)”, “a mãe dela é aquela que rouba”, “vive numa miséria (...) na rua (...) se droga muito (...), afetou a cabeça deles tudo”.

É possível que tenha se constituído uma representação de mulher em estado negativizado, marginalizado e marginalizante dentro das instituições de abrigo. Essas representações seriam talvez transmitidas para os abrigados, por meio de uma *imago materna denegrida*, desde sua entrada nessa jornada institucional. Mas, de onde nascem essas acusações quanto às mulheres, as mães de nascimento dos abrigados? Será que vem das raízes históricas desde o nascimento dessas instituições para acolhimento das crias indesejadas da cena urbana?

Essas questões me impulsionaram a colocar em marcha o presente estudo que, meses depois dessa vivência institucional, foram se desenrolar em função do Mestrado em Psicologia Aplicada, no Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais. Os desdobramentos desse estudo se constituíram por um desejo de deixar falar uma memória coletiva das instituições que se ocuparam das crianças e jovens. Desse modo, o objetivo geral desse estudo pretende evidenciar as relações entre as subjetividades femininas (e as feminilidades) na Rede de Proteção à Infância e à Juventude, tomando assim, como parâmetro a dinâmica histórico-conceitual do Feminino e as Infâncias Públicas. São também objetivos desse estudo: a) traçar o percurso histórico-cultural das mulheres, demonstrando o protagonismo distinto dessas no advento da Modernidade; b) apresentar um recorte, a partir da observação do cotidiano institucional, de uma trajetória de abandono e desamparo, de crianças e jovens que por motivos diversos vão se tornar publicamente conhecidos por serem “órfãos”,

“abandonados”, “mal-tratados”, ou ainda, em “situação de risco social”; c) investigar as configurações imaginárias sobre o Feminino e as Infâncias Públicas veiculadas no contexto histórico-social por profissionais que desenvolvem trabalhos na Rede de Proteção da Infância e da Juventude.

## 2. O FEMININO, AS MULHERES E A MODERNIDADE

### 2.1. O atentado ao monarca Luís XV e o horror de Damiens à irrupção do feminino

Em um texto intitulado “Deus Pai”<sup>8</sup>, Roudinesco nos conta a respeito do atentado ao monarca Luís XV, alguns anos antes da Queda da Bastilha, em 1789. O atentado fora um ferimento infligido a Luís XV, soberano francês em 1757, por François Robert Damiens, seu vassalo. Damiens não foi um agente ativo na cena da invasão da Bastilha, mas foi ele autor assumido de um ato falho<sup>9</sup> que enunciaria, sem palavras, a crise nas relações políticas em solo francês.

Para muitos historiadores, a ferida do rei Luís XV anunciava o ato público que levaria Luís XVI à guilhotina, em 1793, depois da abolição da monarquia. Se, por um lado, o canivete de Damiens apontava para o fim do absolutismo, por outro lado, o ato falho de Damiens era também a ilustração mesma da problemática masculina, isto é, da crise de identidade do masculino na Cultura.

Damiens era filho de camponês. Criado da realeza, Damiens foi muito maltratado por seu pai. Considerado louco, Damiens tinha o estranho hábito de falar sozinho. Era um criado que circulava pela nobreza, fazendo de conta que dela pertencia: “pertencia à classe desses criados espezinhadados por seus patrões, mas vivendo na sombra e na intimidade de uma nobreza que os levava a pensar que não eram. Damiens não se caracterizava como um inimigo do rei, muito pelo contrário, ele era um apaixonado pelo rei e, como alguns outros criados que se vidravam pelo seu senhor: “Ora, à força de serem vilipendiados, perseguidos, seduzidos, utilizados, recrutados nas loucuras daqueles que os dominavam, acabavam por naufragar na miséria moral”<sup>10</sup>.

Esse era o quadro ao qual Damiens fazia parte. No jogo real, quanto mais o criado se apresentava como degenerado, submetido às ordens e aos prazeres reais, maior

---

<sup>8</sup> ROUDINESCO, E. *A família em desordem*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 199 p.

<sup>9</sup> Idib. p. 33.

<sup>10</sup> Idib. p.32.

era o vigor do rei. Porém, Damiens percebia que o rei claudicava, que algo de degenerado estava presente também na figura do rei. Assim, como num lapso, armado com uma lâmina de canivete, Damiens investe toda sua força contra o corpo do rei. Se o rei não estivesse tão envolto pelos tecidos reais, talvez, Damiens pudesse furá-lo mais a fundo e levá-lo à morte. Mas não foi isso que aconteceu.

Confessando ser autor do atentado, Damiens jura não ter tido a intensão de matar o rei. Ele queria apenas *tocá-lo*: “Damiens tocou o corpo do rei com a lâmina de um canivete e assumiu o seu gesto. Contrariamente aos outros regicidas, não queria matar”<sup>11</sup>. Um pequeno corte o feriu tão profundamente como se o criado tivesse atingido suas víceras. A lâmina quase cega do canivete de Damiens tocara um lugar onde antes não se havia tocado: o corte ameaçou muito menos o organismo do rei, e muito mais a sua integridade moral e sua faceta absoluta.

Luís XV entrou em melancolia profunda após o atentado: “‘A ferida é mais grave do que os senhores pensam, pois atinge o coração, e, se o corpo vai bem, *isto* vai mal’. E apontou para sua cabeça: E *isto* é impossível de curar”<sup>12</sup>. Portador dessa ferida narcísica, esse ataque fracassado foi mais terrível que um assassinato. Tanto quanto a queda da Bastilha, anos após esse ataque, tal atentado equivaleria ao início do processo de falência simbólica do rei. Para se tentar restaurar a figura do rei ferido, Damiens foi condenado à morte: tortura, espancamento, dilaceramento de seu corpo sob o domínio do olhar público.

Para Roudinesco, a condenação de Damiens foi, nesse massacre público, uma espécie de produção de um duplo do rei: “[...] em seu martírio, Damiens se tornou de certa maneira um duplo do rei agrilhado em um leito de dor e revelando com seu corpo mutilado o futuro de uma monarquia patriarcal presa de seus terrores”<sup>13</sup>. Partindo dessa afirmação de Roudinesco, podemos pensar que motivos levariam um simples criado camponês se tornar um duplo do rei?

Parece-nos que existiram justificativas consistentes para que Damiens cometesse tal ato: o que Damiens desejava era o despertar do espírito do soberano, que, segundo o camponês, estaria ameaçado pelo contato da realeza com o *corpo das mulheres*.

---

<sup>11</sup> ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 33.

<sup>12</sup> Idib. p:32-33.

<sup>13</sup> Idib. p:33-34.

Obscuro pela idéia de que o reino caminhava para seu fim, Damiens quis *tocar* o rei. E, através desse tocar, que lembra o gesto dos reis taumaturgos roçando com a mão as escrófulas dos seus súditos, tratava-se claramente para ele de despertar o espírito do soberano, de chamá-lo à razão, de curá-lo dos seus vícios. Através dos rumores de bastidor, o criado *sabia* que a França corria o perigo de ser **governada por uma mulher** e, pior, pelo corpo das mulheres, pela paixão que o rei dedicava ao sexo das mulheres<sup>14</sup>.

Damiens irradiava com sua navalha o *tabu* em relação à *potência feminina* naquele momento histórico. Como os reis tocam as fístulas de seus súditos para curá-los do mal<sup>15</sup>, Damiens entra em contato com a dimensão mágica do *tabu* e, tocando o corpo monárquico, desejava curá-lo da *influência do feminino*. Algo de sombrio ocorria no segredo dos laços entre o rei e o sexo feminino, representado pelas relações amorosas de Luís XV. Assim, o que Damiens desejava era, por meio de um corpo-a-corpo, transmitir ao rei a salvaguarda que o camponês julgava ameaçada pela circulação das mulheres entre os corredores e pátios da realeza.

Assim, ao *tocá-lo* com o canivete, o que Damiens procurava *livrar* o rei daquilo que ele percebia como impuro, isto é, o contato sexual com as mulheres. Isso revela tamanho ódio ao feminino que era presente na alcova real. Damiens pretendia guardar o rei da maldição das mulheres e, assim, preservar toda a França contra a “degeneração da cultura pelo feminino”<sup>16</sup>.

Por trás de todas essas proibições parece haver algo como uma teoria de que elas são necessárias porque certas pessoas e coisas estão carregadas de um poder perigoso que pode ser transferido através do contato com elas, quase como uma infecção. A *quantidade* desse atributo perigoso também desempenha seu papel. Algumas pessoas ou coisas o têm mais do que outras e o perigo é na realidade proporcional à diferença de potencial das cargas. O fato mais estranho parece ser que qualquer um que tenha transgredido uma dessas proibições adquire, ele mesmo, a característica de ser proibido — como se toda a carga perigosa tivesse sido transferida para ele<sup>17</sup>.

---

<sup>14</sup> ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p: 33. (grifo nosso)

<sup>15</sup> Indubitavelmente, contudo, existe um contraste a ser assinalado entre o poder sanador de um contato efetuado deliberadamente pelo rei e o perigo que surge se ele é tocado — um contraste entre uma relação passiva e outra ativa para com o rei. Para exemplos do poder curador do contato real não há necessidade de recorrer a selvagens. Os reis da Inglaterra, em épocas não tão remotas, desfrutavam do poder de curar a escrófula, que era em consequência conhecida como o ‘Mal do Rei’. FREUD, S. Tabu e ambivalência. In: FREUD, S. Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Versão 2.0. – Rio de Janeiro: Imago. CD-ROM.

<sup>16</sup> NERI, R. O encontro da psicanálise com o feminino: singularidade/diferença. In: BIRMAN, J. (Org). **Feminilidades**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2002, p. 15.

<sup>17</sup> FREUD, S. op. cit.



Ao entrar em contato com o corpo do rei, Damiens viola o tabu do corpo real se tornando ele mesmo um perigo ou uma ameaça. Sonhando em libertar o corpo da realeza do perigo que lhe incitavam as mulheres e seus sexos, Damiens toma para si a valência de um salvador ou de um *rei* taumaturgo. Ao assumir o ato, Damiens traz à luz aquilo que a realeza não queria saber: a fragilidade da representação do rei frente ao feminino em irrupção. Nessa maiêutica à fórceps, Damiens dá a ver a influência do feminino já em cena no Antigo Regime. No “sem querer” do ato falho, Damiens foi assim, um mediador da desestabilização da hegemonia do rei.

Damiens investia toda a sua agressividade a Luís XV que, segundo sua percepção, precisava ser protegido contra seus próprios desejos: “o feminino desestabilizou a hegemonia do masculino até então plenamente assegurada”<sup>18</sup>. Se a potência feminina atentava contra toda a monarquia absolutista, trazendo ao rei a dimensão do desejo, por ser a favor da potência masculina do rei que Damiens investiu sua navalha:

[...] o governante exerce uma grande autoridade sobre as forças da natureza, mas que tem de ser protegido com muito cuidado contra a ameaça de perigo, como se seu próprio poder, que pode fazer tanto, não pudesse realizar isso. A situação torna-se ainda mais difícil pelo fato de não se poder confiar que o governante faça uso de seus imensos poderes da maneira correta, ou seja, em benefício de seus súditos e para sua própria proteção. Assim sendo, as pessoas desconfiam dele e encontram justificativas para mantê-lo vigiado. A etiqueta de tabus a que toda a vida do rei está submetida está a serviço de todos estes intuitos protetores ao mesmo tempo: sua própria proteção dos perigos e a proteção de seus súditos dos perigos com que os ameaça.<sup>19</sup>

Ao tentar preservar o rei contra a *influência do feminino*, Damiens tentava assegurar tanto a alma sagrada do monarca, a soberania do reino<sup>20</sup>, como também a atividade viril da identidade masculina. Ao *tocá-lo*, Damiens sonhava preservar o sagrado, mas, paradoxalmente, enunciara a falência (melancólica) de todo reinado absolutista. Ao extirpar o profano feminino da realeza, era o sagrado que ia junto à esteira:

---

<sup>18</sup> NERI, R. O encontro da psicanálise com o feminino: singularidade/diferença. In: BIRMAN, J. (Org). **Feminilidades**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2002, p. 15.

<sup>19</sup> FREUD, S. Tabu e ambivalência. In: FREUD, S. Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Versão 2.0. – Rio de Janeiro: Imago. CD-ROM.

<sup>20</sup> ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 33.

[...] aqui poderemos relembrar a obscura e enigmática afirmação de Wundt sobre o significado duplo da palavra tabu: ‘sagrado’ e ‘impuro’. [...] Originalmente, de acordo com ele, a palavra não possuía esses dois significados, mas descrevia ‘o que é demoníaco’, ‘o que não pode ser tocado’, acentuando assim uma importante característica comum a ambos os conceitos extremos. A persistência, contudo (acrescenta ele), dessa característica comum constituiu uma prova de que o campo abrangido por ambos — o sagrado e o impuro — era originalmente um só e não se tornou diferenciado senão posteriormente.<sup>21</sup>

Era como se Damiens tirasse toda a potência de Luís XV, visto que a potência estaria justamente na conjugação entre o que era sentido como impuro (mulheres) e o que era sentido como sagrado (a realeza de Luís XV). Damiens desejava devolver a Luís XV o sagrado que fora maculado pelo contato com as mulheres. Mas, o que aconteceu foi que, no *tocar*, Damiens toma para si a potência da realeza, tornando-se ele próprio um tabu real. Essa fonte demoníaca, *contagiantemente feminina*, deveria ser eliminada. Damiens foi torturado em praça pública:

Certos perigos provocados pela violação podem ser evitados por atos de expiação e purificação. A fonte do tabu é atribuída a um poder mágico peculiar que é inerente a pessoas e espíritos e pode ser por eles transmitido por intermédio de objetos inanimados. ‘Pessoas ou coisas consideradas como tabu podem ser comparadas a objetos carregados de eletricidade; são a sede de um imenso poder transmissível por contato e que pode ser liberado com efeito destrutivo se os organismos que provocam sua descarga são fracos demais para resistir a ele; o resultado da violação de um tabu depende em parte da força da influência mágica inerente ao objeto ou pessoa tabu, em parte da força do *mana* antagônico do violador do tabu. Assim reis e chefes se acham possuídos de grande poder, e dirigir-se a eles diretamente significa morte para os seus súditos [...].<sup>22</sup>

Damiens fora condenado ao horror da tortura. A sentença foi executada nas condições particularmente atroz, sob a testemunha de um número imenso de espectadores<sup>23</sup>. Frente à comunidade e, diante do próprio rei, Damiens torna-se o impossível de ser olhado. Seu corpo foi arremessado, várias e várias vezes, mas, ao que nos parece, resistia *majestosamente*: “A resistência do corpo foi tal que os cavalos arremeteram sessenta vezes antes de romper os membros do desafortunado criado, já

---

<sup>21</sup> FREUD, S. op. cit.

<sup>22</sup> FREUD, S. Tabu e ambivalência. In: FREUD, S. Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Versão 2.0. – Rio de Janeiro: Imago. CD-ROM.

<sup>23</sup> WIKIPEDIA. “François Robert Damiens”. Disponível em:

<[http://fr.wikipedia.org/wiki/Robert\\_Fran%C3%A7ois\\_Damiens](http://fr.wikipedia.org/wiki/Robert_Fran%C3%A7ois_Damiens)> Acesso em: 3 mar. 2006.

mil vezes torturados”<sup>24</sup>. O rei, diante do espetáculo de horror que condenava Damiens à morte, não resiste e sai antes mesmo do fim, tamanho é o horror de sua própria morte. Mas, algo de contraditório se passava com o rei. Luís XV não participou até o fim da tortura de quem lhe atentou contra a vida, mas, exigiu-lhes que descrevessem com detalhes minuciosos os horrores pelos quais foi tratado o corpo de Damiens no momento de sua pena de morte. Talvez aí esteja o que é chamado de impulso sado-masoquista: “não suporto a dor de Damiens porque essa dor também se torna, por um mísero olhar, a minha própria dor... se você me descreve detalhes, me reconheço como não-Damiens”.

No ato de sua “crucificação”, o condenado está vestido com a manta do próprio rei. Por ter tocado o rei, Damiens se encontra travestido por essa segunda pele, de tal modo representava, no ato de sua condenação, o próprio rei escorraçado. Damiens se equivoca e, ao atingir o rei, ele não só redobra a falência monárquica, condenando o rei à melancolia, bem como conquista sua própria tortura. Mas, se Damiens morre no real, recoberto com os trapos de um indigente escorraçado, os rasgos que se tornaram o manto real durante a tortura, é também a morte simbólica do rei que se prenuncia. Damiens aniquila, pouco a pouco, a potência divina-patriarcal.

Os próprios homens que assistiam ao espetáculo de horror contra Damiens sentiam repugnância, quase não podiam olhar a execução, tamanha era a violência contra o corpo do regicida! Mas, para além do horror do corpo e da violência do ato da condenação, era o *olhar* coletivo que *tocava* o corpo de Damiens. Nesse ato, era uma espécie de fobia de contato<sup>25</sup>, o horror de contágio ou infecção pelo feminino por via desse *olhar*, que sentiam os homens que estavam ao seu redor. Eles temiam o contato com o feminino e com a dimensão do desejo do rei, através do olhar para Damiens. Por testemunharem a mutilação de Damiens, estariam esses homens correndo “[...] o risco de infecção proveniente do proibido”<sup>26</sup> e do próprio demoníaco que se tornara o feminino para o rei? Será que Damiens teria também se ultrajado com o manto que

---

<sup>24</sup> ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p: 33-34.

<sup>25</sup> “Como no caso do tabu, a principal proibição, o núcleo da neurose [obsessiva], é contra o tocar e daí ser às vezes conhecida como ‘fobia do contato’, ou ‘*délire du toucher*’. A proibição não se aplica meramente ao contato físico imediato mas tem uma extensão tão ampla quanto o emprego metafórico da expressão ‘entrar em contato com’. Qualquer coisa que dirija os pensamentos do paciente para o objeto proibido, qualquer coisa que o coloque em contato intelectual com ele, é tão proibida quanto o contato físico direto. Essa mesma extensão também ocorre no caso do tabu”. FREUD, S. Tabu e Ambivalência.

<sup>26</sup> FREUD, S. Tabu e ambivalência. In: FREUD, S. Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Versão 2.0. – Rio de Janeiro: Imago. CD-ROM.

enlaçariam as mulheres de Luís XV e se tornado uma figura feminina, assim como as mulheres, temida e satânica?

Na cena do martírio, se, para os homens, toda a cena espetacular era terrificante, para as mulheres, nem tanto. Casanova pôde nos contar que, a respeito do olhar das mulheres para o martírio, elas não apresentavam o mesmo espanto: ““ E isso em nada se devia à crueldade de seu coração. Disseram-me, e tive de fingir [sic] que acreditava, que não conseguiam sentir a menor piedade de semelhante monstro, tanto que amavam Luís XV””.<sup>27</sup> Elas conseguiram realizar deliciosamente aquilo que para Luís XV e todo grupo masculino era impossível - *olhar* vigorosamente para o corpo despedaçado durante o espetáculo:

Numerosas foram as testemunhas dessa sóbria festa que guardaram a lembrança de um comportamento feminino particular, diferente do dos homens, e de uma ferocidade quase inconfessável. Uma espécie de gozo ilimitado parecia impulsionar as mulheres a olharem sem desmaiar.<sup>28</sup>

Ao tocar com os olhos o corpo de Damiens, as mulheres se deixavam transbordar pelo horror passional, uma espécie de gozo ilimitado, um gozo pelo olhar. Crueldade, amor, e medo se conjugavam na cena do martírio. O comportamento das mulheres diante do suplício de Damiens vai produzir um deslocamento do olhar masculino, desde o horror ao corpo despedaçado de Damiens-Rei, ao olhar “atroz” das mulheres, daquelas que *tocam* o tabu com os próprios olhos. A coletividade masculina se perguntava: “como elas podiam suportar essa cena com o olhar tão vidrado?”.

No mundo dos homens, aquele olhar vidrado das mulheres frente à morte denunciava mais uma vez o *feminino* como ameaça – “Damiens tinha razão!”, diriam os homens “mais perigosas que Damiens eram as mulheres!”. Elas eram capazes de prenunciar, com mero olhar, a morte da dominação do pai, e espelhar a falência política do rei. A condenação de Damiens enuncia a morte simbólica da figura masculina soberana. Mais tarde, em 1789, é a Bastilha que será derrotada. Um pouco mais adiante, finalmente, a cabeça do rei Luis XVI é guilhotinada em 1793, proclamando assim abolição da monarquia.

---

<sup>27</sup> ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 34.

<sup>28</sup> Idib.

As quedas dos reis – Damiens, Bastilha, Luís XVI – são encenações, menos épicas, mas não menos simbólicas, da *inquietação* que na cultura se constituiu, ao longo dos anos, pelo domínio de uma tradição hierárquica e patriarcal, opressora, representada pela figura do Soberano. O atentado de Damiens ao rei Luís XV, nessa ocasião, pode ser tomado como esboço da atmosfera coletiva, na qual se podia desconfiar de uma “aspiração” à crise de identidade do masculino no cerne da modernidade.

O drama de Damiens ilustra aspectos de uma tradição hegemônica da sociedade patriarcal. Se Damiens não tinha a intenção de matar o rei, o regicídio fracassava. Por meio do ato de tocar o corpo do rei, sob o cunho do “sem querer”<sup>29</sup>, Damiens atinge a ordem hegemônica soberana e soberba do Antigo Regime. O masculino no Antigo Regime e suas vias de identificação, que até então eram inabaladas, após a tentativa de regicídio, entravam em franca decadência. Tal atentado colocaria em cena a figura abalada e melancólica do rei falido, enquanto que o canivete de Damiens apontaria para o *mal-estar* que surgia do esfacelamento da figura real. Desse mal-estar, conclui-se provocado pelas mulheres, o que dará estofamento imaginário para “um medo do feminino”, e para o pavor de uma devastação social pelas mulheres:

a evocação dessa especificidade feminina na crueldade será um dos temas recorrentes do discurso misógino. E, se foi capaz de perdurar ao longo dos séculos com tal vigor, é porque trazia um medo do feminino autenticamente masculino, e mais ainda, uma obsessão pela *feminilização* do corpo social que só fará agravar com o declínio da monarquia e a deterioração da figura do pai.<sup>30</sup>

Encontra-se uma causalidade para tal enfado da realeza: da *influência feminina* sobre a cabeça do soberano efetua-se o enfraquecimento do poder monárquico absolutista. Abrem-se as portas para a chamada modernidade.

## **2.2. Cai o rei de espadas cai o rei de ouros cai o rei de paus e cai não fica nada**

a subversão, se ela existiu em algum lugar e em algum momento, não é ter-se trocado o ponto de rotação do que gira, é ter-se substituído isso gira por um isso cai.<sup>31</sup>

---

<sup>29</sup> ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. O sem querer é da ordem do ato falho, isto é, uma formação inconsciente.

<sup>30</sup> Idib., p.34.

<sup>31</sup> LACAN, J. **O seminário, livro 20**: mais ainda. Tradução de: M. D. Magno. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. p.59.

Na segunda metade do século XVIII, a história ocidental vive um colapso pela difusão dos princípios iluministas. No advento do espírito moderno, a ebulição de idéias iluministas cria campos de tensão marcados pelo conflito entre o domínio das forças conservadoras do Antigo Regime e as perspectivas iluministas que proclamavam um Estado baseado na Constituição de Direitos Humanos.

Em vários pontos do território europeu havia focos de rebeliões e contestações contra o regime monárquico absolutista. Mas, segundo as historiografias, é a Revolução Francesa e um dos seus capítulos - o atentado e a queda da Bastilha - que inauguram a modernidade. Considerada a maior das revoluções burguesas ocorridas no território europeu, a Revolução Francesa se apresentava como um dos movimentos de maior contestação. Como movimento revolucionário, que atrelava os interesses da nobreza, os das camadas populares em ascensão - a burguesia, bem como os das camadas populacionais mais pobres das áreas urbanas e rurais, no fim do século XVIII, a Revolução Francesa protestava contra a autoridade de um sistema despótico de poder que já estava em franca decadência.

Neri nos conta que a idéia de democracia, no advento da modernidade, era incompatível com a autoridade paterna vigente. Os princípios de liberdade, igualdade e fraternidade, imperativos do Iluminismo levantavam bandeira contra a submissão, a hierarquia baseada no princípio divino, e a paternidade monárquica<sup>32</sup>. Essas lutas populares enfraqueceram ainda mais a monarquia decadente, já falida economicamente. Submetida às classes burguesas e à nobreza, a monarquia estava apavorada com o enfraquecimento da popularidade do rei. Temendo que seus dias de autoridade fossem também acabar, a parte da nobreza se alia aos burgueses interessada em suas riquezas burguesas.

A Revolução Francesa encerra a transição do poder absolutista da vontade de Deus pai, ao poder republicano e constitucionalista. Para Badinter, a “[...] a Revolução Francesa (1789) anuncia, *na* morte do rei, a morte do pai e a morte de Deus”.<sup>33</sup> Como lembra Neri, essa crise se afirma como um abalo da hegemonia do masculino: “o feminino desestabilizou a hegemonia do masculino, até então plenamente assegurada”.<sup>34</sup>

---

<sup>32</sup> NERI, R. **A psicanálise e o feminino**: um horizonte da modernidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 61. (**grifo meu**)

<sup>33</sup> NERI, R. **A psicanálise e o feminino**: um horizonte da modernidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 61.

<sup>34</sup> \_\_\_\_\_. O encontro da psicanálise com o feminino: singularidade/diferença. In: BIRMAN, J. (Org). **Feminilidades**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2002, p. 15.

A consagração do enfraquecimento do poder patriarcal absolutista foi sentido por uma espécie de *desamparo* vivido pela própria cultura, desde que, na morte da autoridade imaginária, o rei, viu-se produzir uma crise sem igual nessa cultura onde a identidade se caracterizava como patriarcal, na qual o domínio era do gênero masculino. O maior feito da Revolução Francesa não seria, então, inaugurar um novo sistema de Estado. Tal transição de exercícios de autoridade, do Antigo Regime ao Estado Constitucional, partindo da queda do rei absolutista por ocasião da Revolução Francesa, abre fendas para outras possibilidades de representações que a cultura humana estabelece com o mundo que constrói.

A decapitação de Luís XVI fora o episódio que legitima na França a queda do absolutismo baseado na vontade divina: as cabeças que rolaram das guilhotinas em solo francês sulcaram toda a civilização ocidental. Portanto, devido ao efeito significativo que se constitui a Revolução Francesa, todas as populações ocidentais seriam testemunhas desse momento histórico - a queda da Bastilha foi o passe para a queda da soberania divina do pai, enquanto que “o privilégio do soberano é substituído por um campo múltiplo e móvel de forças”<sup>35</sup>. A Revolução Francesa desengatilha, assim, uma crise da hegemonia masculina, o que abre fendas para um novo tipo de protagonismo: as mulheres entrariam na cena moderna.

A Bastilha foi construída por volta de 1370, na cidade de Paris. Um edifício de oito torres e muralhas de 25 metros de altura cercadas por fossos foi erguido pelo reinado de Carlos V. Nos primeiros tempos, a Bastilha tinha como função a atividade defensiva da cidade.<sup>36</sup> Mas, no reinado de Carlos XI, essa fortaleza foi transformada em um dispositivo carcerário, se tornando assim, um aparelho de repressão, emblema de uma época da civilização Ocidental.

Desde sua inauguração, até seu enfraquecimento como dispositivo carcerário, tanto como fortaleza, quanto como prisão, a Bastilha foi uma referência importante para o império de várias monarquias desde o século XIV até o fim do século XVIII. Como cárcere, a partir de Carlos V, a Bastilha foi palco das execuções mais vigorosas e terríveis. Eram presos todos aqueles que se opunham à palavra absoluta do rei<sup>37</sup>:

---

<sup>35</sup> NERI, R. 2005, op. cit.

<sup>36</sup> SCHILLING, V. **A Bastilha**. Disponível em: <[http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/rev\\_francesa4.htm](http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/rev_francesa4.htm)>. Acesso em: 3 mar. 2006.

<sup>37</sup> FRANSEN, D. **A revolução francesa**. Disponível em: <[http://www.nethistoria.com/index.php?pagina=ver\\_texto&titulo\\_id=317](http://www.nethistoria.com/index.php?pagina=ver_texto&titulo_id=317)>. Acesso em: 3 mar. 2006.

Ela era o símbolo do despotismo. [...] Os habitantes de Paris imaginavam-na um local onde o inominável acontecia. Diziam que torturas e punições indescritíveis tinham seu sítio lá. Era a representação concreta do poder - tudo dos privilegiados, pois, permitia aos nobres, graças às cartas assinadas em branco pelo rei (as famosas *lettres du cachet*), a usar suas instalações como cárcere dos seus desafetos.<sup>38</sup>

As *lettres de cachet* eram uma espécie de autorização que o rei oferecia aos pais das famílias do Antigo Regime para o uso desse dispositivo carcerário, a fim de deter a possível desordem que viesse abater as famílias de bons costumes religiosos. Com isso, os nobres poderiam enviar para a prisão os herdeiros rebeldes ou bastardos<sup>39</sup>, e todos que lhes desagradassem de alguma forma. As moças que eram enxergadas como vigaristas, sob o cunho das *lettres du cachet*, também eram reclusas na Bastilha, visto que se temia que suas presenças circulantes entre as famílias de bons costumes pudessem provocar desordens públicas e infâmias. Havia assim, segundo Donzelot, certo arbítrio familiar em cumplicidade com a soberania real, já que era na Bastilha que se prendiam os indivíduos sujeitos às prisões promulgadas pelas *lettres du cachet*.<sup>40</sup> Dessa maneira, a Bastilha simbolizava o lugar do exercício da potência autoritária do rei sobre os corpos que lhes desobedecessem.

Pai autoritário, o rei era onipotente, encarnação familiar de Deus, verdadeiro rei taumaturgo, senhor que reinava sobre os corpos das famílias, decidindo sobre os castigos infligidos aos filhos, tal como descreve Roudinesco, a figura do pai dos tempos arcaicos<sup>41</sup>. O soberano era a encarnação do Deus pai – uma figura sinistra e maldita:

Pairava sobre Paris como um feiticeiro, um bruxo, ou ainda um bicho-papão, que, saindo na calada da noite, indo invadir as casas para arrancar suas vítimas do leito e do aconchego da família, as conduzia algemadas, sem nenhuma formalização de culpa, para os carcereiros [...]. O embastilhado necessariamente não era informado do seu delito, nem por quanto tempo ficaria preso. [...].<sup>42</sup>

---

<sup>38</sup> SCHILLING, V. **A bastilha**. Disponível em: <[http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/rev\\_francesa4.htm](http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/rev_francesa4.htm)>. Acesso em: 3 mar. 2006.

<sup>39</sup> ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

<sup>40</sup> DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Tradução de M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal. 1980.

<sup>41</sup> ROUDINESCO, E. op. cit. p. 21.

<sup>42</sup> SCHILLING, V. **A bastilha**. Disponível em: <[http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/rev\\_francesa4.htm](http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/rev_francesa4.htm)>. Acesso em: 3 mar. 2006.



Na edificação da Bastilha, era o olhar onipresente da realeza triunfante e patriarcal que vigiava os filhos-súditos:

[...] a sua sombra parecia cobrir Paris inteira, sendo que do alto dos seus torreões as sentinelas posavam como se fossem **gárgulas vivas, os olhos do velho regime, tudo vendo**, tudo cuidando, em estado de alerta contra todos.<sup>43</sup>

Pregados às torres e às sombras, entre vigílias e baluartes, como gárgulas vivas, os olhos do rei eram caricatos, horrendos e arrogantes. A Bastilha se impregnara do olhar da realeza, e sua presença edificada transmitia às massas o medo, o terror, sua faceta de poder. Porém, essa figura que condensava o onírico à realidade estava ameaçada.

No cenário franco-monárquico, enfraquecida por reinados antecessores, frente ao exército em crise, a realeza via sua popularidade entrar em franca decadência. O rei Luís XVI já não se representava na totalidade de sua potência imperadora, visto que já não possuía mais absoluta voz frente à Assembléia Nacional, nem mesmo frente às ações de ordem de repressão sobre as populações.

O enfraquecimento da palavra de ordem absolutista culminou no enfraquecimento de seus dispositivos de poder. A Bastilha, pouco-a-pouco, viu-se se esvaecer como dispositivo de controle autoritário sobre as massas populares:

No dia 14 de julho a multidão, que estava submetida as fortes tensões dos últimos dias, resolveu atacar a Bastilha. Nos últimos tempos ela estava desativada. Quando a assaltaram havia apenas sete presos em suas masmorras, nenhum deles fora detido por motivos políticos.<sup>44</sup>

Em 14 de julho de 1789, após vários momentos conflitantes contra o exército, os grupos revoltos armados invadem a Bastilha, ocupando seu espaço interno, lhe ateando fogo e tiros. O incêndio da Bastilha foi anunciado por toda Europa. Desde as cidades às regiões agrárias, e àquelas mais distantes do acontecimento, por burburinhos, ou aos gritos que ecoavam à galopes, a queda da Bastilha foi noticiada, tanto aos arredores de Paris, bem como em todo o território europeu:

Os presos, soltos, arrastaram-se para fora sob o aplauso comovido da multidão postada nos arredores da fortaleza devassada. Posteriormente a massa incendiou e destruiu a Bastilha, localizada no bairro Santo

---

<sup>43</sup> Idib. (grifo nosso)

<sup>44</sup> Idib.

Antônio, um dos mais populares de Paris. O episódio, verdadeiramente **espetacular**, teve um efeito eletrizante. Não só na França, mas onde a notícia chegou provocou um efeito imediato. Todos perceberam que alguma coisa espetacular havia ocorrido. Mesmo na longínqua Königsberg, na Prússia Oriental, atingida pelo eco de que o povo de Paris assaltara um dos símbolos do rei.<sup>45</sup>

A invasão de seu prédio não encontrou a resistência militar esperada pelos opositores. Mesmo que as tropas reais tentassem aplacar a rebelião, ela já não tinha mais o controle repressivo sobre os grupos invasores:

Apesar de ridícula, a queda da Bastilha passaria para a história como um dos grandes feitos da Revolução Francesa. Entretanto, não se pode desprezar o valor simbólico que a prisão representava no imaginário francês, já que durante quase um século ficou abarrotada de desafetos dos antecessores de Luis XVI.<sup>46</sup>

Se a própria Bastilha, como dispositivo carcerário, estava enfraquecida muito antes da presença avassaladora dos grupos urbanos revolucionários, uma análise precipitada, como a de muitos historiadores, nos faria concluir que a queda da Bastilha seria um mero acontecimento histórico, quase que um equívoco popular banal, visto que a monarquia estava em plena decadência. Mas isso excluiria o *valor de espetáculo* para o imaginário ocidental, visto que a invasão produziu efeitos subjetivantes àquela cultura alienada ao olhar casmurro da realeza.

Podemos acompanhar, junto a Kant e a Foucault que, a Revolução Francesa porta o valor de signo. Em “O que é o Iluminismo?”<sup>47</sup>, Foucault resgata um questionamento de Kant à propósito do importância das revoluções que ocorriam naquele instante histórico do século XVIII. Contemporâneo da Revolução Francesa, e filósofo da *Aufklärung* (Iluminismo), Kant questionava o teor representativo que, naquele instante, a Revolução Francesa tinha para humanidade. Segundo Foucault, Kant introduz a análise de que a Revolução Francesa teria seu *valor de signo* não pelos seus grandes feitos, não pelas grandes catástrofes, que fariam da Revolução Francesa um acontecimento único e grandioso, como até então se faziam as análises tradicionais.

---

<sup>45</sup> SCHILLING, V. **A bastilha**. Disponível em:

<[http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/rev\\_francesa4.htm](http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/rev_francesa4.htm)>. Acesso em: 3 mar. 2006.

<sup>46</sup> RIBEIRO, F. **História da Revolução Francesa: 1789-1799**. Disponível em:

<[http://geocities.yahoo.com.br/revistacriacao2001/historia\\_francesa.htm](http://geocities.yahoo.com.br/revistacriacao2001/historia_francesa.htm)>. Acesso em: 3 mar. 2006.

<sup>47</sup> FOUCAULT, M. **O que é o iluminismo**. Disponível em:

<<http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/iluminismo.html>>. Acesso em: 3 mar. 2006.

Pelo contrário, a Revolução Francesa produzia efeito pelo valor dos acontecimentos imperceptíveis<sup>48</sup>. Foucault cita Kant:

‘Não espereis [...] que este evento consista em altos gestos ou delitos importantes cometidos pelos homens, em razão de que o que era grande se torna pequeno ou o que era pequeno se torna grande, nem em antigos e brilhantes edifícios que desaparecem como que por magia enquanto que em seu lugar surgem outros como que saídos das profundezas da terra. Não se trata de nada disto’.<sup>49</sup>

Para Kant, a Revolução só se constituiu como um signo moderno, e se desencadeou como tal na história ocidental, pois, nos diz Foucault:

A outra face da atualidade que Kant encontrou é [...] a revolução ao mesmo tempo como acontecimento, como ruptura e como tormento na história, como fracasso, mas ao mesmo tempo como valor, como signo da espécie humana. Ainda aí, a questão para a filosofia não é de determinar qual é a parte da revolução que conviria preservar e fazer valer como modelo. A questão é de saber o que é preciso fazer com essa vontade de revolução, com este ‘entusiasmo’ para a revolução que é outra coisa que o empreendimento revolucionário mesmo.<sup>50</sup>

Se, o menos importante na Revolução seria o teor destrutivo ou o valor épico de seus heróis, para Kant, então, haveria no ato revolucionário a possibilidade do *espetáculo*, a produção de um “*como se*” para quem assistisse à revolução. *Como se* todos, sem exceção, participassem do incêndio da Bastilha: mesmo aqueles que olhassem de modo obtuso operassem o ato revolucionário, da mesma forma como aqueles que tomaram as armas e as espadas nas mãos. Assim, a estrutura da Revolução é a estrutura de um “faz-de-conta” ou ainda de uma *ficção*:

O que constitui no acontecimento um valor rememorativo, demonstrativo e prognóstico não é o drama revolucionário por si, as façanhas revolucionárias nem os gestos que os acompanham. O que é significativo é a maneira pela qual a revolução se faz **espetáculo**, é a maneira pela qual ela é acolhida em torno dos espectadores que não participam, mas que olham, que assistem e que, ou bem ou mal, se deixam arrastar por ele [...] Por outro lado, o que faz sentido e o que vai constituir o signo do progresso é que, em torno da revolução, diz Kant, há “uma simpatia de aspiração que beira o entusiasmo”. O que é importante na revolução, não é a revolução em si, mas o que se passa

---

<sup>48</sup> FOUCAULT, M. **O que é o iluminismo**. Disponível em: <<http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/iluminismo.html>>. Acesso em: 3 mar. 2006.

<sup>49</sup> Idib.

<sup>50</sup> Idib.

na cabeça dos que não a fazem ou, em todo caso, que não são os atores principais; é a relação que eles mantêm com essa revolução da qual eles não são agentes ativos. O entusiasmo para com a revolução é signo, segundo Kant, de uma disposição moral da humanidade [...] A revolução como espetáculo e não como gesticulação, como palco (foyer) do entusiasmo [sic] para aqueles que a assistem e não como princípio de transtorno para os que dela participam.<sup>51</sup>

O entusiasmo para com a revolução é a própria cena revolucionária, onde os atores não apenas ensaiam, mas projetam e entram no espetáculo: é um dar-se a ver significativo, um reconhecimento de si por meio da encenação com os outros semelhantes.

Otoni de Barros nos traz a dimensão da autoridade imaginária vinculada à estrutura de ficção:

A autoridade imaginária, com o poder de ordenar a obrigação à obediência, foi sempre referida à figura paterna, ou seja, a uma metáfora do pai, representada por Deus, o Papa, o Rei ou o próprio pai [...] numa analogia. Essa lógica só encontra seu sentido apoiada conceitualmente na estrutura de uma ficção, segundo *a filosofia do 'como se'*, um desvio arbitrário da realidade [...] a autoridade imaginária capaz de obrigar à obediência ao deter temporariamente seu pensamento na figura do pai.<sup>52</sup>

Para que o texto [ficcional] funcione é preciso crer nele: “crer num ordenamento outorga legitimidade a ele e o faz operar socialmente”.<sup>53</sup>

As técnicas de fazer crer manejam as crenças a partir da indicação de um objeto que dê consistência a uma estrutura que ampare e proteja o ser humano das mazelas da vida, do mal-estar inevitável, da dor de existir. Esse objeto oferecido é uma palavra que, ordenada em um texto [...] promove [...] um lugar de proteção, instituindo a garantia de segurança e ordem. [...] num processo de identificação com esse lugar onde se crê encontrar amparo e a proteção, possa advir o amor. A palavra autorizada do poder se torna objeto de amor, amor ao chefe, ao rei, ao pai [...].<sup>54</sup>

No advento da modernidade, o rei já não era mais o suporte da autoridade imaginária. Seu domínio não impressionava mais as massas populares, ele já não se desdobrava nos ecos dos precipícios dos solos franceses, nem era voz ativa da economia

---

<sup>51</sup> FOUCAULT, M. **O que é o iluminismo**. Disponível em:

<<http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/iluminismo.html>>. Acesso em: 3 mar. 2006. (grifo nosso)

<sup>52</sup> 2006BARROS, F. O. **Do direito ao pai**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001. p. 17.

<sup>53</sup> Idib.

<sup>54</sup> Idib. p. 17-18.

ou da administração pública. As “técnicas de fazer crer” da realeza, como a Bastilha, já indicavam a falência do poder patriarcal monárquico, enquanto a necessidade da Revolução emergia da vontade de criar uma *cena* naquele espaço ficcional onde a autoridade imaginária, representada pela figura da realeza, já não mais fazia semblante frente às populações, já não se fazia mais representativa da estética da encenação daquilo que a condição humana demanda para continuar afirmando-se existencialmente.

Nota-se que o *espetáculo* da queda da Bastilha se aproxima daquilo que Mannoni nos revela como possibilidade da criação de uma Outra cena. Frente ao horror da queda do rei, era urgente que se constituísse o espetáculo, um cena, uma Outra cena. Ao se desdobrar as experiências dos dramas vividos em Outra cena, o sujeito enfrenta ou supera o terror do desamparo:

Pintando o horror de um vivido, o sujeito transpõe para uma Outra cena o ódio, o terror da violência que ele percebera como vindo do outro. [...] é o poder de projetar numa Outra cena a sua infelicidade, a sua violência [...] a sua revolta, seu ódio de uma civilização que lhes consideram doentes. [...] a desesperança e a loucura são problema de todos.<sup>55</sup>

Assim tomamos a Queda da Bastilha como uma Outra cena. O que se desdobrava ali na Bastilha, como um foco de labaredas, um clarão das chamas, era a abertura de um caminho. Por meio da cena espetacular incendiária, como um *foyer*<sup>56</sup> de entusiasmo que Kant detecta, era a constituição de um desdobramento ou uma projeção imaginária, assim como ocorre na criação artística, que se desdobrava com a tomada e incêndio da Bastilha.

Contra a desesperança e a loucura frente à palavra falida de um rei que não mais lhes representava, não haveria outra saída para o impasse que criava frente à falência da representação do rei senão, por meio de um *espetáculo chistoso* como aquele de se incendiar a Bastilha. Nessa esteira, quando o Deus se esvazia de todo estofo simbólico que engendra a crença, quando o pai se destitui do lugar de onde fazia advir uma

---

<sup>55</sup> MANNONI, M. **Elas não sabem o que dizem:** Virgínia Woolf, as mulheres e a psicanálise. Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1999, p.43.

<sup>56</sup> Segundo o tradutor, originalmente, *foyer*, que ao mesmo tempo quer dizer ‘foco’ e o saguão de um teatro ou **casa** de espetáculo. Assim, o *foyer* é o lugar onde é possível uma cena de desenrolar.

palavra de proteção, mais adiante, é o rei que cai da fortaleza - “cai o rei de espadas, cai o rei de ouros, cai o rei de paus, cai não fica nada”<sup>57</sup>. O incêndio metafórico do corpo do rei é desencadeado pelo desmoronamento de estruturas políticas até então inabaláveis:

Trata-se de uma mudança de estrutura fundamental que permitiu a realização, com uma certa coerência, desta modificação dos pequenos exercícios do poder. Também é verdade que foi a constituição deste novo poder microscópico, capilar, que levou o corpo social a expulsar elementos como a corte e o personagem do rei. A mitologia do soberano não era mais possível a partir do momento em que uma certa forma de poder se exercia no corpo social. O soberano tornava-se então um personagem fantástico, ao mesmo tempo monstruoso e arcaico.<sup>58</sup>

O horror frente ao Deus pai absolutista que abre fissuras no sítio absoluto de poder. Tais fissuras abrem possibilidades para se construir outros modos de exercício político entre os humanos. Deslocamentos do lugar de poder são testemunhados, visto que “o tríptico ‘submissão, hierarquia e paternidade’ deu lugar a outro: ‘liberdade, igualdade, fraternidade’”.<sup>59</sup> Mas, que campo se constituiria sob tal tríade?

Deslocamentos nos lugares de poder se convergem para o chamado campo social. É aí, onde se testemunha o que Foucault chama de “pequenos exercícios de poder”, por meio dos quais, aqui dizemos, as sociedades revolucionárias percebem que o valor intrigante da Revolução estaria na constituição de uma nova dinâmica dos poderes no próprio corpo social: a cena espetacular endossa o “poder microscópico” a que se refere Foucault. Cabe aqui o comentário de Foucault em relação às análises kantianas sobre a Revolução:

[...] a revolução ao mesmo tempo como acontecimento, como ruptura e como tormento na história, como fracasso, mas ao mesmo tempo como valor, como signo da espécie humana [...] A questão é de saber o que é preciso fazer com essa vontade de revolução, com este “entusiasmo” para a revolução que é outra coisa que o empreendimento revolucionário mesmo.<sup>60</sup>

---

<sup>57</sup> LINS, I; MARTINS, V. **Cartomante**. Disponível em:

<<http://noblat1.estadao.com.br/noblat/visualizarConteudo.do?metodo=exibirPosts&data=27/03/2006>>.

Acesso em: 4 jun. 2006.

<sup>58</sup> FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Disponível em: <<http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/>>. Acesso em: 4 jun. 2006. p. 74.

<sup>59</sup> NERI, R. O encontro da psicanálise com o feminino: singularidade/diferença. In: BIRMAN, J. (Org). **Feminilidades**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2002, p. 15.

<sup>60</sup> FOUCAULT, M. **O que é o iluminismo**. Disponível em:

<<http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/iluminismo.html>>. Acesso em: 3 mar. 2006.

Na experiência de viver com os outros, todos esses sentimentos - a fé, a crença, a aposta, o amor - se revelam como produções subjetivas que facetam a potência humana, erótica por excelência, a qual pode chamar, com Freud, de “libido” ou mesmo, com Kant, de “uma simpatia de aspiração que beira o entusiasmo”. Parece-nos que, naquele momento histórico, era preciso que a Revolução viesse garantir um lugar de viver a potência humana, para que ela não se esvaecesse com a queda do Deus-pai-rei. Mannoni nos diz:

a sociedade tem necessidade de contestários; a revolta pode ser fonte de criação, [...] se não há dúvida de que a sociedade tem que se defender contra a passagem ao ato pulsional, ela tem tudo a ganhar ouvindo os que falam, gritam o seu desespero ou a sua revolta. Eles dizem uma verdade sobre nós mesmos e as estruturas que nos aprisionam.<sup>61</sup>

O que estava em jogo na cena da queda da Bastilha era, assim, os modos de sustentação da própria potência humana que se esfacelava na figura e no lugar ocupado pelo rei. Essa potência humana que, no Antigo Regime, foi condensada na figura do rei, na modernidade, ela se esfacela desde que despedaçaram o Deus pai, e os estilhaços permitiram a multiplicação e a proliferação de lugares de exercícios de poder, e a produção de outras subjetividades que até então não se testemunhavam. Uma das facetas do poder monárquico se encarnará nas formas discursivas das ciências naturais e humanas, aquelas que irão tratar o corpo humano como organismo adaptável e com capacidades naturais a serem estimuladas. A medicina e a pedagogia encontram um lugar ótimo para acolhimento de seus dispositivos discursivos e mecanismos de constituição de sentidos, cujo corpo feminino e a sua sexualidade se tornam um dos inúmeros palcos modernos para suas enunciações.

### **2.3 Sobre a sexualidade feminina: só as mães podem ser felizes**

Por volta do século XVIII, a idéia de *sexualidade feminina* torna-se um precioso dispositivo de poder e controle sobre as populações no advento da cena moderna. O

---

<sup>61</sup> MANNONI, M. **Elas não sabem o que dizem:** Virgínia Woolf, as mulheres e a psicanálise. Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1999, p.107.

tema da *sexualidade feminina* se constitui por discursos científicos que vão dominar a cultura humana: uma *espécie de saber-fazer das mulheres* surge estritamente ligado à idéia de *natureza feminina*, o que vai prevalecer no mundo dos ideais iluministas do projeto moderno, principalmente quando se trata de conter os “vapores” que mantinham as micro-revoluções nos grupos de mulheres na cena da cidade.

Frente ao grande horror de uma possível feminilização do corpo social, cria-se os discursos sobre a “sexualidade feminina”, que se apresentam como estratégias de poder e controle sobre as populações, passando a “domesticar” ou ainda, justificar aos olhos masculinos, o grande *furor feminino* que representa a afirmação das mulheres no advento da modernidade. A vida doméstica – a vida privada – se transforma em cenário privilegiado para a atuação das mulheres, o que fermenta a construção de representações de um corpo dócil para as mulheres.

Neri nos recorda a análise de Foucault do dispositivo de sexualidade. Emergente do iluminismo científico, a sexualidade é tomada em sua dimensão de poder, de dispositivo de poder, sendo o elemento sexual grande instrumento nas próprias relações estratégicas no advento da modernidade. A partir de certa data, vão se consolidar as relações estratégicas de poder por vias capilares dos saberes:

Para o autor, a partir do século XVIII observa-se o surgimento das ciências sexuais, um conjunto de disciplinas e saberes que visam menos à repressão do sexo e mais o adestramento de corpos e das sexualidades com o objetivo de produção de subjetividades que se coadunem com a consolidação do capitalismo e da família burguesa.<sup>62</sup>

Foucault nos indica que a modernidade lança uma nova ordem de relações estratégicas de poder, onde o poder repressivo iria partilhar a cena com uma outra concepção de poder, que Neri indica:

uma concepção de poder não em termos de uma lei simbólica universal mas enquanto multiplicidade de relações de forças imanentes a um momento histórico de uma sociedade dada que visa a criar dispositivos discursivos disciplinares de produção de novas formas de sexualidade.<sup>63</sup>

---

<sup>62</sup> NERI, R. **A psicanálise e o feminino**: um horizonte da modernidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 75.

<sup>63</sup> Idib., p. 63.



Na modernidade, o pólo soberano se fragmenta, abrindo margem para que outras forças de controle se organizem sobre os territórios europeus. Uma das figuras representativas de controle sobre as populações será, sem dúvida, o sistema jurídico-político, pólo de controle baseado na autoridade do Estado, nos direitos sobre os bens, e nos direitos do cidadão, que vão operar uma função de ordenamento, controle e vigilância, o que antes era de domínio do soberano. Por outro lado, agindo de maneira mais ou menos “invisível”, haverá outro pólo, mais difuso, capilar, como nos diria Foucault, por meio do qual se faz entrar em ação modos sutis de controle e de vigilância sobre o corpo das populações. Foucault analisa:

Nas sociedades modernas, os poderes se exercem através e a partir do próprio jogo da heterogeneidade entre um direito público da soberania e o mecanismo polimorfo das disciplinas. O que não quer dizer que exista, de um lado, um sistema de direito, sábio e explícito – o da soberania – e de outro, as disciplinas obscuras e silenciosas trabalhando em profundidade, constituindo o subsolo da grande mecânica do poder. Na realidade, as disciplinas têm o seu discurso.<sup>64</sup>

Era por vias de uma política do corpo ligada à idéia de “sexualidade feminina” que se tentava conter o *feminino* em fervor no advento das sociedades modernas. As disciplinas difundem saberes sobre o corpo das mulheres, e legitimam a idéia do “natural” por meio dos princípios clínicos, isto é, médico-pedagógicos:

Elas são criadoras de aparelhos de saber e de múltiplos domínios de conhecimento. São extraordinariamente inventivas ao nível dos aparelhos que produzem saber e conhecimento. As disciplinas são portadoras de um discurso que não pode ser o do direito; o discurso da disciplina é alheio ao da lei e da regra enquanto efeito da vontade soberana. As disciplinas veicularão um discurso que será o da regra, não da regra jurídica derivada da soberania, mas o da regra “natural”, quer dizer, da norma; definirão um código que não será o da lei mas o da normalização; referir-se-ão a um horizonte teórico que não pode ser de maneira alguma o edifício do direito mas o domínio das ciências humanas; a sua jurisprudência será a de um saber clínico.<sup>65</sup>

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, produzem-se discussões prolongadas que vão colocar sexo e gênero como indicadores para se conceber as análises referentes tanto das diferenças sociais, como também das relações de dominação entre homens e mulheres. Definições como sexo e gênero serão aqui tomados como efeitos das

---

<sup>64</sup> FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Disponível em: <<http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/>>. Acesso em: 4 jun. 2006. p.106.

<sup>65</sup> Idib.

figurações que enredam campos específicos de saberes do simbólico-cultural. Assim, ora sexo sobrepõe ao gênero, ora gênero se sobrepõe ao sexo enquanto aqui iremos apenas apontar essas variações, sem nos apegarmos às concepções antropológicas, sociológicas ou biológicas. Tais concepções, como sabemos, são mesmo produtos da cena moderna - saberes disciplinares -, cena em que as mulheres vão atuar, ora como sujeitos, ora como objetos desses saberes disciplinares.

No contexto pré-revolucionário, o modelo da unidade, ou do sexo único era predominante sobre a cultura ocidental. Segundo Neri, Laqueur adverte que esse modelo do sexo único (modelo teológico metafísico) predominou desde a Antiguidade até o século XVIII.<sup>66</sup> Segundo esse modelo, o sexo masculino era o único sexo, e o feminino era o masculino inferiorizado. Portanto, justifica-se a supremacia do sexo masculino sobre o sexo feminino. Roudinesco evidencia:

É a Aristóteles que devemos a descrição provavelmente mais interessante do modelo do sexo único. Segundo ele, a primeira união necessária à ordem da natureza é a de um macho com uma fêmea. O sêmen do homem é soberano pois contém o 'princípio da forma', ao passo que o da mulher não, uma vez que ela é a 'matéria que recebe a forma'. [...] o macho é o 'ser que gera em um outro e a fêmea o ser que gera em si' [...] só o esperma engendra e gera a criança que irá se lhe assemelhar. Como conseqüência, o homem comanda, a mulher se submete e a família é organizada segundo um princípio monárquico.<sup>67</sup>

A mulher, assim, é definida sem tantas alterações até o século XVIII. Sob esse modelo unissexuado, o masculino seria a referência universal e o ponto de partida para se analisar todas as perspectivas de diferenças sexuais. A posição social que a mulher vinha ocupar na cultura era tomada sempre como inferior à masculina e, visto que caráter da existência era por princípio masculino, o homem era superior e reinava sobre a mulher devido à semelhança com o Deus pai:

Homens e mulheres eram então classificados segundo seu grau de perfeição metafísica, a posição soberana sendo sempre ocupada por um modelo masculino assimilado a uma ordem simbólica neutra, unissexuada e de origem divina. O gênero parecia então imutável, à imagem da hierarquia do cosmo.<sup>68</sup>

---

<sup>66</sup> NERI, R. **A psicanálise e o feminino**: um horizonte da modernidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

<sup>67</sup> ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p.116.

<sup>68</sup> Idib. p:118-119.

Assim, a partir do século XVIII, por influência da Revolução Francesa, o deslocamento produzido pelo tomada do controle estatal pelo sistema constituinte e pela crise na ordem de poder, podemos testemunhar fissuras no modo do humano conceber as diferenças sexuais. Partindo das idéias iluministas, outro modelo vem emergir:

com o Iluminismo, se introduz o modelo dos dois sexos, modelo cientificista orgânico, no qual o sexo anatômico e biológico que define o de gênero: o Iluminismo propõe assim uma nova concepção sobre a diferença entre os sexos, a tese de dois sexos diferenciados por uma essência natural biológica.<sup>69</sup>

Neri analisa que tal modelo essencialista moderno é, por essa via cientificista, uma tentativa de restaurar o próprio sexo masculino: “[...] na medida em que a mulher, - por sua essência mais próxima da natureza e da paixão -, estaria destinada à maternidade e ao espaço doméstico, em oposição à natureza racional do sexo masculino, que o destinaria a ocupar o espaço público”<sup>70</sup>. A autora corrobora com a idéia de Laqueur a qual o modelo essencialista se apresenta como uma solução de compromisso dentro da nova ordem moderna, e não se afasta tanto do antigo modelo de afirmação do sexo único, quando se trata de se afirmar uma estratégia de preservação do pai como a figura que encarna a ordem na civilização ocidental. Seria assim, mais uma vez, a afirmação da figura masculina na cultura humana, mas agora em outros termos: “A batalha da diferença do gênero se dando agora em torno do sexo biológico, do corpo, e não mais do espírito, a hierarquia não é mais divina mas biológica”<sup>71</sup>.

Segundo Kehl, a proliferação de afirmações filosóficas, científicas e médicas sobre a natureza das mulheres e sobre o lugar determinado para elas pela ordem “natural”, além de ocuparem uma posição de verdade sobre a vida cotidiana dessas mulheres, essas idéias denunciam no advento da modernidade, um “[...] apartamento entre as mulheres e as determinações biológicas, ‘naturais’, da feminilidade”<sup>72</sup>. Ela também considera que essa insistência promovida pelos discursos dos pensadores e cientistas da época em afirmarem que o único lugar para a mulher é o lar e a sua tarefa mais valiosa é aquela que a “natureza” lhe ofertou – a maternidade – denota a reação ao início de desordem social que se esboça, já no século XVII, e que se torna alarmante no

---

<sup>69</sup> NERI, R. **A psicanálise e o feminino**: um horizonte da modernidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 62.

<sup>70</sup> Idib.

<sup>71</sup> Idib.

<sup>72</sup> Idib., p.60.

final do século XVIII, com os ideais da Revolução Francesa. Surgem aí, sentimentos tais como de valorização do filho humano, do recolhimento da mulher à família, dos cuidados com a saúde corpórea, dos princípios da boa educação, e tudo isso predominantemente exercido na vida privada, e veiculado pelos manuais médico-pedagógicos.

Segundo Kehl, o tratado de Pierre Roussel – *Du système physique et moral de la femme* (Sobre o sistema físico e moral da mulher), de 1775, torna-se uma grande referência dos discursos sobre a mulher. Ali se figura a mulher como complementar do homem, tendo seu comportamento emocional e moral determinado pela presença de um órgão até então misterioso: o útero<sup>73</sup>. O mais curioso desse tratado, é que ele é escrito antes da Revolução Francesa (1789), e reeditado em 1793, no ano mesmo em que a cabeça de Luís XVI é cortada. Isso denota a qualidade do campo subjetivo em que surgiram as forças de tensão que abalam a figura masculina e colocam em cena a figura feminina. A cabeça é masculina, do rei, e o útero é feminino, da mulher.

Roudinesco aponta que, quando vem à tona o discurso no qual o sexo anatômico prevalece sobre o gênero, o modelo unissexual se esfacela e a humanidade vai ser dividida em duas categorias imutáveis, homens e mulheres, enquanto que as outras diferenças serão desprezadas ou abolidas, isto significa que tudo será analisado a partir das diferenças sexuais. Para a autora, três serão as representações possíveis para as mulheres a partir desse contexto de análise: ou a mulher é um complemento do homem, dividindo com ele um prazer carnal e um papel social; ou a mulher é inferiorizada, classificada em uma espécie de tipo zoológico (monstro, andrógina – quando incendiária, lésbica, prostituta); ou é idealizada, sendo tomada como “suplementar” à ordem simbólica (louca, mística, virgem)<sup>74</sup>.

A historiadora analisa a primeira representação possível, na qual a feminilidade das mulheres sempre é associada à maternidade. Quanto às outras duas, quando a feminilidade é excludente da maternidade, a mulher aparece, assim, incapaz de realizar a tarefa procriadora a ela imposta pela natureza e pela cultura. Ela conclui que, a partir dessas representações da feminilidade, foram deduzidas as posições de poder, submissão, complementariedade ou exclusão das mulheres na sociedade moderna. Ela

---

<sup>73</sup> KEHL, M. R. **Deslocamentos do feminino**: a mulher freudiana na passagem para a modernidade. Rio de Janeiro: Imago. 1998, p. 65-66.

<sup>74</sup> ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 117-118.

diz ainda que ligadas à primazia, ou do sexo, ou do gênero, tais representações vão refletir sobre todas as modificações e variações que daí por diante sofrerão a família.

Assim, Roudinesco afirma que o declínio do poder divino do pai e sua transferência para uma ordem simbólica cada vez mais abstrata vêm coincidir com a *maternalização da família*. E antes, se os homens e as mulheres eram classificados segundo seu grau de perfeição metafísica, sendo a posição soberana sempre ocupada pelo padrão masculino, à imagem da hierarquia do cosmo, no século XVIII, quando se engendra os conceitos biológicos da ciência, o modelo da diferença sexual é valorizado cada vez mais.

Duas idéias surgem da proliferação dos discursos sobre as mulheres: primeiro, é a idéia de que as mulheres seriam sujeitos definidos a partir de uma natureza própria, diferente da natureza masculina, isto é, as diferenças anatômicas e fisiológicas aparecem definindo suas vicissitudes; e outro, atrelado à idéia mesma de “natureza feminina”, diz que esta natureza “[...] precisaria ser domada pela sociedade e pela educação para que as mulheres pudessem cumprir o destino a que estariam naturalmente designadas”.<sup>75</sup> Um exímio filósofo, que poderia muito bem ser tomado como mestre do discurso médico-pedagógico, escreve o que chamamos aqui, de manual das mulheres do lar, ou *Émile* de Jean-Jacques Rousseau.

À teoria de Rousseau, a figura da mulher se apresentava como um ser original, em sua origem fisiológica, ser corporal, instintivo, sensível débil organicamente e inadaptado pela lógica da razão, porém, ao esquecer sua natureza, no contato com o mundo, se tornara um ser artificial. Para se regenerar, era preciso entrar em contato com uma linguagem anterior às palavras e ao pensamento, linguagem que se aproxima da essência fisiológica da feminilidade, sua verdadeira origem.<sup>76</sup>

Assim, Kehl nos diz que, de todos os escritores que se manifestam a favor de uma volta das mulheres ao seu verdadeiro “estado de natureza”, é Rousseau o mais influente, tendo se transformado segundo a autora, em um “grande propagandista [sic] das virtudes do amor materno com a publicação do seu *Émile*, em 1762”.<sup>77</sup> Sofia, que viria a se tornar esposa do grande *Émile*, era o paradigma do ideal de feminilidade baseado na dedicação, na doçura, na submissão. Sofia era a metáfora da Mulher, assim

---

<sup>75</sup> KEHL, M. R. KEHL, M. R. **Deslocamentos do feminino**: a mulher freudiana na passagem para a modernidade. Rio de Janeiro: Imago. 1998, p.58.

<sup>76</sup> ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p 122-123.

<sup>77</sup> KEHL, M. R. op. cit. p.72.

declara Rousseau quando coloca já na introdução a legenda “Sofia ou a Mulher”. Perfeita era a sabedoria de Sofia (Sofia, em grego, é sabedoria), e Sofia é tomada como a Mulher universal. Assim Rousseau vai construindo uma representação da Mulher Universal:

‘Do cuidado das mulheres depende a primeira educação dos homens; das mulheres dependem ainda os seus costumes (...) [sic]. Assim, educar os homens quando são jovens, cuidar deles quando são grandes, aconselhá-los, consolá-los.. eis os deveres das mulheres de todos os tempos’.<sup>78</sup>

*Émile* de Rousseau foi, assim, um manual de boas maneiras a ser seguido por todas as famílias quando se tratava de aconselhar pais sobre a educação de suas jovens filhas. O autor descreve os fundamentos de feminilidade que dominou o imaginário das mulheres e homens na Europa no limiar do século XIX. Outro trecho interessante que Kehl nos traz, sobre a Sofia de Rousseau:

‘Sofia ama a virtude (...) [sic] esse amor tornou-se a sua paixão dominante. Ama-a porque nada há de tão belo quanto a virtude; ama-a porque a virtude é a glória de uma mulher, e uma mulher virtuosa parece-lhe quase igual aos anjos’. Portanto (mais adiante) [sic]: ‘Sofia não tem a felicidade de ser uma amável francesa, fria por temperamento e faceira por vaidade, desejosa mais de brilhar do que de agradar, procurando diversão e não o prazer. Unicamente a necessidade de amar a devora, sem distraí-la e perturbar seu coração durante as festas’.<sup>79</sup>

Kehl marca que, apesar de postular que a “natureza feminina”, cuja finalidade da mulher na cultura é a procriação, deva estar na base dos valores das mulheres modernas, por outro lado, valores tais como recato, pudor, vergonha não são inatos à elas. Esses são valores que devem ser cuidadosamente cultivados por meio da educação, o que deve servir de freio a seus impulsos, presentes desde sua origem natural. À diferença das fêmeas dos animais, os desejos das mulheres não se reduzem ao ciclo biológico, eles são ilimitados, isto é, não são capazes de se findarem, a não ser por meio da educação. No lugar dos excessos próprios da natureza feminina, da voracidade libidinal relativa às mulheres, se incute vergonha e pudor.<sup>80</sup>

---

<sup>78</sup> KEHL. M. R. **Deslocamentos do feminino**: a mulher freudiana na passagem para a modernidade. Rio de Janeiro: Imago. 1998, p. 73.

<sup>79</sup> Idib. p. 73-74.

<sup>80</sup> Idib. p. 74.

Assim, junto à concepção de sexualidade feminina - impulsiva desde origem, segundo as teses rousseauianas - viria a educação, a fim de “domesticar” o corpo feminino. Tal discurso será básico para aqueles ideais médico-pedagógicos que vão delinear tanto os limites anatômicos das mulheres, quanto encerrar os destinos domésticos para as mulheres na vida privada. Todas essas estratégias servem para livrar a cultura ocidental, à maneira de Damiens, do carácter negativo de influência das mulheres.

Paralelamente às idéias eloqüentes de Rousseau, encontramos as de marquês de Condorcet. Tal filósofo seria o único iluminado da Revolução Francesa a adotar uma perspectiva para as mulheres de concepções feministas, militando nos espaços administrativos pela igualdade de direitos entre o gênero humano.<sup>81</sup> Em 1790, com a publicação de *Sur l'admission des femmes au droit de cité* (Pela admissão das mulheres ao direito da cidade), Condorcet questionava a exclusão das mulheres do direito de cidadania. Para ele, qualquer exclusão ia contra aos ideais de emancipação da Revolução Francesa. Em 1792, ele apresenta um projeto que visava legislar a favor do direito à igualdade na educação para ambos os sexos.<sup>82</sup> Sua perspectiva era tão afirmativa quanto à igualdade das mulheres no contexto da cidade que argumentava, a ponto de dizer que as mulheres eram bem capazes de comandar um exército<sup>83</sup>:

A advertência de Condorcet é surpreendente, porque pela primeira vez uma voz masculina vem opor à vasta argumentação sobre as razões ‘naturais’ para a discriminação das mulheres. Ao equiparar a menstruação e a gravidez a ataques de gota e constipação sofridos por alguns homens, talvez com uma leviandade excessivamente masculina, Condorcet estava em sintonia como um sentimento para o qual mulheres como Mary Wollstonecraft tentavam chamar atenção de suas companheiras: o de que subjetivamente, uma mulher pode passar a maior parte de sua vida *sentindo-se* [sic] igual aos homens, desde que sua experiência de vida não tenha sido exageradamente apartada da experiência masculina pela educação e pelas convenções sociais.<sup>84</sup>

No início do século XIX, a maioria das mulheres européias vão comungar com as idéias de Rousseau, e poucas delas irão levar a diante o entusiasmo incendiário,

---

<sup>81</sup> KEHL, M. R. **Deslocamentos do feminino**: a mulher freudiana na passagem para a modernidade. Rio de Janeiro: Imago, 1998, p. 66.

<sup>82</sup> NERI, R. **A psicanálise e o feminino**: um horizonte da modernidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 73.

<sup>83</sup> Idib., p.73.

<sup>84</sup> Em 1792, Mary Wollstonecraft, publicou a *Vindication of the rights women* onde dizia que a aquisição de direitos sociais para as mulheres, até então inexistentes, representava o desejo de modificações em seu destino. In: KEHL, M. R. op. cit., p. 67-68.

aquilo que as levava às ruas da cidade, alguns anos antes. Kehl toma os registros de Peter Gay sobre as mulheres desse instante histórico. A circulação da revista parisiense *L'Athénée des Dames* – “uma revista parisiense de coloração feminista que durou poucos números em 1808”<sup>85</sup> - causou grande polêmica entre as mulheres. Uma das leitoras escreveu uma carta às editoras dessa revista, chamando atenção quanto ao ridículo de se questionar a superioridade masculina sobre as mulheres. Um trecho dessa carta: “ ‘As pessoas ridicularizarão sua maneira de falar, e os insultos que vão dirigir a vocês atingirão, de certa forma, as mulheres em geral. Acho que vocês estão muito erradas ao pôr em dúvida a visão comum de que o homem é superior à mulher’ ”<sup>86</sup>.

Roudinesco comenta que foi, em 1821, nos princípios da filosofia do direito, que Hegel descreve a nova reação instaurada entre indivíduo, sociedade e Estado. A família se torna, ao lado das corporações, uma das estruturas de base da sociedade<sup>87</sup>. Sem a família, segundo Hegel, o Estado só poderia lidar com massas despóticas ou tribais. Assim, podemos perceber a posição ocupada pelo grande movimento de mulheres “incendiárias”. Ao lado de uma atitude despótica e imoral, a ordem familiar burguesa teria três fundamentos – a autoridade do marido, a subordinação das mulheres e a dependência dos filhos<sup>88</sup>. “Avalista da moralidade”, diz-nos Roudinesco, “ela [a família] repousa na instituição do casamento monogâmico ao unir, por consentimento mútuo, um homem e uma mulher que privilegiam, ambos, a inclinação espiritual sobre a paixão sexual”<sup>89</sup>.

Essas perspectivas deixam-nos a grande fratura promovida no cerne das massas de mulheres, que outrora ocupavam os espaços urbanos. Elas vão se opondo entre elas mesmas, em duas grandes posições: as feministas, que vão defender a projeção das mulheres na vida pública; e as mães de família, essas mulheres que vão, em sua grande maioria, se “interiorizando” no espaço da vida privada - “ ‘o círculo apropriado à mulher é a família e na vida privada, a mulher reina sobre a família (...) [sic]’ ”.<sup>90</sup>

Naquele instante revolucionário de finais de século XVIII, afetados pelo estado de suspense pelo qual se descrevia as subjetividades, homens e mulheres se encontravam submersos uma atmosfera tensa de embates que só tem uma saída - é

---

<sup>85</sup> Idib., p. 69.

<sup>86</sup> KEHL, M. R. **Deslocamentos do feminino**: a mulher freudiana na passagem para a modernidade. Rio de Janeiro: Imago. 1998, p. 69.

<sup>87</sup> ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 40.

<sup>88</sup> Idib., p.38.

<sup>89</sup> Idib., p. 40.

<sup>90</sup> KEHL, M. R. op. cit. p. 70.



preciso controlar, conter, vigiar esses corpos ilimitados e transbordantes - as mulheres. Não mais pela força da repressão da retrógrada autoridade soberana, mas, pela força da coesão, pelos modos sutis de capitar, de desfiar, de (re)significar, através de discursos legitimados, os lugares de exercício da potência erótica para as mulheres:

Ao se outorgar à mãe e à maternidade um lugar considerável, proporciona-se meios de controlar aquilo que, no imaginário da sociedade, corre o risco de desembocar em uma perigosa irrupção do feminino, isto é, na força de uma sexualidade julgada tanto mais selvagem ou devastadora na medida em que não estaria mais colada à função materna. A mulher deve acima de tudo ser mãe, a fim de que o corpo social esteja em condições de resistir à tirania de um gozo feminino capaz, pensa-se, de eliminar a diferença dos sexos.<sup>91</sup>

A potencialidade erótica provocada pela irrupção do feminino na cena da queda da Bastilha vai ser apreendida e, pouco-a-pouco, enclausurada num corpo feminino em que a condição do vir a ser mulher estará absolutamente submetida aos padrões sexuais estabelecidos pelo significante fálico – o universal masculino. A cultura moderna assim se constituído por aberturas de fendas onde potenciais disruptivos borbulham numa emergência do feminino, todavia, ao mesmo tempo, esta cultura cria padrões associados a arranjos indubitavelmente conservadores da ordem do pai estilhaçada.

Nesse mundo convencional, regido pelos homens, a mulher cria para si um universo interior de infinita riqueza: ouve o canto dos pássaros, o tique-taque do relógio, respira o perfume das árvores, da vida, das flores, da noite. A força e a aventura da vida estão ali. Essa doçura de viver, à qual só a mulher parece ter, por instantes, acesso, se destaca, sobre um fundo de violência, de um mundo absurdo em que as existências austeras são codificadas de maneira imutável. [...] A mulher tenta continuar viva criando um mundo interior para si, onde vozes e emoções a atravessam. [...] Tudo acontece como se, num mundo perfeito demais, não houvesse lugar para a mulher.<sup>92</sup>

Se no mundo moderno somente haverá lugares de reconhecimento para as Sofias de Rousseau, o ideal das mulheres vitorianas, as mulheres vão ter mesmo que inventar uma Outra cena, em que “a sexualidade é deslocada para Outra cena e se torna imaterial”.<sup>93</sup> Assim, é no lugar da maternidade que as mulheres modernas vão encontrar um *foyer* para a assimilação e para os exercícios de gozo.

---

<sup>91</sup> ROUDINESCO, E. Família em desordem. p. 38

<sup>92</sup> MANNONI, M. **Elas não sabem o que dizem**: Virgínia Woolf, as mulheres e a psicanálise. Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1999, p. 15.

<sup>93</sup> Idib., p. 19.

O que a cultura ocidental dos séculos XVIII, XIX e começo do século XX interditou às mulheres foram outras possibilidades identificatórias; a única identificação permitida para a menina, de acordo com os ideais de seu Gênero, e que lhe promete alguma perspectiva de gratificação libidinal é a identificação à mãe, não enquanto mulher no sentido amplo (esta mulher ainda não existia), mas só enquanto mãe.<sup>94</sup>

## **2.4. Do *foyer* revolucionário a um *foyer* para as mulheres no advento da modernidade: das matronas, das parteiras, das nutrizes, das burguesas, do repúdio ao saber-fazer das comadres**

Lembremos-nos que, segundo Kant, o valor da Revolução Francesa se encontra na circunstância dos agentes em rebelião construírem uma cena para o espetáculo, condição esta primordial para se viver o entusiasmo revolucionário: “A revolução como espetáculo e não como gesticulação, como palco (*foyer*) do entusiasmo [sic] para aqueles que a assistem e não como princípio de transtorno para os que dela participam”<sup>95</sup>.

No século XVIII, a Revolução Francesa abala as fronteiras que no Antigo Regime separavam a esfera pública da vida privada, como nos conta Kehl<sup>96</sup>. Em torno de 1850, Roudinesco assinala, em concordância com Michelle Perrot, que a *esfera do privado* ganha uma importância não antes observada na história do Ocidente: “[...] surgiu como uma zona ‘obscura e maldita’ para se tornar lugar de uma das experiências subjetivas mais importantes de nossa época”.<sup>97</sup> É discurso médico que vai ganhar status de vigilante sobre o espaço privado, e vai atuar politicamente, acoplado ao educativo-pedagógico.

Desse modo, de desejanças, eufóricas, incendiárias, as mulheres da cena moderna vão “docemente” se retraindo. De “gárgulas vivas” que tudo podia ver sob o cunho da Bastilha, os olhos do velho regime *se transformam* nas formas discursivas mais sutis, se espalhando por vias capilares de saberes disciplinares sobre os fazeres das mulheres na vida privada. Com o nascimento da moral burguesa civilizada, a partir do século XVIII, os instrumentos médico-pedagógicos entram na vanguarda do controle social, a antiga repressão dos corpos pelo cárcere *vai se decompor* em preceitos

---

<sup>94</sup> KEHL, M. R. **Deslocamentos do feminino**: a mulher freudiana na passagem para a modernidade. Rio de Janeiro: Imago. 1998, p. 262.

<sup>95</sup> FOUCAULT, M. **O que é o iluminismo**. Disponível em:

<<http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/iluminismo.html>>. Acesso em: 3 mar. 2006.

<sup>96</sup> KEHL, M. R. KEHL, M. R. **Deslocamentos do feminino**: a mulher freudiana na passagem para a modernidade. Rio de Janeiro: Imago. 1998, p. 60.

<sup>97</sup> ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p.18.

enunciados por Rousseau e pela filosofia das Luzes, o que encontram eco em todas as camadas da população<sup>98</sup>.

Do *foyer* excitantemente misturado, equivocado, inebriado de euforia pela causa revolucionária, no momento seguinte da Revolução Francesa, as mulheres vão se embrenhar no furor de outra cena, aonde vai se identificar algo “obscuro e maldito” - interior da casa. É por meio da *oferta de foyer* - e não um foyer qualquer, as mulheres vão exercer o grande espetáculo revolucionário civilizatório.

É ali, no cerne da vida privada onde o furor das mulheres se manterá aceso. O *foyer* privado se transformará no lugar privilegiado do exercício das subjetividades femininas. Associadas ao furor médico-pedagógico, os movimentos das subjetividades femininas nesse espaço reservado será promovido de maneira distinta. Tudo que era “obscuro e maldito” será iluminado pelo olhar da ciência e dos novos saberes modernistas.

É através da noção da sexualidade feminina como “natural” que os discursos médico-pedagógicos irão atuar seus poderes numa microfísica, não mais definida pela figura do soberano, isto é, de modo hierárquico ou vertical, pois que encontram uma eficácia estratégica. Para se proliferar as lógicas modernas, a cultura burguesa-capitalista encontrará na horizontalidade dos elementos, isto é, na idéia do “social” o melhor contexto de permeabilidade capilar, de proliferação de saberes, o “social”, em mútuo acordo com a idéia de “natureza feminina”.

Até meados do século XVIII, nos conta Donzelot, a medicina não se interessava pelas mulheres nem pelas crianças. As mulheres tinham sua própria medicina, isto é, elas guardavam um saber que era desprezado pelo saber médico, que os mais conservadores reconheciam como “remédio de comadre”. Isso significava que, os partos, as doenças das parturientes, as doenças ligadas às crianças eram coisas de “comadre”, ou seja, eram da esfera de práticas executadas pelas *serviçais, pelas nutrizes ou amas-de-leite* no cotidiano das famílias. “O recurso a nutrizes do campo para cuidar de crianças”, diz Donzelot, “constituía um hábito dominante na população das cidades”.<sup>99</sup> Isso era comum em qualquer classe social no Antigo Regime, mas, um tempo depois da Revolução, as classes burguesas passam a identificar a nutrição pelas amas-de-leite como um atentado sobre a moral burguesa em ascensão.

---

<sup>98</sup> Idib., p. 100.

<sup>99</sup> DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Tradução de: M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal. 1980. p. 16.

Devido à moralização dos costumes e da idéia da *conservação das crianças*, a medicina das comadres causava cada vez mais horror aos médicos que, num momento seguinte, ela deveria ser combatida por uma “missão civilizadora”.<sup>100</sup> Assim, o interesse da medicina tradicional pelo saber popular das mulheres nasce da noção das práticas médico-pedagógicas que se instauraram com o nascimento do discurso higienista<sup>101</sup> nas áreas urbanas: “a conquista desse mercado [urbano] pela medicina implicava, portanto, uma destruição do império das comadres, uma longa luta contra suas práticas consideradas inúteis e perniciosas”<sup>102</sup>. Observa-se que tais noções médicas constituiriam a base para monopolizar os saberes populares, a fim de construir a legalidade burguesa, imprimindo no corpo social a noção de ignorância popular:

[...] os conselhos de puericultura e de pedagogia dispensados antes de 1880 pelas mães de família, as parteiras e os médicos de província, sob forma de uma ‘arte de viver’, passam efetivamente a ser, depois de 1880, monopólio exclusivo dos pediatras, para fins de ensino. O pediatra possui doravante um saber teórico que distribui com autoridade; ele procura definir a legalidade médica. [...] assim, as regras de higiene decretadas vão levar em conta as posições sociais; assim é que a mulher do povo tem necessidades de regras com as quais não se transgride: selvagem, é pressuposta a sua robustez, ao passo que a mulher da classe superior tem direito a todos os cuidados: é preciso levar em conta uma ‘nervosidade’ inerente à cultura. Simetricamente, as instituições escolar e médica do fim do século XIX construíram na França a sua autoridade sobre uma base de ignorância popular – ignorância popular tão necessária que tudo concorre para conservá-la.<sup>103</sup>

---

<sup>100</sup> Missão civilizadora é o termo que Mannoni emprega para designar a atuação das instituições médica e escolar a partir de 1880. Como precursor desse poder médico-pedagógico, D. Schreber ditava um saber científico para exercer a submissão e um abandono radical do paciente do seu corpo e do seu ser, mediante ao treinamento físico e moral precoces – desde os primeiros anos de vida da crianças. Esse é considerado por Mannoni como paradigma do terrorismo pedagógico da época levado às últimas conseqüências da situação paranóica, o que produziu em Daniel Paul, filho desse médico à loucura. O poder disciplinar científico, ligado à vulgarização das obras médicas, ocuparão no final do século XIX, o lugar da religião, tanto que alguns intitularam de ‘catequismo’. MANNONI, M. **Educação impossível**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. p. 28.

<sup>101</sup> Segundo Merisse, o higienismo ou movimento higienista constituiu-se ao longo do século XIX e início do século XX. De orientação positivista, diz Merisse, “foi formado por médicos que buscavam impor-se aos centros de decisão do Estado para obter investimentos e intervir não só na área da saúde mas também no ordenamento de muitas outras esferas da vida social. Diante dos altos índices de mortalidade infantil e das precárias condições de saúde dos adultos, e tendo em vista a disseminação de novos conhecimentos e técnicas provenientes do avanço da ciência, o higienismo conseguiu influenciar decisivamente a emergência de novas concepções e novos hábitos” MERISSE, A. *Origens das instituições de atendimento à criança: o caso das creches*. MERISSE, A. (et all). **Lugares da infância: reflexões sobre a história da criança na fábrica creche e orfanato**. São Paulo: Arte e ciência, 1997.

<sup>102</sup> DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Tradução de: M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal. 1980. p. 24.

<sup>103</sup> MANNONI, M. op. cit. p. 47.

Conservar uma espécie ignorância popular seria, então, a chave para que o discurso higienista pudesse se apropriar de saberes criados, ao longo dos séculos anteriores, em uma cultura doméstica própria das mulheres. Os saberes cotidianos das mulheres sobre procriação, sobre gestação, sobre a conservação de suas crianças deveriam ser iluminados, dando lugar ao domínio de uma cultura médico-pedagógica. Entendeu-se que a instauração da figura do médico na molécula da família burguesa, junto às mulheres da classe burguesa, seria um modo estratégico de aniquilar o que era “obscuro e maldito”: um saber-fazer das mulheres nascido de uma experiência de vida sobre o que é próprio do corpo das mulheres. Aqui, estamos diante de algo que tem haver com aquele “ato de Damiens” – separar da mulher o feminino – o impuro, a sexualidade ou ainda, da potencia erótica que emana dos fazeres e falas no contato do corpo-a-corpo entre as mulheres?

A histeria, em sua origem, é uma questão de mulheres ou, melhor, de parteiras. Pertence a esse domínio reservado, recortado pelas matronas, à distância dos homens, e no qual elas acumulam todo um saber, não só sobre a arte de pôr crianças no mundo mas sobre os mistérios da infância, sobre o sexo da mulher e as doenças que o acometem.<sup>104</sup>

A proposição médica de uma influência negativa das técnicas das comadres promoveu uma fissura no *foyer* moderno, o que vai criar entre as próprias mulheres atitudes, conceitos, representações sobre si mesmas muito diferenciadas. Na novíssima cena do *foyer* moderno - a casa – pode-se observar que, de um lado, vão se localizar as *femmes au foyer*<sup>105</sup>, as mulheres burguesas tornando-se as enfermeiras da moral médico-higienista, e portadoras do ideal rousseuriano. Do outro lado do *foyer*, as mulheres camponesas se encontram como serviçais (as domésticas, as amas-de-leite ou nutrizes). Essa condição de criadagem será ótimo objeto de vigilância e controle da atenção médico-educativa. Em outras palavras, se por uma linha, criam-se as imagens de mulheres repletas de objetos e de imagens ideais (rousseurianos), nos quais casamento e amor se conjugam na cena do *foyer* com as crianças, por outra linha, criam-se as imagens de mulheres profanas, migrantes na cidade, ora abandonadas, pobres, ora

---

<sup>104</sup> JONES, E. 1970. apud NERI, R. **A psicanálise e o feminino**: um horizonte da modernidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 99.

<sup>105</sup> *Femme au foyer* é o termo usado em francês para definir ‘une femme qui reste a la maison’, uma mulher que se destina a ficar em casa, ou ainda, aquela que se ocupa dos fazeres da casa.

prostitutas, nutrizes ou serviçais ignorantes no foyer da casa, aquelas disseminadoras do excesso sexual.

No interior das famílias burguesas, nos conta Donzelot, a aliança do médico com a mulher burguesa será tanto privilegiada. Essa atitude moderna em relação às mulheres burguesas é tamanha que, o período que se estende das últimas décadas de XVIII até o fim do século XIX será marcado pela elaboração de uma série de livros sobre a criação, a educação e a medicalização das crianças. Nesse período surgem várias publicações sobre a arte de cuidar das crianças na primeira infância, bem com guias e dicionários de higiene para o uso das famílias burguesas: “os tratados médicos do século XVIII expunham simultaneamente uma doutrina médica e conselhos educativos”<sup>106</sup>.

Em 1876, o higienista Fonssasgrives propõe em seu *Dicctionaire de la santé* todo o enredo necessário para as famílias burguesas promoverem uma guarda completa de si mesmas. Isso será encargo das mulheres burguesas que promoverão toda enfermagem doméstica, prática dos princípios médico-pedagógicos. Donzelot cita o discurso do médico higienista:

Advirto às pessoas que possam procurar neste dicionário os meios para exercer a medicina em seu próprio detrimento ou em detrimento dos outros, que nada encontrarão aí de semelhante. Proponho-me unicamente ensinar-lhes a dirigir sua saúde em meio aos perigos que a ameaçam. A não se ocuparem de saúde de outrem, a se preservarem dos danos mortais da rotina e dos preconceitos, a compreenderem o que pode a medicina e o que ela não pode, a estabelecer suas relações com o médico de maneira razoável e proveitosa para todos. Por outro lado, proponho-me a ensinar às mulheres a arte da *enfermagem doméstica* [sic]. As quatiães [sic] mercenárias estão para as verdadeiras enfermeiras como as nutrizes de profissão estão para as mães: nada mais são do que uma necessidade. Tenho a ambição de fazer da mulher uma guardiã completa para o doente, capaz de compreender tudo e, sobretudo, que é este o seu papel, e que ele é tão elevado quanto caridoso. Os papéis de mãe e o de médico são e devem permanecer nitidamente distintos. Um prepara e facilita o outro, eles se completam, ou melhor, deveriam se completar no interesse do doente. O médico prescreve, a mãe executa.<sup>107</sup>

Como promotoras da ordem médico-pedagógica, as mulheres burguesas vão servir tanto como educadoras quanto como enfermeiras ao doente da família. Elas serão portadoras de um vínculo privilegiadíssimo com o médico, a fim de promover, no

---

<sup>106</sup> DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Tradução de: M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal. 1980. p. 22.

<sup>107</sup> Idib., p. 23.

interior da família, uma espécie de invólucro contra as influências negativas do antigo regime. Isto quer dizer que, tal qual DONZELOT nos aponta ser este meio doméstico será *foyer* da aliança “médico e mulher burguesa”, condição essa imprescindível para se combater o saber da medicina popular e o saber da experiência das comadres.

Assim, partir de certa data, no lugar de uma “arte de viver” própria das comadres, as *mulheres burguesas* começaram a atuar em nome das ‘regras de vida’, e uma série de disciplinas lhes será apresentada. Portanto, como agentes dos discursos médico-pedagógicos, as mulheres burguesas vão tornar o exemplo da “verdadeira” *femme au foyer*. Elas vão docemente medicalizando o interior da casa, criando uma assepsia própria do cotidiano burguês.

A modernidade enaltece o filhote humano frente às mulheres. No interior da família burguesa, a partir do sentimento de paparicação, houve uma metamorfose - uma nova relação, até então, não identificada, surge entre as mulheres burguesas e as crias. No *foyer* da casa, tal relação estará intimamente associada ao sentimento referente à idéia de infância, considerado por Ariès, como *Paparicação*: “o sentimento da Infância (...) corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto (...)”<sup>108</sup>.

A valorização do filhote humano dentro da família pode ser observada pelo prolongamento do contato entre mãe e criança, e um outro sentimento é, também, constituído na privacidade das relações humanas - o instinto materno. Tanto que, no início do século XIX, a maioria das mulheres burguesas européias vai comungar com aquelas idéias iluminadas, as quais pregavam, entre outras coisas, que “o destino da mulher é o de gerar, não o de se entregar a qualquer atividade profissional ou intelectual”<sup>109</sup>.

Nesse contexto, a criança não existirá senão como filho, ao mesmo tempo em que não haverá outro lugar de pertença cultural para a mulher senão como mãe. O casamento vai se transformar numa aliança livre baseado no amor burguês - “portanto, felicidade e amor no casamento, desejáveis para ambos os cônjugues, teriam sido muito

---

<sup>108</sup> ARIÈS, P. **História social da infância e da família**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1981, p.156.

<sup>109</sup> ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 123.

mais fundamentais para as mulheres e isso por várias razões, pois, “o casamento selava [...] seu destino e sua realização: esposa, mãe, dona de casa”<sup>110</sup>.

Assim, parte do feminino incendiário do *foyer* em pleno advento da modernidade, aos poucos, vai-se apaziguando por vias da realização dessas figuras, indo ao encontro à Sofia do ideal rousseauriano. Essa representação da mulher burguesa a partir de sua função social de mãe-educadora foi exaltada na medida em que a função da maternidade se transformava em artifício de intensa campanha para persuadir as mulheres burguesas a assumir o combate às amas-de-leite. Portanto, uma nova responsabilidade é embutida nesta relação entre as mulheres e suas crias: *amamentar suas próprias crias para que elas cresçam saudáveis e bem educadas*. As crianças do século XVIII deveriam ser amamentadas pelas suas próprias mães para que crescessem saudáveis, alegres e felizes. Essa conexão mítica entre amamentação e felicidade pode ter encoberto várias outras situações na realidade do *foyer* moderno.

Mannoni nos aponta que a mistificação do método rousseauriano é produzido no momento em que se mascara o *ódio da infância* que está na base de todo o empreendimento pedagógico: “[...] fabricam-nos uma criança mítica para desculpar os nossos crimes; criou-se a noção de regressão (o paraíso da infância), a noção de maturidade (útil à administração). *A autoridade médica fez o resto* [sic].”<sup>111</sup> Segundo Mannoni, Rousseau cria o conceito criança, submetida à idéia de fases de desenvolvimento, o que permitiria um desenrolar da mitologia da infância “pura”. Se a idéia rousseauriana sobre a infância é a de que os adultos contaminariam as crianças, podemos transferir essa idéia àquela de que as comadres ou nutrizes contaminariam os filhos burgueses por vias da amamentação.

As mães burguesas foram estimuladas a amamentar seus bebês, enquanto que aprendiam com os médicos a desconfiarem das amas-de-leite. As burguesas estariam em perpétua vigília para com as amas-de-leite, pois, no imaginário urbano, o alto índice de mortalidade infantil se justificava pela má-vontade e incompetência das mulheres nutrizes<sup>112</sup>.

Segundo Donzelot, a preocupação com as nutrizes é colocada em evidência pela via da negatividade: o ódio e o interesse. Discursos densos e estigmatizantes iam se

---

<sup>110</sup> KEHL, M. R. **Deslocamentos do feminino**: a mulher freudiana na passagem para a modernidade. Rio de Janeiro: Imago, 1998, p. 99-100.

<sup>111</sup> MANNONI, M. **Educação impossível**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977, p. 47.

<sup>112</sup> DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Tradução de: M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1980, p 16.



efetuando sobre as mulheres populares e diziam respeito a uma malignidade das *nutrizes*. Tornou-se recorrente o fato de se acreditar que “a educação dos filhos dos ricos padece do fato de ser confiada a serviçais que utilizaram uma mistura de opressões e de intimidades que são impróprias para assegurarem o desenvolvimento dessas crianças, [...] destinando-as exclusivamente ao prazer, ao adorno, como por exemplo, o papel das cintas para adolescentes, tão denunciadas pelos médicos como é o enfaixe dos bebês”.<sup>113</sup>

“Conservar as crianças” significaria também protegê-las dos perigos físicos das faixas, por exemplo, como também protegê-las da ignorância popular, da pobreza e da selvageria dos jogos sexuais a que estariam submetidas as crianças sob os cuidados das amas-de-leite. Donzelot nos resgata o esquema do imaginário coletivo, onde vemos em que momento na cena urbana, as representações da feminilidade das mulheres aparecem:

as mulheres pobres dos campos, com isso, não podendo mais se casar, dedicavam-se à indústria mortífera da amamentação ou, então, resignam-se a vir como serviçais para a cidade e, ali, ofuscadas pela vida de suas patroas totalmente ocupadas em sair e enfeitar-se, morrem de vontade de fazer o mesmo, qualquer que seja o preço. Donde, a corte crescente de prostitutas indecentes e depravadas. O circuito maléfico da criadagem conduz implacavelmente da indolência das jovens de família à insolência das prostitutas.<sup>114</sup>

Já se notava muitas mulheres causarem desordem no espaço urbano, público, no advento da cena moderna. Essas mulheres populares iam às ruas para se venderem como escravas sob um mercado permanente da prostituição. Mas, não são aquelas serviçais, nutrizes, amas-de-leite, parteiras identificadas como esses seres maléficos na cena urbana? Aquelas insatisfeitas em sua condição social de serviçais, identificadas como invejosas das mulheres burguesas, ou aquelas que disseminam os micróbios com seu *tocar de sage-femme*?

Essas nutrizes que se entregavam à indústria de amamentação ou as serviçais que circulavam no interior da casa são as mesmas mulheres campesinas que se casavam e tinham filhos, e que, diante da miserabilidade da economia urbana, abandonavam seus filhos. Como as mulheres campesinas poderiam cuidar dos filhos das mulheres burguesas se elas mesmas estariam abandonando seus filhos pelos cantos da cidade?

---

<sup>113</sup> *Idib.*, p. 18.

<sup>114</sup> DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Tradução de: M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal. 1980. p.21.

“São essas serviçais”, gritavam as vozes da vigilância, “que querem viver acima dos seus meios!”. Essas mulheres camponesas que se casavam e tinham filhos, e quando sua situação não lhes permitia criá-los, os abandonam aos cuidados do Estado<sup>115</sup>. E, o fato dessas mulheres colocarem suas crianças aos cuidados do Estado não tinha outra explicação: elas agiam assim, abandonando seus filhos porque eram “más”, “perversas”, “eram pervertidas do instinto para serem mães”.

Assim, no imaginário coletivo, quando as mulheres se encontravam impossibilitadas de criarem os seus filhos, logo eram acusadas de “não serem mães”. Moralizar o comportamento dessas mães ‘desviantes’ talvez fosse o caminho para evitar o efeito perturbador de filhos bastardos, menores rebeldes e criminosos, moças de má-reputação, enfim, aquilo que poderia abalar a identidade e a posição da família burguesa e da ascensão da cidade. Para tanto, as serviçais deveriam ser submetidas à nova ordem burguesa, aprendendo a tecnicidade médico-pedagógica a partir da instrumentalização de seus corpos de mulher. A massa da criadagem que penetravam no interior da casa deveria ser visada à formação e à instrução contata com as suas patroas.

Sob olhar médico-pedagógico, as mulheres burguesas serão condecoradas como mães, enquanto seu duplo, as mulheres populares encontram um lugar no *foyer* da cena moderna pelas acusações de não serem suficientemente capazes de criarem seus bebês, abandonando-os pelas ruas e becos das cidades. Por vias da coersão médico-pedagógico, tais mulheres de famílias populares vão ser destinadas à escuridão das relações sociais, isto é, recriminadas, desvalorizadas e marginalizadas.

O *foyer* da revolução, que era um lugar de exercício de todas as subjetividades femininas no rebuliço da Revolução, no momento seguinte passa a ser apenas o lugar de afirmação das subjetividades das mulheres burguesas. Das mulheres burguesas, especificamente, da sua função de mãe – máscara que encobre o crescente *mal-estar* entre as mulheres burguesas. Frente à imagem ideal da mulher burguesa, a Sofia de Rousseau, muitas mulheres burguesas, no segredo de seus diários ou nos sonhos de seus romances acabariam como a personagem Emma Bovary, de Gustave Flaubert<sup>116</sup>, do

---

<sup>115</sup> Idib.

<sup>116</sup> Para dizer sobre a posição das mulheres burguesas em plena cena moderna, KEHL resgata Emma Bovary. Segundo a autora, a “heroína burguesa” do romance de Gustav Flaubert, “Emma Bovary representa o encontro dramático entre os discursos e saberes dominantes e a emergência da alteridade viva e inquieta, que reivindica um lugar inexistente e a escolha de um destino singular, num mundo onde o pátrio poder ainda dava as cartas, sobretudo quando se tratava da vida das mulheres”. O poder paterno se transforma: “nos séculos XIX o poder do pai estava instalado na cultura, nos discursos e nas convenções, presente e ativo na teia de relações – a microfísica do poder – que determina, para a heroína, um lugar do qual ela tenta sair mas não consegue”. In: KEHL, M. R. **Sobre ética e psicanálise**. São Paulo: Companhia das Letras. 2002, p. 49.

romance publicado em 1857. Kehl ressalta Emma como o paradigma da morte simbólica a que estavam submersas essas mulheres burguesas.

A personagem Hetty Sorrel, do romance de George Eliot, de 1859, pode ser considerada outro pólo paradigmático para se pensar as mulheres populares no advento da modernidade. Órfã, campesina sustentada por uma tia rica, Hetty engravida sem o apoio de nenhum parente. Ela esconde a gravidez dela mesma, tentando negar até a hora do parto. Ela terá seu bebê em segredo e sozinha, atordoada, confusa, com medo. Hrdy retoma as palavras da personagem: “ ‘Enterrei-o no bosque (...) o bebezinho (...) e ele chorou (...) ouvi-o chorar (...) Mas pensei, talvez ele não morra - pode ser que alguém o encontre. Eu não o matei (...) eu mesma não o matei’ ”.<sup>117</sup>

A miserabilidade urbana gera um sentimento de indignidade entre as mulheres campesinas, visto que o projeto de vida nas cidades não correspondia às expectativas dos camponeses, que largaram os ciclos de suas atividades rurais, e se encontravam perambulantes pelas ruas das cidades. Para livrarem seus filhos da morte, as mulheres migrantes acabaram deixando suas crianças dentro de bacias de mármore ou pelos degraus das portas dos próprios hospícios ou igrejas, ou mesmo em quaisquer “buracos” dos espaços urbanos.

Conseqüentemente, a idéia de “abandono de crianças” irá definir um campo de interesses do Estado e, aparecendo como objeto de atenção social no advento da modernidade, e consecutivo início das práticas modernas de controle sistemático sobre as crianças que eram enjeitadas por suas mães. *A idéia de que as mulheres campesinas, pobres na cidade, não dão conta de sustentarem suas crias* justifica a imensa proliferação de instituições de acolhimento com o dispositivo da chamada “Roda dos expostos”. As mulheres que engravidam sem que tenham nenhum apoio social, as jovens solteiras, em circunstâncias de pobreza, deixavam seus filhos nas “rodas” com a esperança de recuperá-los depois<sup>118</sup>.

No advento da modernidade, tão *aparentemente opostas* quanto aos projetos de vida em sociedade, as mulheres burguesas e as mulheres serviçais acabaram por se duplicar, umas frente às outras, sendo cada qual versão de um mesmo propósito:

---

<sup>117</sup> HRDY, S. **Mãe Natureza**: uma visão feminina da evolução: maternidade, filhos e seleção natural. Rio de Janeiro: Campus. 2001, p. 308.

<sup>118</sup> LE BRUN, F. La famille n'est plus ce qu'elle était. **L' Histoire**. n. 262, fev. 2002. p. 35

encerrar a carreira das “comadres” e silenciar sobre a cultura advinda das histórias de suas próprias vidas.

Tal como descreve Le Brun a propósito de como ocorria a cena do parto entre as ‘comadres’: “O parto é uma prova temida. Certamente, na maioria dos casos, tudo se desenrolava bem. A parteira (a sábia-mulher<sup>119</sup>) ou as vizinhas não intervinham a não ser para tranquilizar e encorajar a mãe no trabalho [de parto] [...] Na falta de toda instrução teórica e prática [médico-pedagógicas], as parteiras, impossibilitadas, só podem contar com sua habilidade manual, a prudência e a experiência”<sup>120</sup>. É sobre essa cena no *foyer* incendiário de bacias sanguinolentas<sup>121</sup>, que vão atuar as razões medicas-educativas.

O saber das “comadres” tornou-se repulsivo, “obscuro e maldito” à luz iluminada do médico-pedagogo. Ao silenciar as vozes das “sábias” no trabalho de parto, as mulheres negam também os significados advindos da sabedoria popular, - a oralidade afetiva ligada intimamente à palavra - aquilo que é transmitido de geração em geração de mulheres parteiras. Por se calarem, as mulheres acabam silenciando parte do furor feminino da cena da Bastilha - desejo que embala suas falas e fazeres cotidianos, o saber lidar com incêndio em seus corpos desejanter. No parto, na contracepção, no dar os seios aos rebentos, nos afetos femininos, e mesmo no infanticídio e no abandono das crias, as “sage-femmes”, no corpo-a-corpo das vozes e das secreções, dava às massas das mulheres “comadres” a dimensão fantástica de afirmação própria do corpo feminino e sua potência erótica.

---

<sup>119</sup> Le Brun coloca o termo francês “sage-femme” que significa em português “parteira”. Porém, se traduzirmos ao pé da letra, este termo se torna “sábia-mulher”.

<sup>120</sup> LE BRUN, J. op. cit., p. 34.

<sup>121</sup> A propósito, poderíamos lembrar da cena do pequeno Hans muito desconfiando daquela história da “cegonha” contada pelos adultos. As dores da mãe durante o parto, ele associou às tosses (os gritos de dor), a maleta do médico, a xícara de chá na cozinha, e ao ver a bacia com água sanguinolenta, Hans relaciona essas cenas não-habituais à ocasião do nascimento da pequena Hanna. A curiosidade pelo sexualidade de sua irmãzinha será uma preocupação freqüente de Hans, ao mesmo tempo em que se despertam mesclados o desprezo e o ciúme. Segundo FREUD, Hans encontra-se preocupado pelo problema da origem dos bebês. In: FREUD, S. **O pequeno Hans**. In: Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Versão 2.0. – Rio de Janeiro: Imago. CD-ROM.

## 2. 5 Sobre os hospícios e sobre a roda dos expostos: da acusação de abandonar as crias à institucionalização do abandono de crianças

Mesmo que a amnésia cultural e outros artifícios mentais apagassem o quadro ocidental onde se arrolam os atos e omissões responsáveis por mais mortes infantis do que muitas pragas combinadas, lembretes tangíveis do legado ocidental de 'mães desnaturadas' persistem em estátuas de mármore, imponentes edifícios renascentistas onde crianças não desejadas eram armazenadas, em relatos policiais e nos poeirentos livros de escrituração dos próprios hospícios. Até os catálogos telefônicos na maioria das grandes metrópoles ainda são hoje testemunha disso.<sup>122</sup>

Uma cena oriunda da obscuridade e do **mal-dito** dos pequenos fazeres cotidianos desenrolava as tramas e os artifícios atuados pelas mulheres para com os seus bebês. Segundo Roudinesco, até o final do século XVIII, as flutuações demográficas européias não eram tão perceptíveis, enquanto que a natalidade permaneceu estável com relação às taxas de mortalidade adulta e infantil. Nesse quadro demográfico visivelmente estável na superfície das camadas sociais, escondia-se um segredo. Na aurora do século XIX, sem que nenhuma técnica remediativa pudesse controlar a taxa de natalidade nas sociedades adventistas modernas, a *morte* dos bebês era o que colocaria um ponto de controle do crescimento desproporcional para as famílias sobre os territórios europeus:

Se por um lado as mulheres de todas as camadas sociais recorreram a diferentes técnicas contraceptivas, mais ou menos eficazes, e se o aborto era freqüente, por outro lado o infanticídio e o abandono permaneciam, há séculos, os dois meios mais correntemente utilizados para o controle da fecundidade.<sup>123</sup>

No antigo regime, um abandono mais ou menos disfarçado de crianças burguesas aos cuidados das nutrizas camponesas era uma prática evidente que

---

<sup>122</sup> HRDY, S. **Mãe Natureza**: uma visão feminina da evolução: maternidade, filhos e seleção natural. Rio de Janeiro: Campus. 2001. p. 324-325.

<sup>123</sup> ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003 p. 99.

interligava o campo à cidade<sup>124</sup>. A amamentação e toda a condição associada à maternidade era um fardo para as mulheres burguesas:

o recurso a nutrizes do campo para cuidar de crianças constituía um hábito dominante na população das cidades. As mulheres aderiam a esse hábito porque eram muito ocupadas em seu trabalho (esposas de comerciantes e de artesãos) ou porque eram suficientemente ricas para evitarem o fardo da amamentação.<sup>125</sup>

As crianças eram colocadas para junto às nutrizes (amas-de-leite) o que era freqüentemente uma regra para determinados grupos de bebês. Quanto mais rica a família era, a criança poderia se beneficiar de uma nutriz exclusiva. Quando não tão rica, a criança então teria que atravessar um árduo caminho da cidade ao campo para que pudesse sobreviver.

Na trajetória que colocavam o bebê para correr atrás do seio da nutriz, da cidade ao campo, não se sabe certamente se era a favor ou contra a própria vida que este rebento sugava. Os bebês ficariam *expostos* nessa trajetória alimentícia tanto aos germes, à fome, ao frio, quanto às manobras suspeitas dos mediadores mercenários, que lucravam com os deslocamentos das crianças. Desse modo, não havia contato entre a nutriz e os pais do bebê, o que se dava através desses mediadores mercenários. Frequentemente muitas crianças morriam no caminho, enquanto que as nutrizes pobres não recebiam o pagamento efetuado pelos pais.<sup>126</sup>

Os mercenários enchiam seus bolsos das comissões que as famílias ofereciam às nutrizes, o que era manobra bastante lucrativa em torno de alguma criança morta durante a viagem até o campo. Os mercenários enganavam durante muito tempo as mães dos bebês mortos para continuarem recebendo as comissões pela amamentação. Esse era o quadro corriqueiro da “indústria mortífera da amamentação”.<sup>127</sup> Para compensar os riscos de morte ou de não-pagamentos pelo trabalho empregado à sobrevivência das crianças, as nutrizes pobres se ocupavam de várias crianças ao mesmo tempo. Não tendo as nutrizes condições de vida econômica nem de saúde para alimentar tantas crianças ao mesmo tempo - “nessas condições, a mortalidade das

---

<sup>124</sup> DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Tradução de: M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal. 1980. p. 20-21.

<sup>125</sup> DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Tradução de: M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal. 1980. p. 16.

<sup>126</sup> Idib., p.16-17.

<sup>127</sup> Idib., p.19.

crianças colocadas em nutriz, era enorme: por volta de dois terços no que diz respeito às nutrizas distantes e um quarto quanto às mais próximas”<sup>128</sup>.

Gradualmente, devido à ordem promovida pela máxima do acúmulo de bens materiais para o fortalecimento de território, observa-se um novo investimento no espaço das cidades, que iam ganhando uma atenção após as revoluções burguesas do século XVIII e XIX. As cidades se tornavam tanto palco para as manifestações populares, como também pólo atrativo para as populações campesinas. O êxodo rural vinha a ser o movimento daquelas populações que deixavam os campos e o trabalho agrário para fazer parte das cidades. Desde que se instaurava a finalidade do espírito moderno burguês, associava-se o interesse da sociedade industrial ao da mercantilização das relações econômicas entre os Estados europeus: “a população era o bem maior de que dispunha uma nação”.<sup>129</sup> A mortalidade infantil e a natalidade passam a ser elementos importantes para a conservação das populações como bens do Estado no advento do cenário moderno.

Cada vez mais atrativas pela promessa do direito a uma vida mais próspera, as cidades vão sendo povoadas até não poderem conter as populações imigrantes. Não havia emprego para todos os cidadãos, não havia moradias, nem alimento para todos. Muitos dos grupos de mulheres campesinas migrantes, que eram serviçais rurais, não encontraram uma inserção no quadro de trabalho nos espaços urbanos. A marginalidade nas áreas urbanas era contrária à idéia burguesa de “liberdade, igualdade e fraternidade”, e aquela outra de se conservar um reservatório excedente de mão-de-obra para a indústria.

A exclusão do quadro de trabalho urbano gerou grande miserabilidade para as populações campesinas, e famílias inteiras dormiam pelos becos da cidade, morrendo de fome ou de frio. As mulheres campesinas que encontraram inserção nas áreas urbanas continuaram o trabalho como nutrizas nas famílias burguesas, agora dentro do *foyer*, e não mais na distância das aldeias das redondezas, para onde os burgueses e nobres enviavam seus rebentos.<sup>130</sup> Por outro lado, as mulheres populares que não chegavam ao interior do *foyer* moderno como parte da criadagem, da mesma forma, eram visadas pela

---

<sup>128</sup> Idib., p. 17.

<sup>129</sup> SILVA FILHO, J. F. A medicina, a psiquiatria e a doença mental. In: TUNDIS, S. A.; COSTA, N. R. **Cidadania e Loucura**: políticas de saúde mental no Brasil. Petrópolis: Vozes. 1987, p. 79.

<sup>130</sup> DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Tradução de: M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal. 1980, p. 16.

mesma preocupação médica de garantir a conservação das crianças e da cidade, isto é, estender os mesmos preceitos higiênicos para toda extremidade pobre do corpo social.

Tratava-se, assim, de se conservar as crianças. Todo o discurso médico e sua manobra literária parecida tratar de três temas que colocariam em questão os costumes educativos: a prática dos hospícios de menores abandonados, a criação dos filhos por nutrizas (amas-de-leite) e da educação “artificial” das crianças ricas<sup>131</sup>. Estes temas serão alvos de críticas e toda a luta contra esses alvos teria em vista duas metas: 1) o combate ao empobrecimento da nação e 2) o combate ao enfraquecimento de sua elite.

Exalta-se o século XVIII por sua revalorização das tarefas educativas, diz-se que a imagem da infância mudou. Sem dúvida. Mas, o que se instala nessa época é uma reorganização dos comportamentos educativos em torno de dois pólos bem distintos, cada qual com uma estratégia diferente. O primeiro tem por eixo a difusão da medicina doméstica, ou seja, um conjunto de conhecimentos e de técnicas que devem permitir às classes burguesas tirar seus filhos da influência negativa dos serviçais e colocar esses serviçais sob a vigilância dos pais. O segundo poderia agrupar, sob a etiqueta de ‘economia social’ todas as formas de direção da vida dos pobres com o objetivo de diminuir o custo social de sua reprodução, de obter um número desejável de trabalhadores com um mínimo de gastos públicos, em suma, o que se convencionou chamar de filantropia.<sup>132</sup>

O Estado e a medicina calcaram propostas pragmáticas contra as populações migrantes que não teriam inserção comercial na vida urbana. Haveria de se colocar esse excedente populacional, as crias ilegítimas em algum outro canto urbano, em vistas de promover o higienismo social<sup>133</sup>: “[...] um jogo de relações entre a hospitalização, a internação, as condições e os procedimentos de exclusão social, as regras de jurisprudência, as normas do trabalho industrial e da moral burguesa”.<sup>134</sup> Assim, a partir

---

<sup>131</sup> DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Tradução de: M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal. 1980. p. 15.

<sup>132</sup> *Idid.*, p. 21-22.

<sup>133</sup> Segundo Merisse, o higienismo ou movimento higienista constituiu-se ao longo do século XIX e início do século XX. De orientação positivista, diz Merisse, “foi formado por médicos que buscavam impor-se aos centros de decisão do Estado para obter investimentos e intervir não só na área da saúde mas também no ordenamento de muitas outras esferas da vida social. Diante dos altos índices de mortalidade infantil e das precárias condições de saúde dos adultos, e tendo em vista a disseminação de novos conhecimentos e técnicas provenientes do avanço da ciência, o higienismo conseguiu influenciar decisivamente a emergência de novas concepções e novos hábitos” MERISSE, A. *Origens das instituições de atendimento à criança: o caso das creches*. In: MERISSE, A. (et all) **Lugares da infância: reflexões sobre a história da criança na fábrica creche e orfanato**. São Paulo: Arte e ciência, 1997.

<sup>134</sup> FOUCAULT, M. 1972. apud SILVA FILHO, J. F. *A medicina, a psiquiatria e a doença mental*. In: TUNDIS, S. A.; COSTA, N. R. **Cidadania e Loucura: políticas de saúde mental no Brasil**. Petrópolis: Vozes. 1987, p. 79. Foucault se refere ao nascimento da medicina em seu interesse pela fala do louco, o que transferimos para este trabalho, entendendo ser um movimento próprio da medicina em geral, da medicina como disciplina classificatória e ordenadora da moral burguesa em relação a todo e qualquer elemento entendido como desviante.



de certa data, não se tratava mais de “deixar morrer ou ajudar a morrer as crianças que não se desejava conservar”<sup>135</sup>, práticas comuns entre as todas mulheres do antigo regime. Tratava-se de combater a malignidade das nutrizas, a sua influência negativa e de sua sexualidade perversa, educá-las tanto para cuidar dos filhos da burguesia, como também de coibir as mulheres migrantes de deixarem seus filhos à sorte do Estado:

[...] conservar as crianças significará pôr fim aos malefícios da criadagem, promover novas condições de educação que por um lado, possam fazer frente à nocividade de seus efeitos sobre as crianças que lhes são confiadas e, por outro lado, fazer com que todos os indivíduos que têm tendência a entregar seus filhos à solicitude do Estado ou à indústria mortífera das nutrizas voltem a educá-los.<sup>136</sup>

Para isso era necessário que se investisse em uma transformação da imagem da criança. A partir de certa data, a criança passa a existir senão como filho. Não haverá outro lugar de pertença cultural para determinada parte da população das cidades senão dentro de um grupo chamado “família nuclear”: pai-mãe-filho. Mas, isso serviria apenas para determinado grupo de bebês, a criança da mulher burguesa. Por um lado, os filhos de Rousseau, ideal burguês para a criança rica, seriam aqueles que estivessem continuamente com a mãe que lhe dera à luz, nos primeiros anos de vida: no foyer do lar, no foyer do seio e das trocas regradas de fraldas, entre outros preceitos mandatos da ordem médica.

De outro lado, a criança pobre estará *exposta* a outras condições de existência e identificação cultural. Entrando na era moderna como ‘filhos abandonados’, ‘filhos indesejados’, ‘filhos de mães desvirtuadas’, a criança pertencente às camadas pobres da população merece toda atenção médico-pedagógica. Tratava-se também de se conservar os filhos das mulheres campesinas que se pauperizavam cada vez mais com a migração para as áreas urbanas. Tratava-se de coibir o abandono dessas crianças, e também de evitar a entrega dessas às nutrizas do campo, tratava-se de inflacionar a idéia do casamento para se evitar o concubinato, ou ainda de, de controlar as relações sexuais entre homens e mulheres que não se propuseram a constituir uma união familiar:

Aparentemente trata-se igualmente da preocupação de garantir a conservação das crianças e de estender os mesmos preceitos

---

<sup>135</sup> MINNICELLI, M. **Infâncias públicas: no hay derecho**. Buenos Aires: Centro de Publicaciones Educativas y Material Didático, 2004, p. 32.

<sup>136</sup> DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Tradução de: M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal. 1980, p. 27.

higiênicos, porém, com a economia social, a natureza das operações em jogo é totalmente diferente daquelas conduzidas sob a égide da medicina doméstica e produz efeitos praticamente opostos. Não se tratava mais de arrancar as crianças às coerções inábeis, mas sim de entrar liberdades assumidas (abandono de crianças em hospícios para menores, abandono disfarçado em nutrizes), de controlar as uniões livres (desenvolvimento do concubinato com a urbanização na primeira metade do século XIX), de impedir linhas de fuga (vagabundagem dos indivíduos, particularmente das crianças). Em tudo isso, não se trata mais de assegurar proteções discretas, mas sim, de estabelecer vigilâncias diretas<sup>137</sup>.

No primeiríssimo momento, o Estado burguês cria dispositivos de contensão e opressão de todos aqueles que eram “indesejados” pela nova ordem burguesa: vários hospícios e asilos, prisões e hospitais tinham o mesmo objetivo – o de circunscrever o desviante: “são reclusos os órfãos os epiléticos, os miseráveis, os libertinos, os velhos e *crianças abandonadas*, os venéreos, os aleijados, os religiosos infratores e os loucos”.<sup>138</sup> Já no momento seguinte, no final do século XVIII e na primeira metade do século XIX, para se conter as crianças pobres, “indesejadas”, abandonadas pelos cantos das cidades, a polícia<sup>139</sup> organiza especificamente o sistema de hospícios para menores abandonados: “[...] São Vicente de Paula toma iniciativa de centralizar os abandonos de menores, de dar uma finalidade estatal ao encargo desses menores contra sua utilização pela corporação dos mendigos que, por meio de mutilações sem número, tornavam-nos objetos próprios para suscitar compaixão”.<sup>140</sup>

Assim, nos conta Donzelot que o crescimento da polícia no século XVII se apóia no poder familiar prometendo a tal núcleo burguês felicidade e tranqüilidade, estendendo um império sobre os rebeldes e as escórias da família.<sup>141</sup> Se, segundo Hrdy, a finalidade dos hospícios e asilos para as crianças enjeitadas era explicitamente a de

---

<sup>137</sup> Idib.

<sup>138</sup> SILVA FILHO, J. F. A medicina, a psiquiatria e a doença mental. In: TUNDIS, S. A.; COSTA, N. R. **Cidadania e Loucura**: políticas de saúde mental no Brasil. Petrópolis: Vozes. 1987, p. 79. (grifo nosso).

<sup>139</sup> Polícia é, para Donzelot, é aquilo que veicula o que Foucault nomeia por o bio-poder: “essa proliferação das tecnologias políticas que vão investir sobre o corpo, a saúde, as formas de se alimentar e morar, as condições de vida, o espaço completo da existência, a partir do século XVIII, nos países europeus. Técnicas que, no seu ponto de partida, encontram seu pólo de unificação naquilo que então se chamava polícia: não no sentido restritivamente repressivo que lhes atribuímos atualmente, mas segundo uma acepção mais ampla englobando todos os métodos de desenvolvimento da qualidade da população e da potência da nação”. In: DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Tradução de: M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal. 1980, p. 12.

<sup>140</sup> Idib., p. 27.

<sup>141</sup> Idib., p. 29.

não se deixar que as crianças morressem pelos cantos sombrios das cidades<sup>142</sup>, por outro lado, segundo Donzelot, a função de se conservação das crianças em hospícios aponta para outra situação - uma preocupação burguesa cada vez mais acentuada para com os filhos oriundos de relações “ilegítimas”:

A instauração dessas práticas de recolhimento e de segregação só é inteligível em relação aos axiomas que regiam o antigo sistema das alianças e das filiações: a determinação daqueles e daquelas a quem seria destinada a perpetuação do patrimônio; a possibilidade de somente aqueles se casarem, permanecendo os outros a seu encargo; a discriminação entre os produtos legítimos e os produtos ilegítimos das uniões sexuais. [...] Quando nascem [...] os hospícios para menores abandonados, seu objetivo é explicitamente conciliar o interesse das famílias e o interesse do Estado, conciliar a paz das famílias pela moralização dos comportamentos e a força do Estado através do tratamento dos restos inevitáveis desse regime familiar, os celibatários e os menores abandonados. O crescimento da polícia no século XVIII se apóia no poder familiar promete-lhe felicidade e tranqüilidade, estendendo seu império sobre os rebeldes e as escórias da família.<sup>143</sup>

Antes da queda da Bastilha, as *lettres du cachet* eram as autorizações para que se matar ou deixar morrer ali os filhos ilegítimos ou aqueles rebeldes, posteriormente, será o nascimento dessas instituições que dará conta da parcela indesejável da população, aquilo que perturba tanto às famílias quanto o Estado no advento da modernidade. Qual seria o destino de todos estes indesejáveis se as Bastilhas já estariam em desuso? Segue-se o princípio do que Donzelot diz ser “o princípio da concentração dos indesejáveis da família”:

[...] superfície de absorção dos indesejáveis da ordem familiar, os hospitais gerais, os conventos, os hospícios servem de base estratégica para toda uma série de intervenções corretivas sobre a vida familiar. Esses lugares de reunião dos infortúnios, das misérias e dos fracassos facilitam a mobilização das energias filantrópicas, fornecendo-lhes um ponto de apoio, servindo-lhes de laboratório de táticas das condutas populares, de base de lançamento de táticas próprias para contrariar seus efeitos socialmente negativos e reorganizar a família popular em função de imperativos econômico-sociais.<sup>144</sup>

---

<sup>142</sup> HRDY, S. **Mãe Natureza**: uma visão feminina da evolução: maternidade, filhos e seleção natural. Rio de Janeiro: Campus. 2001.

<sup>143</sup> DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Tradução de: M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal. 1980. p. 28-29.

<sup>144</sup> *Idib.*, J. p. 29-30.

Todas essas instituições cumpririam, em cada momento, o mesmo grande feito moderno: controlar os problemas que causavam as crianças de famílias improdutivas<sup>145</sup>. Assim, se pudermos lembrar da chamada *Roda dos Expostos*, podemos tê-la como o paradigma para se abordar as práticas sociais de institucionalização de crianças que estariam em situação de abandono no advento da modernidade: “a preocupação em unir respeito à vida e respeito à honra familiar provocou, na metade do século XVIII, a invenção de um dispositivo técnico engenhoso: a *roda*”<sup>146</sup>.

A “Roda dos expostos” foi um dispositivo arquitetônico constituído por uma caixa giratória, acoplada em uma parede ou muro, tanto de uma igreja, como de um hospital. Em forma de um cilindro oco fixado por um eixo, tal que imprimia um movimento rotatório, a Roda continha duas portas, uma se abrindo para o exterior, o lado de fora do muro institucional, e a outra, que se abria para dentro de um pátio. Através de uma abertura para o exterior da “Roda”, os adultos colocavam no interior do cilindro de metal seu bebê (ou até uma criança maiorzinha), fazendo-o *cirandar* em uma meia-volta, até que não mais se visse seu corpo exposto:

Uma campainha exterior é colocada nas proximidades. Se uma mulher deseja expor um recém-nascido, ela avisa a pessoa de plantão acionando a campainha. Imediatamente, o cilindro, girando em torno de si mesmo, apresenta para fora o seu lado aberto, recebe o recém-nascido e, continuando o movimento, leva-o para o interior do hospício.<sup>147</sup>

Um adulto que expunha uma criança deveria tocar a sineta, ouvida no interior do pátio da instituição, o sinal que indicava que o lugar oco do cilindro da roda, agora estava cheio. Ao se dispararem as sinetas do lado exterior dos muros de pedra dos hospícios ou igrejas, naquele momento, se validava em um ato público o afastamento de uma criança da sua mãe de nascimento. Mas, para se manter a privacidade alheia, imperativo afirmativo nessa trajetória da “Ciranda de Pedra”, os olhos do adulto que

---

<sup>145</sup> MINNICELLI, M. **Infâncias públicas: no hay derecho**. Buenos Aires: Centro de Publicaciones Educativas y Material Didático, 2004, p.85.

<sup>146</sup> DONZELOT, J. op. cit., p. 30.

<sup>147</sup> DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Tradução de: M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal. 1980. p. 30.

enfeitava o bebê não podiam mirar os olhos da pessoa quem recebe o bebê: não se entreolhavam quem deixava e quem recebia o corpo enfeitado. Muito menos poderiam trocar palavras. “E esse é o objetivo: romper, sem alarde e sem escândalo, o vínculo de origem desses produtos de alianças não desejáveis, depurar as relações sociais das progenituras não conforme à lei familiar, às suas ambições, à sua reputação”.<sup>148</sup>

Se alguns bilhetes eram deixados junto ao bebê, uma peça de roupa que se destacava no meio de panos imundos, ou mesmo outro objeto de estima da mãe de nascimento, no momento em que a criança era recebida, esta pequena história de vida pela qual o bebê ou a criança pequena já carregava por esses bilhetes, ou por outros indícios de filiação imaginária deveriam ser eliminados, quebrados, renegados. Os bilhetes eram rasgados, ou, quando por pena, eram guardados bem secretamente. Hrdy diz que “o poeta francês Lamartine louvou a roda como uma ‘engenhosa invenção da caridade cristã, que tem mãos para receber, mas não tem olhos para ver nem boca para contar’ ”.<sup>149</sup>

Da Ciranda de Pedra: de mármore frios às cirandas das rodas dos expostos, pelas quais se conservava o anonimato. Anonimato? Não, não era sob o anonimato que essas crianças eram deixadas às instituições. Apesar do todo zelo nos sinais ocultos na noite escura, e do anonimato das origens das crianças, sabia-se muito bem que aquelas eram filhas de ‘mulheres desonradas, indignas, infratoras, pobres, miseráveis’, - isto quer dizer, as mulheres camponesas - são essas as mulheres que sujam as cidades com suas crias ilegítimas e bastardas!

Já em 1660, conta-nos Hrdy, uma roda foi instalada para substituir a velha bacia de mármore do *Ospedale degli Innocenti*. Segundo Hrdy é a Itália que nos fornece alguns dos mais completos registros sobre abandono de crianças. O “Hospital dos Inocentes” (*Ospedale degli Innocenti*) uma das primeiras instituições do mundo para crianças enjeitadas, se localiza em Florença, Itália. Hrdy se refere ironicamente ao hospital: “um imponente lembrete de uma catastrófica experiência da engenharia social”. Tal edifício foi fundado muito antes da Revolução Francesa, em 1445. Já havia nesta época um interesse com as crianças enjeitadas, porém, estas não se constituíam como uma preocupação em larga escala social. Em 1450, o número de enjeitados que iam para o *Ospedale degli Innocenti* era baixo, não passava de uma centena de crianças.

---

<sup>148</sup> Idib.

<sup>149</sup> HRDY, S. **Mãe Natureza**: uma visão feminina da evolução: maternidade, filhos e seleção natural. Rio de Janeiro: Campus. 2001. p. 326.

Mas, nos anos próximos à Revolução Francesa, Hrdy assinala serem quinze mil bebês deixados no *Innocenti*. As taxas de mortalidade ali eram estarrecedoras, visto que, de quinze mil bebês, dois terços morriam antes de atingir um ano de idade<sup>150</sup>. O crescimento da população de crianças abandonadas na roda do *Ospedale* foi tão intensa, que em 1699, no advento do século XVIII, ela teve de receber uma grade para evitar que filhos de mais idade fossem abandonados.<sup>151</sup> Como sabe-se, a maioria não sobrevivia. Multiplicava-se o número de rodas pelos hospícios, se tornando tão comum, elevando drasticamente o número de bebês expostos.<sup>152</sup>

Na França, de acordo com Donzelot, a primeira roda funciona em Rouen, em 1758, alguns anos antes da Revolução Francesa. Com o mesmo objetivo que na Itália levou-se a sua implementação, a roda dos expostos visava sustar a antiga prática de exposição nos átrios das igrejas, das mansões particulares e dos conventos, lugares comuns para se abandonar uma criança, onde ela freqüentemente morria antes que alguém viesse acolhê-la.<sup>153</sup>

Em 1881, continua Donzelot, o sistema de roda é generalizado no quadro da reorganização dos hospícios, o que produziu um aumento estupendo do número de crianças abandonadas. No momento de sua fundação, o hospício São Vicente de Paula recolhia 312 crianças. Já em 1740, o número foi elevado a 3 150 crianças e catorze anos mais tarde o número se estende para 40 000. Anos após a queda da Bastilha, o número contabilizava em 118 000 até que em 1833 foi ainda maior – 133 000 crianças viviam e morriam em São Vicente de Paula<sup>154</sup>.

Na Inglaterra, um capitão aposentado da marinha recebeu o apoio da realeza para construir um pequeno lar para as crianças abandonadas. Ao inaugurá-lo em 1741, ele se horrorizou ao ver que seu projeto não daria conta da magnitude do problema. Diz Hrdy que as mães brigavam nos portões do pequeno lar para conseguir o ingresso para seus bebês. Em 1756, mais quinze mil crianças foram abrigadas ali, enquanto as taxas de mortalidade eram absurdamente altas. Uma justificativa foi encontrada: era difícil manter vivos, aqueles bebês privados do leite materno, sem mamadeiras e água fervida,

---

<sup>150</sup> HRDY, S. **Mãe Natureza**: uma visão feminina da evolução: maternidade, filhos e seleção natural. Rio de Janeiro: Campus. 2001, p.319.

<sup>151</sup> Idib., p. 324.

<sup>152</sup> LE BRUN, F. La famille n'est plus ce qu'elle était. **L' Histoire**. n. 262, fev. 2002.

<sup>153</sup> DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Tradução de: M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal. 1980, p. 30.

<sup>154</sup> DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Tradução de: M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal. 1980, p. 30.

condições de higiene devidas, e sem um número suficiente de amas-de-leite para dar conta do grande número de crianças<sup>155</sup>.

No leste-europeu, Catarina II da Rússia inaugurava hospícios em Moscou e São Petersburgo. Considerada como a grande reformadora da sociedade russa, exemplo da monarquia do despotismo esclarecido<sup>156</sup>, foi influenciada pelo reformador Ivam Betskoi apontava as crianças abandonadas pelas ruas de Moscou. Hrdy nos conta que Betskoi, em suas viagens pela Europa, estava francamente familiarizado com os escritos de Rousseau: “convencido de que, com uma criação apropriada, quase tudo o mais seria possível, Betskoi persuadiu a imperatriz Catarina de que os órfãos e enjeitados poderiam ser instruídos para fornecer um fundo comum de mão-de-obra treinada que permitiria à Rússia desenvolver-se de acordo com os modelos ocidentais”<sup>157</sup>, isto é, de acordo com os princípios iluministas.

Os hospícios imperiais de Moscou, assim, seriam criados com o propósito de demonstrar a Rússia como participante do movimento do Iluminismo europeu nos meados do século XVIII. São palavras que Hrdy remarca sobre o comentário de Betskoi à Catarina II: “ ‘o número incomparavelmente maior’ daquelas que ‘tendo conseguido ganhar seu primeiro fôlego de vida, são secretamente privadas de alento por mães impiedosas e seus desumanos cúmplices’ ”.<sup>158</sup>

De um lado, a enorme repulsa governamental às mães das crianças enjeitadas promove a institucionalização da idéia de que mães populares não conseguem criar seus rebentos. Por outro, a institucionalização dos hospícios como prática de agregação desses rebentos se constituiria a maior indústria mortífera já conhecida quando se trata do tema da infância moderna: o infanticídio das crianças das classes pobres camponesas.

Em 1764, os hospícios russos foram abertos e, em 1767, uma catástrofe aconteceu: de 1.089 bebês admitidos naquele ano, 99% não chegou até o ano seguinte. Isso porque os hospícios se converteram em focos de contágio de varíola, sífilis e disenteria. Mas, o problema fundamental era este - não se sabia como alimentar os bebês sem que os colocassem em risco de vida. Assim, vendo a alta mortalidade infantil

---

<sup>155</sup> Idem, p. 320.

<sup>156</sup> WIKIPEDIA. **Catarina**. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Catarina\\_a\\_Grande](http://pt.wikipedia.org/wiki/Catarina_a_Grande)>. Acesso em: 5 mai. 2006.

<sup>157</sup> HRDY, S. **Mãe Natureza**: uma visão feminina da evolução: maternidade, filhos e seleção natural. Rio de Janeiro: Campus. 2001, p. 320.

<sup>158</sup> HRDY, S. **Mãe Natureza**: uma visão feminina da evolução: maternidade, filhos e seleção natural. Rio de Janeiro: Campus. 2001, p. 320.

dentro daquele hospício, os administradores contrataram campesinas que amamentassem os bebês desses hospícios.<sup>159</sup>

O plano de se ter amas-de-leite era excelente, mas os administradores não contavam com um entrave: “ao providenciar o pagamento de salário às amas-de-leite, os hospícios estatais também criaram incentivos financeiros para as *torgovki*, mulheres que percorriam o interior do país em busca de bebês abandonados para depositar nos hospícios. Esses bebês eram depois *recambiados* para o interior, onde geravam insignificantes remunerações para as camponesas. Muitas dessas amas-de-leite guardavam as cadernetas que lhes garantiam o pagamento e passavam as crianças a seu cargo para outras mulheres ainda pior pagas... e não necessariamente lactantes”.<sup>160</sup>

Merisse nos diz que os asilos infantis no Brasil começam a aparecer a partir do século XVIII. Lembrando que o Brasil colonial tinha como sistema a escravocracia, o abandono de crianças era prática usual de se retirar o bebê da escrava, para que ela pudesse ser utilizada ou alugada como nutriz e não tivesse seu trabalho prejudicado pelos cuidados que seu filho demandaria. As escravas eram usadas também como objetos sexuais, enquanto os filhos ilegítimos dessas relações eram abandonados: “ ‘o abandono de crianças não desejadas em portões das casas ou jogadas em terrenos baldios, em montes de lixo, servindo de repasto a cães e porcos, compondo quadro trágico da infância abandonada’ ”.<sup>161</sup>

Em 1738, a Casa dos Expostos foi criada no Rio de Janeiro. Também chamada de Casa da Roda, pela referência ao mecanismo da roda. Mas, antes mesmo de servir a essa finalidade, Merisse nos conta que esse mecanismo incrustado nos muros dos conventos era depósito de cartas, alimentos ou roupas e outras coisas destinadas aos frades ou às freiras. Criada para proteger as crianças abandonadas, a Casa de Roda viu se realizar, entre 1861 e 1874, das 8086 crianças enjeitadas, a morte de 3 545 delas. Em São Paulo, a roda foi instalada em 1825, que posteriormente foi conhecida como Asilo dos Expostos.<sup>162</sup>

Se, por um lado, a finalidade dos hospícios e asilos para as crianças enjeitadas explicitamente era a de não deixar que as crianças morressem, por outro lado, raramente as crianças sobreviviam. Pela prática de abandono institucionalizado nas rodas, era

---

<sup>159</sup> Idib., p. 321.

<sup>160</sup> Idib., p. 322.

<sup>161</sup> MERISSE, A. Origens das instituições de atendimento à criança: o caso das creches. In: MERISSE, A. (et all) **Lugares da infância**: reflexões sobre a história da criança na fábrica creche e orfanato. São Paulo: Arte e ciência, 1997. p. 27.

<sup>162</sup> Idib., p. 28-29.



comum que dessem logo um primeiro nome para criança, e depois, um sobrenome genérico: *Esposito* (em italiano, o exposito) ou o *Trouvé* (em francês, o perdido). Ou ainda, em outros locais da Europa, poder-se-ia encontrar crianças que receberam o sobrenome de *Colombo*, “por causa dos pombos que pousavam no telhado dos hospícios e adornavam que seu emblema”.<sup>163</sup>

Era costume também batizar a criança: “a religião ajudou a fazer da morte de crianças um fato banal e corriqueiro, pelo recalçamento que impunha à vida real em proveito da vida sobrenatural e pela exacerbação do culto da criança morta (o ‘anjinho’), [sic], cujo póstumo destino celeste compensaria largamente sua curta e trágica passagem terrena”.<sup>164</sup> Isso denota a imagem da criança no Catolicismo, e o batismo como cura dos males e passagem para a saúde eterna da criança.<sup>165</sup>

Segundo Merisse, no Brasil, a figura do anjinho atribuída à criança reconhecia que sua morte não deveria ser lamentada, desde que a sua felicidade futura estaria garantida. Essa foi a forma com que se consolou durante algum tempo, as mães que viam expor suas crias nas rodas, e também foi a maneira de justificar a elevada taxa de mortalidade infantil.<sup>166</sup>

De um lado, o aumento gradativo do abandono de crianças pelos cantos e becos das cidades em ascensão: “[...] grupos de cidadãos e o governos estavam igualmente perturbados pelas grandes quantidades de bebês enjeitados que eram deixados ao longo das estradas e das sarjetas”<sup>167</sup>. De outro lado, o aborto e infanticídio definiriam práticas evidentemente não-aceitas na clareira iluminada da modernidade, mas que supostamente continuariam a ser práticas toleradas na obscuridade das ruas “infectadas” ou mesmo nas relações de negligência estabelecidas para com as crianças, na privacidade (secretíssima) das acomodações supostamente confortáveis da família burguesa.

Se, primeiramente, a medicina adentra o *foyer* feminino, domesticando-o e acusando todas mulheres de “assassinas” da ordem natural das coisas do universo (abandono e infanticídio), acusações justificadas pelo ideal rousseuriano e pela valorização do filhote humano na família burguesa, num segundo momento, por meio de uma *oferta de foyer*, ou de uma educação adequada à “natureza materna” e uma

---

<sup>163</sup> HRDY, S. **Mãe Natureza**: uma visão feminina da evolução: maternidade, filhos e seleção natural. Rio de Janeiro: Campus. 2001, p.325.

<sup>164</sup> MERISSE, op. cit. p. 28.

<sup>165</sup> LE BRUN, F. La famille n'est plus ce qu'elle était. **L' Histoire**. n. 262, fev. 2002. p. 36.

<sup>166</sup> MERISSE, A. Origens das instituições de atendimento à criança: o caso das creches. In: MERISSE, A. (et all) **Lugares da infância**: reflexões sobre a história da criança na fábrica creche e orfanato. São Paulo: Arte e ciência, 1997. p. 28.

<sup>167</sup> Idib., p. 319.

preocupação cada vez maior com a saúde do filhote quando se trata de deixá-los aos cuidados de nutrizes. São as mulheres burguesas que vão promover o grande espetáculo revolucionário civilizatório, recebendo autorização civil do médico que as promove a um status social no lugar de educadora auxiliar médica. Tratava-se de permitir a afirmação das mulheres burguesas sobre as mulheres camponesas, num primeiro momento do foyer moderno, no intuito de promover tal acusação rousseauriana das primeiras sobre as segundas. Como isso acontece?

É a medicina como discurso terapêutico-pedagógico que legitima as estratégias biopolíticas por vias de uma função moralizadora e acusatória sobre as mulheres camponesas: as mulheres populares seriam ‘mães desnaturadas’. E é nesse contexto moderno que aparecem as mulheres camponesas, as serviçais, tomando maior importância para o discurso médico-pedagógico por serem identificadas como aquelas que não dão conta de sustentar suas crias. Justifica-se a condição desejante das mulheres populares – ‘elas não desejam os filhos que gestam, por isso mesmo abandonam os rebentos ao léu da noite escura... elas nem merecem mesmo receber o dom da procriação’. As ‘crias das noites escuras’, a grande quantidade de bebês espalhados pelos becos da cidade, são identificados como filhos dessas serviçais, as mulheres camponesas.

As “mães desnaturadas” eram as mães populares que, tal como o canivete de Damiens tocando o corpo do Rei decadente, os seios dessas mulheres apontavam, tanto para si mesmas como para as mulheres burguesas o que era uma prática bem comum nas rodas do século XVIII: o infanticídio tolerado. Para os partidários do poder jurídico da família, eles levantavam as bandeiras em favor da roda em função de seu encargo de expurgar os desvios sexuais, “essa espécie de confessor”, nos diz Donzelot, que ao mesmo tempo, registra e absolve os produtos das faltas: os filhos bastardos das mulheres populares.<sup>168</sup>

Constituídos como “um lugar para se morrer”, os hospícios para crianças enjeitadas se tornaram uma epidemia institucionalizada. De alguma maneira, o infanticídio não deixou de se constituir uma prática social para os filhos de mulheres pobres. Pobres, as mulheres camponesas vão obter mínima condição de sustento para as crias, no advento da cena moderna, no depósito seus próprios bebês nesses hospícios. Essas mulheres se desesperavam com o nascimento de seus filhotes humanos e, sem

---

<sup>168</sup> DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Tradução de: M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal. 1980.

palavras justas que justificassem o terror quando se deparavam com a morte de suas crias, ou do desespero que se perpetuava por não terem como alimentar-se e alimentá-las, elas recorriam ao abandono nas rodas, para revê-los mais adiante.

As condições reais de desamparo das próprias populações campestres, oriundas de suas vidas precárias na cena urbana, estimulavam o abandono de crianças: “é a miséria, sobretudo no período de crise, que força mulheres solteiras ou pais a abandonarem suas crianças, frequentemente com a esperança de recuperá-los mais tarde”.<sup>169</sup> A exposição do rebento devido à alta miserabilidade urbana se constituiria como uma prática cada vez mais freqüente quando as mulheres campestres percebiam que suas crias poderiam estar a salvo da morte.

Para salvar as crias da morte, observou-se assim a produção de uma grande fraude institucional. Conta-nos Donzelot que, no final do século XVIII, as administrações dos hospícios começaram a desconfiar que as instituições eram focos do desvio fraudulento. Para resgatarem seus filhos das rodas, as mulheres que aparentemente abandonavam seus bebês, se candidatavam a amamentarem um bebê enjeitado no mesmo hospício que deixavam seu bebê exposto:

[...] uma pequena e afortunada percentagem das amas-de-leite assalariadas (se é que alguém nessa trágica rede merece ser qualificada como afortunada) [sic] conseguia subornar algum empregado do hospício para que lhes fosse designada a amamentação dos seus próprios filhos.<sup>170</sup>

Assim, as mulheres campestres foram cada vez mais acusadas de serem promotoras do afrouxamento entre o dever e o amor familiar para com os ‘seres dignos de compaixão vítimas de pais desnaturados’<sup>171</sup>. Algumas dessas mulheres se candidatavam ao salário de nutriz, promovendo um desvio do olhar da sociedade burguesa, sancionando toda trama do “abandono”, o que foi descoberta por inquéritos administrativos no início do século XIX.

A fraude da amamentação de bebês continuou paralela à alta taxa de mortalidade dentro desses hospícios. Às outras mulheres que não conseguiam o encargo de nutriz nos hospícios, por não alimentarem seus bebês, acabavam por fertilizarem ainda mais os hospícios de enjeitados: “não amamentar o seu bebê recém-nascido significou

---

<sup>169</sup> LE BRUN, F. La famille n’est plus ce qu’elle était. **L’Histoire**. n. 262, fev. 2002. p. 35.

<sup>170</sup> HRDY, S. **Mãe Natureza**: uma visão feminina da evolução: maternidade, filhos e seleção natural. Rio de Janeiro: Campus. 2001, p. 322.

<sup>171</sup> Idib., p. 321.

freqüentemente não tardarem em engravidar de novo, por vezes em menos de um ano”.<sup>172</sup>

Se, a partir do século XVIII, houve uma proliferação geométrica das instituições de acolhimento representadas pela Rodas ao longo de todo território europeu e colônias como o Brasil, toda essa expansão institucionalista se justifica pela higienização urbana, meta da mesma prática médico-pedagógica que se instaura no foyer da família burguesa. Cria-se na cena urbana espaços de exclusão enquanto a multiplicação das rodas certamente favoreceu uma prática que tende a se banalizar: o abandono de crianças<sup>173</sup>.

A função de acolhimento e agregação de crianças definiria destinos aos corpos sociais e desejantes no advento da modernidade, mas, também, e principalmente, efetuará um discurso denso e estigmatizante sobre as mulheres campesinas. Como aparece na superfície do discurso médico-pedagógico, observa-se claramente que as mulheres campesinas são identificadas como aquelas que abandonam suas crias: ‘elas não são capazes de maternalizarem seus bebês por isso os abandonam’ - poderia assim dizer o ideal rousseuriano. Isso é o que daria lugar a justificar as instituições de recolhimento para tais crianças. Mas isso esconde um fato crucial que não é contado nos dicionário de saúde familiar e os manuais médicos-moralizadores: “as notícias destacam o sujeito marginal ao invés de reconhecerem as condições marginais de existência”<sup>174</sup>. O “abandono de crianças em hospícios” legitima a institucionalização daquilo que nortearia os destinos da maioria dos bebês de mulheres campesinas.

Na cena urbana, as mulheres campesinas serviriam como criadagem, isto é, mão-de-obra para a pluralização dos artifícios da indústria adventista européia – o foyer moderníssimo. Enquanto isso, seus filhos deveriam ser conservados e afastados para que mais tarde pudessem tomar seu lugar, conservando assim a “economia social”. Mas o que não se registra como efeito desastroso dessa lógica capitalista foi a alta taxa de mortalidade dessas crianças colocadas nessas estufas institucionais: o infanticídio tolerado das crianças das classes pobres campesinas. Por detrás daqueles muros, como vimos acima, populações inteiras de crianças morriam, enquanto outras assistiam ao seu destino, sua pequena e curta vida, sem poder nada dizer, visto que muitas delas nem

---

<sup>172</sup> Idib., p. 322.

<sup>173</sup> LE BRUN, F. La famille n’est plus ce qu’elle était. **L’ Histoire**. n. 262, fev. 2002, p. 35.

<sup>174</sup> VASCONCELOS, M. Os orfanatos e a ideologia da reitegração. In: MERISSE, A. (et all) **Lugares da infância: reflexões sobre a história da criança na fábrica creche e orfanato**. São Paulo: Arte e ciência, 1997, p, 59.

chegavam a falar. Como “chocadeiras” que atrapalhadamente continham os ovos de crianças-pombos, tais instituições de agregação de crianças também chocavam vermes, bacilos, bactérias, todos os tipos de micróbios.

Em seguida, as rodas entram em franca decadência. Estas instituições assistiam à sua própria falência, visto que, na tentativa de higienizar o espaço urbano europeu, de fato, o que se gerou foi um surto epidemiológico de mortalidade infantil dentro das próprias instituições asilares. Como uma espécie de retorno do recalcado, um verdadeiro infanticídio foi instituído com as rodas, e uma das causas apontadas como mais prováveis para este infanticídio instituído era a alimentação dos bebês: a ausência do leite materno, que evitava a mortalidade precoce, e as águas contaminadas, que continham microorganismos patogênicos criavam um ambiente contaminado. Na ausência do leite materno e de seus benefícios nutricionais e imunológicos, a maioria dos bebês morria nos primeiros meses de vida, de doenças infecciosas, varíola, sífilis e disenteria, ou mesmo de fome. Le Brun contabiliza que 60% das crianças que eram deixadas ali não chegavam à idade de um ano de vida<sup>175</sup>.

Podemos aqui supor que o desprovimento material em que se encontravam estes bebês se desdobrava em um intenso desprovimento da maternalização desses filhotes das rodas, isto quer dizer, de uma constituição de uma base psíquica estruturante para essas crianças. Lembramos das palavras de Françoise Dolto tem-se que:

o abandono pela mãe ou pela primeira ama maternal durante os cinco primeiros meses de vida fere o bebê que é atingido por uma enfermidade psicoafetiva mais ou menos importante, que pode ir desde o estado de choque, o qual, ainda que recuperável por um substituto materno bem escolhido deixará traços indeléveis nas profundezas do caráter, até a debilidade profunda e a idiotia. Em nenhum momento da vida a frase ‘Um só ser lhe falta e o mundo todo está despovoado’ é mais tragicamente verdadeira.<sup>176</sup>

Talvez as rodas não cumprissem a função substitutiva para a maternalização desses bebês. Nesses termos, a marca psicoafetiva produzida pela vivência de extremo desamparo a que ficaram submetidos grandes massas de bebês expostos acabara sendo traduzida por esses filhotes como um voto de morte simbólica, que só teria vias de realização por meio da morte física. Bem como o horror inominável de uma separação que não deixa palavras para contar para a criança uma história com aqueles que lhes

<sup>175</sup> LE BRUN, F. La famille n'est plus ce qu'elle était. **L' Histoire**. n. 262, fev. 2002.

<sup>176</sup> DOLTO, F. **Dificuldade de viver**: psicanálise e prevenção das neuroses. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988, p. 108-109.

acolheram no nascimento, anterior ao batismo das rodas, os bebês morriam expostos tanto aos germes quanto ao silêncio mortífero.

Quanto mais o silêncio pesa sobre o trauma, mais o sujeito ‘paga o preço por isso’ em sintomas diversos. É quando as ‘palavras para dizer’ são finalmente encontradas que pode surgir uma queixa e que, graças a ela, as forças reparadoras podem colocar-se a serviço do prazer, ou, muito simplesmente, de uma autorização de viver.<sup>177</sup>

Talvez a morte de milhares de bebês fosse um sintoma da degradação simbólicas a que, no advento da modernidade, as subjetividades femininas estariam também expostas.

## **2. 6 Da Filantropia e da caridade iluminada e esclarecida**

Os discursos filantrópicos e sociedades protetoras da Infância passam a ser organizados no momento em que se verificou o número alarmante de crianças mortas pelas “rodas”, no final do século XVIII. Já que o imperativo da modernidade era o acúmulo de bens, conservar a população, isto é, conservar as crianças era uma estratégia para a economia social. Por esse procedimento estratégico, Donzelot marca que a filantropia não pode ser tomada como uma prática apolítica de intervenção privada na esfera dos problemas ditos sociais, isto é, a filantropia segundo esse autor, é uma estratégia deliberadamente despolitizante face à instauração dos equipamentos coletivos (instituições e discursos ideológicos que nelas atravessam)<sup>178</sup>. Era preciso, então, além de conservar as massas populacionais, era preciso mantê-las pacíficas e dóceis:

Uma vez arrombada a porta do antigo poder de soberania aparece a ruptura da aliança entre classes populares e classes burguesas, já que o interesse político das primeiras consistia na manutenção de uma conjunção entre reorganização do Estado e desenvolvimento dos equipamentos coletivos, entre felicidade e revolução, ao passo que o interesse das classes burguesas era evidentemente sua dissociação; único meio de manter suas posições adquiridas e a margem de manobra necessária à economia liberal. [...] Como garantir o desenvolvimento de práticas de conservação e de formação da população dissociando-as de qualquer atribuição diretamente política

---

<sup>177</sup> MANNONI, M. **Amor, ódio, separação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995, p.36.

<sup>178</sup> DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Tradução de: M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal. 1980.

a fim de lastreá-las, não obstante, com a missão de dominação, de pacificação e de integração social?<sup>179</sup>

Donzelot indica a filantropia como forma de domínio social sobre as populações pauperizadas. As atividades filantrópicas do século XIX caracterizam-se por dois eixos estrategistas que substituem plenamente o poder positivo do antigo estilo do poder da Soberania: 1) conselho eficaz em vez de caridade humilhante; 2) norma preservadora no lugar de repressão destruidora<sup>180</sup>. Portanto, se essas estratégias puderam ressonar dentro da nova ordem urbana moderna, foi em nome do conceito de “autonomia” das famílias em relação aos antigos blocos de dependência ou redes de solidariedade que sobreviviam ao cenário moderno. Por isso mesmo, “se as *normas higienistas* surtiram efeito é porque elas ofereciam a estas [famílias] e, correlativamente às mulheres, a possibilidade de uma autonomia maior contra a autoridade patriarcal no interior da família”.<sup>181</sup>

Os hospitais gerais e as reclusões organizadas, e podemos aí incluir o mecanismo da roda dos Expostos, todos esses dispositivos coletivos são considerados ineficazes servindo muito mais para manter a pauperização e a fraude dos falsos indigentes, que para o objetivo de conservação. Nos lugares de recolhimento que precederam à ação de São Vicente de Paula, por exemplo, era recorrente uma prática ardilosa para com as crianças expostas: a deformação e a mutilação de crianças por mendigos que as compravam para submetê-las a cirurgias teratológicas. Esses eram chamados de comprachicos (compra-crianças).<sup>182</sup>

Assim, as rodas acabavam se tornando um mecanismo que ao invés de controlar as populações pobres, a fim de reprimir a prática de abandono das crianças, estariam enfim promovendo cada vez mais as fraudes e os desvios mercenários. Viu-se que a repressão promovida pela agregação e colhimento de crianças desviantes, filhos ‘ilegítimos’ de mães camponesas não resolveria os problemas da cidade burguesa. Algo mais eficaz deveria entrar em jogo para surtir efeitos mais duradouros. Moralizar o comportamento dessas mulheres desviantes talvez fosse o caminho de se restaurar a ordem da família nuclear: evitar o efeito perturbador de filhos bastardos, menores

---

<sup>179</sup> Idib., p. 55.

<sup>180</sup> Idib., p. 57.

<sup>181</sup> DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Tradução de: M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal. 1980. p. 57-58.

<sup>182</sup> Idib.

rebeldes e criminosos, moças de má-reputação, enfim, aquilo que poderia abalar a identidade e a posição da família burguesa.

Portanto, as estratégias assistenciais de organização das famílias pauperizadas deveriam caminhar rumo a uma organização não mais forjada para o recolhimento cego (das rodas) e sim em vistas de um serviço aberto para que, de um lado, desencorajasse o abandono e por outro atribuir auxílios a partir de uma investigação administrativa em relação às mães.<sup>183</sup> Ou seja, a situação das mulheres das famílias pobres caminhava para um “apaziguamento” da onda fraudulenta cuja a roda produzia, que atingiu tanto as mulheres e suas crianças, quanto a própria função das rodas na cena urbana. A falência das cirandas de rodas dos expostos põe em jogo outro movimento, a estruturação de direitos a todo tipo de mulheres pobres:

[...] a decisão de fornecer uma assistência financeira e médica às mulheres mais pobres, como também às mais imorais provocava um mecanismo que implicava a generalização desses tipos de serviços a todas as outras categorias de mães para não se correr o risco de ser acusado de atribuir um prêmio ao vício. Assim, o que era dado como auxílio a uma mãe solteira a quem se queria encorajar a manter o filho, transformou-se num direito ainda mais legítimo para a viúva pobre cheia de filhos, depois, para a mãe de família numerosa e, depois, para a mulher operária a quem não se deve desencorajar de reproduzir.<sup>184</sup>

No discurso social, foram construídos *lôcus* de identidades para as mulheres pobres. Essas identidades apontavam para um só dito: constituíram-se, com a modernidade, os estigmas de serem essas mulheres pobres as mais propensas a abandonarem suas crias, como dissemos anteriormente. Por motivos de pobreza, ou pelo “falta de informação adequada”, pensou-se que tais mulheres dariam luz a filhos indesejados. “Mãe desnaturada”, ineficaz quanto à maternidade, acusada de ser aquela que tem, desde sempre, a intenção de abandonar os rebentos ao léu e à responsabilidade do Estado.

Assim, segundo Minnicelli, a fraude para com o Estado por parte das mulheres que abandonavam seus filhos para recuperá-los como nutrizes remuneradas pelo Estado, desencadeou uma série de medidas que foram assim formando as bases para justificar o

---

<sup>183</sup> Idib.

<sup>184</sup> DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Tradução de: M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal. 1980. p. 58.



surgimento do chamado “trabalho social”, através dessas medidas administrativas de ajuda social, no princípio do século XX.<sup>185</sup>

Podemos aqui dizer que filantropia e trabalho social são sinônimos. Donzelot coloca como precursores do trabalho social as próprias sociedades protetoras da Infância. Todas elas para controlar as crianças ‘dignas de compaixão’, objetos *da filantropia iluminada*. Redobrou-se assim, após os infanticídios desproporcionais provocados pelas rodas, o fato de que a criação dos filhos das famílias populares deveria ser domínio e do trabalho extensão do controle médico. Portanto, surgem dessa concepção iluminista, em 1865, essas primeiras sociedades protetoras da Infância, em Paris, e mais tarde em Lyon, todas com a função social de: 1) garantir a inspeção médica das crianças colocadas pelos pais em nutrizas, 2) aperfeiçoar os sistemas de educação, os métodos de higiene e a vigilância das crianças das classes pobres.<sup>186</sup>

Essas sociedades protetoras da Infância se organizavam em comitês patronais que já eram freqüentes nos hospícios de recolhimento das crianças. Obviamente, todos eles estavam baseados em tratar de desfragmentar o mecanismo da nutrição das crianças pelas nutrizas (amas), bem como tratar de investir na idéia de que as crianças mais bem tratadas eram aquelas que estavam sob a dependência e a vigilância da Assistência Pública. Donzelot retoma do texto argumentativo de Théophile Roussel, cuja eloqüência, a propósito das classes populares, dá subsídio a uma lei de 1874. Vejam o modo como se representa as mulheres:

‘Apesar dos conselhos desinteressados dos médicos e das pessoas esclarecidas, a rotina, a teimosia brutal dos camponeses e os conselhos estúpidos das matronas, entretêm hábitos fatais para as crianças cuja higiene é muito mal dirigida; basta acrescentar um detalhe característico: é que as únicas crianças de boa saúde nos Departamentos pobres, crianças cuja mortalidade baixa a seis por cento, são os filhos de mães solteiras que conseguiram obter auxílios mensais do Departamento e que são controladas especialmente por um inspetor da prefeitura a quem temem e cujos conselhos escutam’.<sup>187</sup>

Assim, surge então a “mãe de família popular” – efeito ou herança do confronto entre a mulher popular e o Estado burguês: “o vínculo que a liga a seu filho permanecerá, por muito tempo, suspeito de desmazê-lo, de abandono, de interesse

---

<sup>185</sup> MINNICELLI, M. **Infâncias públicas: no hay derecho**. Buenos Aires: Centro de Publicaciones Educativas y Material Didático, 2004, p. 43.

<sup>186</sup> DONZELOT, J. op. cit.

<sup>187</sup> DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Tradução de: M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal. 1980. p. 34.

egoísta, de incompetência irremediável”.<sup>188</sup> Daí, têm-se que o Estado deverá por os olhos sobre seus filhos, desde que essas crianças passam a ser tomadas por “os menores abandonados”: “Os menores abandonados eram chamados ‘filhos da pátria’”. Será que essa locução daria lugar aos ‘filhos da puta’ de outrora? Vejam a imagem trazida por Donzelot, extraída de um texto de 1850, que apóia e justifica a existência da Sociedade de São Francisco Régis:

[...] é urgente diminuir e restringir, não somente as despesas de polícia e com processos judiciais provocados pelos excessos a que se abandonam as classes corrompidas, como também as que resultam para os hospícios e para os hospitais, do abandono recíproco de pais, de mulheres e de filhos que deveriam se ajudar mutuamente como membros de uma mesma família e que, não estando unidos por nenhum vínculo social, tornam-se estranhos uns aos outros. [...] O homem e a mulher do povo quando vivem na desordem, freqüentemente não têm nem eira nem beira. Sentem-se bem somente onde o vício e o crime reinam livremente. Nada economizam; a fome e a doença os separam. Ao contrário, desde que um homem e uma mulher do povo unidos ilícitamente se casam, abandonam as casas de cômodos infectas que eram seu único refúgio para constituírem domicílio próprio. Sua primeira preocupação é retirar dos hospícios os filhos que aí colocaram. Esses pais e mães casados constituem uma família, isto é, um centro onde os filhos são alimentados, vestidos e protegidos, mandam-nos à escola e os colocam em aprendizados’.<sup>189</sup>

A estratégia filantrópica do século XIX se organiza em torno de dois pólos que “[...] se caracterizam pela busca de uma distância calculada entre as funções do Estado liberal e a difusão de técnicas de bem-estar e de gestão da população”<sup>190</sup>. De um lado, o *pólo assistencial*, que se apóia no Estado liberal, que remete as demandas que lhe são formuladas em termos de direito ao trabalho e à assistência. O Estado é então um meio legítimo de se divulgar certo número de conselhos e preceitos de comportamento a fim de transformar uma questão de direito político em questão de moralidade econômica, onde os conselhos não são mais ordens. Assim, se enxerga os *conselhos* como forma mais eficaz de se estabelecer influências que não mais fossem baseadas no medo ou na repressão, mas sim sobre a persuasão, na qual se difunde a idéia de autonomia.<sup>191</sup> De outro lado, o *pólo médico-higienista*, que tem por missão civilizadora conter aquilo que

---

<sup>188</sup> MINNICELLI, M. **Infâncias públicas: no hay derecho**. Buenos Aires: Centro de Publicaciones Educativas y Material Didático, 2004, p. 43.

<sup>189</sup> DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Tradução de: M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal. 1980. p. 35-36.

<sup>190</sup> Idib., p.56.

<sup>191</sup> Idib.

poderia ser foco de riscos de destruição da sociedade industrial (burguesa), do enfraquecimento moral e físico da população, do surgimento das lutas e conflitos que marcariam o livre agenciamento das relações sociais:

A totalidade das medidas relativas à higiene pública e privada, à educação e à proteção dos indivíduos, terá inicialmente efeito ao nível dos problemas colocados para a economia pela gestão ampliada da população que ela ocupa; problemas de conservação como também de integração e, a partir disso, elas se irradiarão, fazendo da esfera industrial o ponto de aplicação e o suporte de uma civilização de costumes. De uma integração dos cidadãos. É com esse espírito de preservação da sociedade liberal através da adaptação positiva dos indivíduos a seu regime, e somente nesse sentido, que os higienistas incitarão o Estado a intervir através da norma, na esfera do direito privado.<sup>192</sup>

Portanto, o *conselho* será a chave-mestra para a difusão dos discursos filantrópicos: “as sociedades filantrópicas distribuem, sem dúvida, dons materiais, porém, é sempre para utilizá-los como vetor de sua ‘influência moral legítima’”<sup>193</sup>, isto é, da atribuição de direitos legítimos e dos socorros, sob uma ordem de prioridades. Assim, “assistência às crianças em vez de assistência aos velhos, às mulheres e não aos homens pois, a longo prazo, esse tipo de assistência pode, senão render, pelo menos evitar gastos futuros”.<sup>194</sup>

As famílias populares sentem os efeitos das estratégias filantrópicas da seguinte maneira: 1) forja-se a partir da proteção de cada um de seus membros sobre os demais em uma relação circular de vigilância frente às tentações do exterior – o bar, a rua, o cabaré; 2) as novas tarefas educativas se realizam à custa de uma perda de coextensibilidade com o campo social, de se excluir de todo o que as situavam em um campo de forças exteriores, isto quer dizer, se deflacionam as redes de solidariedade como as corporações e as comunidades aldeãs do Antigo Regime, a família torna-se nuclear; 3) essa estratégia de “autonomização” da família a coloca como núcleo de vigilância de seus “desvios”.<sup>195</sup>

Enquanto a mulher burguesa se estabelece exercendo um fio contínuo entre as suas atividades familiares e suas atividades sociais por meio do exercício da filantropia,

---

<sup>192</sup> Idib., p. 57.

<sup>193</sup> Idib., p. 64.

<sup>194</sup> DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Tradução de: M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal. 1980. P.65

<sup>195</sup> MINNICELLI, M. **Infâncias públicas: no hay derecho**. Buenos Aires: Centro de Publicaciones Educativas y Material Didático, 2004, p. 62.

descobre-se um domínio missionário, que se abre um novo campo profissional na propagação de novas formas assistenciais e educativas. Assim, podem as mulheres burguesas ser o tal suporte de uma transmissão de patrimônio dentro da família, por meio da tarefa médico-educativa, e também é o instrumento de difusão cultural no exterior da casa. Quanto à mulher popular, ela tem o trabalho antagônico por natureza, com seu estatuto materno, e nenhuma missão de difusão para ela, apenas aquilo que lhe fora ordenado: o dever de velar pela retração doméstica de seu marido e seus filhos.<sup>196</sup>

Quanto aos filhos dessas mulheres, suas representações sociais também se diferem quando pertencem a um ou outro quadro familiar. Minnicelli resenha que, para a Infância de família burguesa, impera-se o modelo pedagógico de *liberdade protegida*, isto é, traça-se um cordão sanitário, ou os limites de um campo de desenvolvimento salutar, estimulando-a em relação ao seu corpo e seu espírito, colocando a seu serviço todos os aportes de uma psicopedagogia, mantendo um controle de vigilância discreta. Enquanto que na infância da família pobre e trabalhadora, o modelo pedagógico é o da *liberdade vigiada*. O problema para os discursos pedagógicos seria então quanto ao excesso de liberdade e o abandono pelas ruas. As técnicas empregadas para a vigilância se orientam a limitar essa dita liberdade levando a criança aos espaços de maior vigilância: a escola e a vida familiar.<sup>197</sup>

Assim, na década de 1840 até final do século XIX, Donzelot assinala as leis que editam a normalização do trabalho de proteção da infância, que regeriam o campo do trabalho infantil, a insalubridade das moradias, sobre a aprendizagem das crianças, sobre a vigilância das nutrizas (ainda mais controlada), sobre a utilização de crianças pelos mercadores e feirantes, entre outros temas que tratavam de normatizar a relação da criança com os adultos. Essa normatização visava mais a desarticulação das camadas populares como massa de reivindicação e reduzir sua capacidade sócio-política, rompendo os vínculos iniciáticos adulto-criança.<sup>198</sup> Minnicelli interpreta que essas medidas de normalização são medidas para regular a relação adulto-criança, que teriam um alcance estratégico, associando o sanitário ao político, tanto para reduzir a capacidade sócio-política das classes populares, como também para reduzir a liberdade

---

<sup>196</sup> Idib., P. 62-63.

<sup>197</sup> MINNICELLI, M. **Infâncias públicas: no hay derecho**. Buenos Aires: Centro de Publicaciones Educativas y Material Didático, 2004, p. 63.

<sup>198</sup> DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Tradução de: M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal. 1980.

de movimentos e da agitação que se resultava do relaxamento das antigas obrigações comunitárias.<sup>199</sup>

As crianças pobres recebem assim críticas violentas dos filantropos. As justificativas para a “vagabunagem” dessa população infantil devem-se ao fato, na perspectiva filantrópica, ao abandono (degradação física), à apropriação (exploração infantil) e a periculosidade a que estão *expostos*. Dois fatos merecem as anotações dos inspetores, sob o título de ‘crimes e acidentes’, eram anotados aqueles fatos indicativos de maus tratos e todos os delitos de ‘não vigilância’ cometidos pelos pais.<sup>200</sup> Todos esses temas somente apontam para outro - o da corrupção<sup>201</sup> - corrupção sexual (as reuniões noturnas nos subúrbios onde estão presentes moças e rapazes enquanto palavras chulas são trocadas); corrupção econômica (a exploração das crianças em forma de mendigagem e como mão-de-obra); e corrupção política (o vagabundo que se alistará mais tarde como soldado).

Assim, nos fins do século XIX, emerge um terceiro pólo filantrópico, que assinala Donzelot dessa forma: “opera a confluência dos dois primeiros sobre a questão da infância, por meio da reunião, num mesmo alvo, daquilo que pode ameaçá-la (infância em perigo) e daquilo que pode torná-la ameaçadora (infância perigosa)”.<sup>202</sup> Outras formas de agregação das crianças das camadas populares se produziram nesse instante. Minnicelli destaca duas linhas identificadas por Donzelot<sup>203</sup>:

- 1) A linha dos Patronados da infância e da adolescência, sociedades nascidas em torno da preocupação por substituir com a iniciativa privada ao Estado na gestão das crianças moralmente *abandonadas* (vagabundos), delinqüentes, rebeldes à autoridade familiar (crianças que ingressavam nos reformatórios por pedido dos pais), pretendendo moralizá-los e inculcá-los hábitos salútares de trabalho;
- 2) A linha das Sociedades Protetoras da Infância, que antecipam e depois acompanham a vigilância das nutrízes;

---

<sup>199</sup> MINNICELLI, M. op. cit. p. 63-64.

<sup>200</sup> DONZELOT, J. op. cit. p. 33-34.

<sup>201</sup> Idib. 76.

<sup>202</sup> DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Tradução de: M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal. 1980, p.78.

<sup>203</sup> MINNICELLI, M. **Infâncias públicas: no hay derecho**. Buenos Aires: Centro de Publicaciones Educativas y Material Didático, 2004.

Mais uma vez, as famílias e suas mulheres são acusadas pelo Estado burguês. Donzelot destaca um trecho de um livreto da União para Salvaguarda da Infância, de 1885: “ ‘esses pais que haviam considerado seus filhos como bocas inúteis ou como coisas a serem exploradas, entregam-nos de boa vontade a sociedades que queiram se encarregar de criá-los. Mas, quando julgam terem mais idade suficiente, os pais os reivindicam a fim de explorá-los, destiná-los à vagabundagem e à prostituição’ ”.<sup>204</sup> Esse discurso sobre a família e sobre as mulheres populares cria assim uma outra estratégia filantrópica: “uma transferência de soberania da família ‘moralmente insuficiente’ para o corpo de notáveis filantropos, magistrados e médicos especializados na infância”.<sup>205</sup>

Decreta-se assim, por motivos morais de insuficiência na criação de suas crianças, a perda dos direitos da família sobre suas crias. São comportamentos execráveis para a filantropia iluminada: alcoolismo de pais e mães, maus procedimentos notórios e escandalosos, maus tratos, e todos os comportamentos que comprometam tanto a segurança como a saúde física e moral de seus filhos.<sup>206</sup>

[...] por um lado, em nome da vigilância e da prevenção de delitos cometidos *contra* crianças, puderam organizar um sistema de delação legítima das pessoas próximas a elas e receber a missão de empreender a sua verificação. Por outro lado, puderam penetrar nas famílias através dos delitos cometidos *por* crianças de acordo com um procedimento legal instaurado desde o início da década de 1890, tornando-as intercessoras entre a justiça e as famílias.<sup>207</sup>

Daí, então, justifica-se o termo empregado por Minnicelli – infâncias públicas: “A abolição do poder patriarcal permitirá um processo de tutelarização que harmonize os objetivos sanitários e educativos com os métodos de vigilância e moral”.<sup>208</sup> A tutelarização social se direciona às classes pobres, ao seu controle através da gestão econômica de recursos e normas morais, à vigilância de seus comportamentos e costumes, o que dará subsídio às intervenções filantrópicas.

---

<sup>204</sup> DONZELOT, J. op. cit. p. 80.

<sup>205</sup> Idib., p. 80.

<sup>206</sup> Idid.

<sup>207</sup> DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Tradução de: M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal. 1980. p. 80.

<sup>208</sup> MINNICELLI, M. **Infâncias públicas: no hay derecho**. Buenos Aires: Centro de Publicaciones Educativas y Material Didático, 2004, p. 66.

## **2.7 Patologização da Infância: infância perigosa e infância em perigo, e outros conceitos (modernos) para se tratar as crianças de mulheres populares.**

O processo de redução do poder familiar foi facilitado pelo surgimento, no fim do século XIX, de uma série de conexões entre a Assistência Pública, a justiça de menores, a medicina e a psiquiatria.<sup>209</sup> Estas disciplinas legitimaram modos de se constituir “saberes” sobre as crianças das mulheres populares, não sem efeitos. A partir dessa data, Donzelot aponta uma nova série de profissões - os assistentes sociais, os educadores especializados, os orientadores. Como enxerto dos aparelhos pré-existentes (judiciário, assistencial e educativo), esses “discursos de saberes” sobre a infância popular criam, partindo do “trabalho social”, estratégias de controle das crianças desviadas da norma e da disciplina que exige a nova ordem moderna.<sup>210</sup>

O método de intervenção assistencial à infância popular visava um alvo privilegiado: a patologia da infância na sua dupla forma – a “infância em perigo” e a “infância perigosa”. Dois objetos que justificam o surgimento e a existência do próprio “trabalho social”. A primeira é aquela que não se beneficia de todos os cuidados da criança e da educação almejadas pelo discurso dominante filantrópico, e a segunda é aquela da delinquência:

Toda a novidade do trabalho social, toda a sua modernidade consistia justamente nessa atenção mais concentrada com relação aos problemas da infância, num questionamento conseqüente das antigas atitudes de repressão ou de caridade, na promoção de uma solicitude educativa sem fronteiras, visando mais a compreensão do que a sanção judiciária, substituindo a boa consciência da caridade pela busca de técnicas eficazes.<sup>211</sup>

As instituições de reeducação são os lugares privilegiados para o exercício da educação vigiada pelo trabalho social. Donzelot analisa a maneira como este trabalho social concebe sua extensão, visto que há sempre os dados sobre a delinquência e as estatísticas sobre os delitos das crianças pobres, nomeadas por “menores”. Quanto a

---

<sup>209</sup> DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Tradução de: M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal. 1980. p. 85.

<sup>210</sup> MINNICELLI, M. **Infâncias públicas: no hay derecho**. Buenos Aires: Centro de Publicaciones Educativas y Material Didático, 2004, p. 68.

<sup>211</sup> DONZELOT, J. op. cit. p. 92.

esses delitos, o saber criminológico se ocupa para detectar no passado familiar dessas crianças (“menores delinquentes”):

os signos que possuem em comum, os invariantes de suas situações, os pródromos de suas más ações. Graças ao quê, pode-se estabelecer o perfil padrão do futuro delinquentes: o pré-delinquentes, essa criança em perigo de se tornar perigosa. Sobre ele se instaurará uma infraestrutura de prevenção, iniciando-se uma ação educativa que possa, oportunamente, retê-lo aquém do delito. Objeto de intervenção ele será, ao mesmo tempo, e por sua vez, objeto de saber. Estudar-se-á com refinamento o clima familiar, o contexto social que faz com que determinada criança se transforme numa criança ‘de risco’.<sup>212</sup>

O trabalho social é absolutamente um trabalho de prevenção das patologias da infância (pobre). Exercido num campo multidisciplinar, o trabalho social justificará suas intervenções sob o prisma psiquiátrico, sociológico, como também sob o prisma psicanalítico, mais adiante, no século XX. Todas essas disciplinas se engajam para dar conta de justificar o poder estatal sobre as famílias e, principalmente, sobre a dupla mulher-criança, aquela que, nas famílias populares, merece toda atenção moderna. Tais saberes antecipam qualquer drama potencial na trama familiar, e pretende através do mesmo discurso educativo, in(ter)ferir sobre as populações: “o saber anularia o poder repressivo, abrindo caminho para uma educação libertadora. Mas [...] Esse encadeamento de intervenções, umas a partir das outras, torna-as todas originárias de uma mesma definição judiciária. Nesse saber criminológico em forma de encaixes sucessivos, existe efetivamente, um modelo inicial, o judiciário, o qual todos os demais são apenas cópias envolventes”.<sup>213</sup>

Minnicelli destaca da sua leitura do texto de Donzelot, as cenas das salas dos Tribunais de Menores.<sup>214</sup> O tribunal dos menores se constituiu como dispositivo de controle das famílias, outra cena do foyer moderno, em que se exercia a justiça de família em vistas de se julgar a infância desadaptada.<sup>215</sup> Observa-se como a família popular aparece colonizada pela dupla rede de tutores sociais e de técnicos. Portanto, já não se trata mais de um frente-a-frente do Estado e da família, mas, de uma série de “círculos concêntricos em torno da criança: o círculo familiar, o círculo dos técnicos, o

---

<sup>212</sup> DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Tradução de: M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal. 1980. p. 92.

<sup>213</sup> Idib., p. 93.

<sup>214</sup> MINNICELLI, M. **Infâncias públicas: no hay derecho**. Buenos Aires: Centro de Publicaciones Educativas y Material Didático, 2004.

<sup>215</sup> Idib.



círculo dos tutores sociais”.<sup>216</sup> Destaca-se aí um paradoxo: quanto mais se outorga a liberalização da família, quanto mais se evidencia a emergência de um direito da criança, de um reequilíbrio da relação homem-mulher, quanto mais esses direitos são proclamados, mais se fecha em torno da família pobre a opressão de uma potência tutelar.<sup>217</sup>

Uma criança se torna menor quando sua saúde, sua segurança, sua moralidade e sua educação correm perigo social. As crianças recrutadas para o tribunal são aquelas que entram no círculo dos procedimentos de delação do assinalamento. Por meio de delação, a demanda por auxílio ou julgamento no tribunal é social: “uma professora, uma trabalhadora social, um vizinho assinalam ao juiz a existência de uma família ‘que corre riscos’”.<sup>218</sup> O julgamento se faz na medida que a pena se dilui em medidas educativas e assistenciais. Os técnicos sociais, os profissionais sociais entram em ação.

Na realidade, os riscos que comprometem a família e o menor em julgamento têm menos haver com o histórico familiar de comportamentos imorais, mas pelo próprio temperamento da família e do menor:

a verdadeira instrução penal passa a ser, portanto, uma avaliação do menor e de seu meio por uma coorte de especialistas da patologia social. [...] são os mesmos educadores, os mesmos assistentes sociais, os mesmos psicólogos que, em seguida, visitarão a família, intervirão junto à criança, enviarão relatórios regulares ao juiz, solicitando a reconsideração ou a transformação da medida em função de suas impressões.<sup>219</sup>

A imensa incongruência observada nos tribunais de menores entre os casos penais e os casos assistenciais, colocando numa mesma medida tanto um quanto outro, inclusive penalizando crianças abandonadas, desmaterializando o delito. Isso devido à mesma situação: o tribunal de menores não julga feitos e sim examina indivíduos.<sup>220</sup> Assim, naturalizam-se os feitos cotidianos das crianças populares, justificando-os pelo fato do temperamento e da personalidade, categorias da psiquiatria voltada para a classificação do social.

A psiquiatria moderna entra em jogo como discurso de saber para dar conta de justificar o novo ordenamento de discurso frente às famílias populares. Podemos

---

<sup>216</sup> Idib., p. 69.

<sup>217</sup> DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Tradução de: M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal. 1980. p. 98.

<sup>218</sup> Idib., p. 103.

<sup>219</sup> Idib., p. 104.

<sup>220</sup> MINNICELLI, M. **Infâncias públicas: no hay derecho**. Buenos Aires: Centro de Publicaciones Educativas y Material Didático, 2004, p. 70.

antever que a questão das mulheres populares e suas crias torna-se, além de um caso judicial, de polícia, também está submetida ao domínio da doença mental. Para esses psiquiatras, muito mais que a solicitação de seu saber para dizer sobre os grandes crimes e os grandes delitos, o que eles querem é poder dizer antecipadamente, poder predizer sobre os perigos que as crianças correm:

Eles querem poder interessar-se mais pelos menores do que pelos adultos, mais pelos pequenos delitos do que pelos grandes crimes, mais pelo diagnóstico precoce das anomalias, a orientação dos condenados para um ou outro dispositivo de coerção [...] eles se propõem a ultrapassar essa função menor no judiciário em proveito de uma posição autônoma de orientadores da profilaxia da delinqüência, que se transformou, para eles, num simples sintoma de anomalia mental ao mesmo nível que todas as outras 'reações anti-sociais', a fuga, a mentira, as perversões sexuais, o suicídio, etc. A delinqüência não é mais para eles o produto sempre possível e, nesse caso, 'desculpável' de uma perda da razão, momentânea ou duradoura; ela é a manifestação de uma insuficiência originária, de uma anomalia constitutiva, portanto, diagnosticável, previsível. Ao louco, esse deserddado da razão, sucede o anormal, esse bastardo da sociedade. Depois daquele que acidentalmente perdeu alguma coisa, vem o que nunca teve 'o equipamento físico e moral socialmente necessário'.<sup>221</sup>

O discurso de saber médico-psiquiátrico sobre as famílias populares tem como instrumento de controle o diagnóstico precoce, que tem o poder de detectar o conjunto das causas que favorecem os mecanismos de degenerescência – as condições miseráveis de vida, as intoxicações como alcoolismo, às quais as populações pobres estão *expostas* -, enquanto uma intervenção profilática opera sobre esse corpo social, regenerando-o. Esse seria o trabalho social ao qual é solicitada a psiquiatria para intervir nos aparelhos sociais.<sup>222</sup>

Insuficiência educativa e existência de anomalias só podem ser detectadas e diagnosticadas pelo psiquiatra, quem poderá discriminar nessa patologia aquilo que depende da disciplina e do tratamento orgânico. A categoria jurídica que a sustenta é a de *educabilidade* e já não a do *discernimento*.<sup>223</sup>

---

<sup>221</sup> DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Tradução de: M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal. 1980.p. 118

<sup>222</sup> Idib., p. 118.

<sup>223</sup> MINNICELLI, M. **Infâncias públicas: no hay derecho**. Buenos Aires: Centro de Publicaciones Educativas y Material Didático, 2004, p. 72.

A atribuição da origem dos distúrbios à família se ramifica em duas vias: uma relativa à disciplina – “quem toma conta da criança em casa? Qual o modo de vigilância, frouxa ou brutal? A criança ia à aula? Qual era a sua conduta durante os intervalos de aulas?”<sup>224</sup>. Desde que a escola se torna também palco de observação dos comportamentos ‘anti-sociais’ das crianças delinquentes, anormais de asilo, e outras, que são colocadas em escolas de aperfeiçoamento. A outra via de ramificação para atribuição da gênese dos distúrbios das crianças é também aquelas das anomalias morfológicas e aos antecedentes patológicos dos pais – “qual é a situação moral dos pais ou dos tutores? Qual o estado de saúde do pai (alcoolismo, tuberculose, sífilis, criminalidade), da mãe (mesmos critérios, salvo que a prostituição substitui a criminalidade)?”.<sup>225</sup>

Assim, localizam-se as “carências das crianças” em relação às supostas “carências da família”: a insuficiência educativa e a existência de anomalias degenerativas. A família, remarca Donzelot, mais do que o doente, mais do que a criança-problema, torna-se o verdadeiro lugar da doença.<sup>226</sup> Vê-se então constituir uma psicopatologização da família popular:

Num momento que a justiça de menores se constitui com base numa vontade de substituir a punição pela prevenção, a repressão pela educação, o psiquiatra aparece ao lado do juiz, animado pelo mesmo projeto que ele mas armado de uma capacidade teórica de estimar a oportunidade de tal e qual abordagem educativa que só encontra igual na capacidade jurídica do juiz de menores para decretá-la.<sup>227</sup>

Como resultado de se converter os campos de saberes judiciário e psiquiátrico para se abordar as práticas do trabalho social com a infância popular, viu-se encontrar adjetivos e classificações para famílias: as famílias desestruturadas, as famílias normalmente constituídas, porém, rejeitadoras ou superprotetoras, e as famílias carentes. Isso também vale para classificar e adjetivar as crianças, pois novas denominações surgem da classificação psiquiátrica para a infância: *crianças anormais*, *crianças irregulares*, *crianças inadaptadas*, ou *inadaptação infantil*, denominações que reúnem em uma nova disciplina, surgida na década de 1940 do século XX, a psiquiatria infantil. Assim, as crianças delinquentes do judiciário, e a infância desgraçada e abandonada do

---

<sup>224</sup> DONZELOT, J. op. cit. p. 121-122.

<sup>225</sup> DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Tradução de: M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal. 1980. p. 122.

<sup>226</sup> Idib.

<sup>227</sup> Idib.

discurso assistencial se integram nos adjetivos propostos pelo novo saber psiquiátrico da Infância.<sup>228</sup>

## **2.8 A institucionalização de crianças no Brasil: infâncias perdidas numa ciranda de pedra.**

Em sua tese de doutorado, Altoé investigou minuciosamente a realidade de internatos que integravam uma determinada fundação filantrópica, da periferia da cidade do Rio de Janeiro. Podemos aqui tomar o estudo como protótipo dos processos de institucionalização das crianças e jovens brasileiros no limiar da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Seu estudo se ocupa da dissertação da vida cotidiana dessa população, buscando denunciar o percurso que faz a criança e o jovem quando cai no processo de institucionalização, desde recém-nascido até a maioridade. Revela-se a questão da trajetória que leva a criança a ser institucionalizada, bem como as conseqüências do atendimento institucional, mostrando imensa dificuldade em admitir os problemas decorrentes da internação.

Altoé começa seu estudo observando a tensão existente entre a adaptação da criança que chega a instituição em idade temprana e a separação bruta e repentina dos familiares de referência, quando esta entra na instituição. Os principais distúrbios apontados, decorrentes da chamada *privação materna*, tanto nos casos de separação múltiplas quanto nos casos de internação em instituições, mostram a relação existente entre a não-manutenção de vínculos afetivos e os distúrbios mais freqüentes. Eles podem ser: atraso na área da linguagem, problemas de aprendizagem, perturbação no desenvolvimento físico e cognitivo, dificuldade em estabelecer e manter aquilo que é chamado por relações significativas com outras pessoas, até delinqüência, psicopatia e distúrbios psicóticos.

As manifestações psicossomáticas são freqüentes: as crianças choram enquanto seus corpos gritam de dor por meio de doenças. As crianças são cuidadas no meio hospitalar por médicos e enfermeiras. Para justificar a intensa hospitalização das

---

<sup>228</sup> MINNICELLI, M. **Infâncias públicas: no hay derecho**. Buenos Aires: Centro de Publicaciones Educativas y Material Didático, 2004, p. 72.

crianças, encontra-se uma explicação: “o principal motivo admitido pelos médicos, atendentes de enfermagem e funcionários para o adoecer das crianças é o ‘convívio em grupo que facilita o contágio de uma para a outra’”.<sup>229</sup> Pode-se perceber então, que as justificativas para o adoecer das crianças ainda estão calcadas nas teorias médico-pedagógicas do tempo da “roda”.

Os cuidadores não percebem nenhuma relação entre o adoecer e o rompimento brusco dos seus primeiros laços de afeto, nem aceitam ser esse rompimento o causador de maiores debilidades nas crianças, o que as deixam mais vulneráveis e mais propensas para adoecerem. Nem os médicos, nem as enfermeiras, nem mesmo os funcionários que cuidam das crianças na instituição podem admitir que a separação da mãe e a vivência do internato possam ser fatores que disparam essas reações psicossomáticas. A perda de peso é o primeiro sintoma inicial de sofrimento da criança institucionalizada, seguida de diarreia, vômito, gripes constantes, empertigo, escabiose, conjuntivite<sup>230</sup>. Seria o adoecer uma forma de protesto, no momento em que aqueles sintomas, no corpo-palco da criança, fossem uma saída para comunicar tamanho descontentamento?

Porém, Altoé observa que “apesar de negarem que a separação da mãe possa fragilizar o interno, a enfermeira, o médico e mesmo alguma diretora admitem que a criança sofre e adoce por ‘saúde’ da mãe ou por ‘paixão’”.<sup>231</sup> Vejamos um recorte da fala de uma enfermeira:

‘Eu trago uma criança e falo para o médico: Ah, doutor, este menino está assim, não quer comer, está com febre. Ele internou agora recente. Aí, ele vê aquele dia pede para ver no dia seguinte. Eu torno a voltar e digo a mesma coisa. Aí ele diz: Ah, este menino aí, isto é paixão. Quer dizer eu aprendi isto com o médico. Ele pede para acompanhar três, quatro dias e então eu venho com a mesma ladainha: Dr. Ele está triste, não come. Ele diz: ah, ele está triste, é paixão. Ele está sentindo falta da mãe.’<sup>232</sup>

Mesmo que este médico possa fazer uma menção ao estado fisiológico da criança associado à separação da mãe, em geral, os médicos enfatizam que a causa primeira da debilidade da criança está intimamente ligada à desnutrição da mãe na gestação, que faz com que a criança tenha um desenvolvimento debilitado após o

---

<sup>229</sup> ALTOÉ, S. **Infâncias perdidas**: o cotidiano dos internatos-prisão. Rio de Janeiro: Xenon. 1990. p. 34.

<sup>230</sup> ALTOÉ, S. **Infâncias perdidas**: o cotidiano dos internatos-prisão. Rio de Janeiro: Xenon. 1990.

<sup>231</sup> Idib.

<sup>232</sup> Idib. p. 34.

nascimento. É dessa maneira que a instituição passa a responsabilizar a *mãe* de nascimento pelos sintomas do filho institucionalizado.

Quando a criança é retirada da família e passa a viver no internato, este aspira ser um substituto da vida familiar. Ali, a criança entra numa rede de olhares e de denominações médicas que pretendem ser eficazes e eficientes, produzindo saberes médico-pedagógicos para o cotidiano da criança, tentando dar um contorno justificado para o enredo familiar.

Segundo as palavras de uma diretora do internato: “porque no internato, a criança é vasculhada... se tem registro de tudo, porque temos um serviço médico”.<sup>233</sup> A criança passa a ser examinada por dois médicos diariamente, todos os seus dados são anotados e registrados. A internação é considerada como uma espécie de internação hospitalar, o que se reafirma, segundo a autora, pelo próprio ambiente físico marcado pelas cores branca e cinza, assim como pelas camas de ferro, como as de hospitais.

O funcionamento dessa instituição estudada é fundamentalmente caracterizado pelo controle do corpo da criança através da medicalização do atendimento, na preocupação com a saúde física, a alimentação e a hospitalização, além da preocupação com a disciplina. Altoé recupera a fala da diretora dessa instituição o que revela essas preocupações:

‘É verdade , aqui se tem uma preocupação muito grande com a doença das crianças. De manhã a gente arruma as crianças e o nosso serviço para estarmos prontos à espera do Dr. A.. De tarde, à espera do Dr. K.. O tempo passa ligeiro e nossa principal preocupação é a visita médica. Preocupação com a recreação, passeio para a s crianças não há’.<sup>234</sup>

Procedimentos seriais disciplinares são procedimentos de verificação e fiscalização do corpo da criança: se vestir, comer, fazer cocô na hora indicada pela instituição, dormir são ações que não podem vir acompanhadas de palavras. Por essa condição institucional, a autora chama de “priorização das regras arbitrárias” para a organização das crianças internas. O corpo é tocado, manipulado, é limpo sem mesmo uma palavra mediadora como uma pergunta: “você já fez cocô?”. Assim, “a disciplina perpassa todas as relações do internato, sendo utilizada de modo silencioso. Não se fala muito a respeito, mas se controla todos os indivíduos pelos olhares e pelas anotações escritas nos cadernos”<sup>235</sup>.

---

<sup>233</sup> ALTOÉ, S. **Infâncias perdidas**: o cotidiano dos internatos-prisão. Rio de Janeiro: Xenon. 1990. P. 35

<sup>234</sup> Idib.

<sup>235</sup> Idib. p. 65.

Dolto nos ensina que o psiquismo é simbólico: “o psiquismo é a metáfora do equilíbrio do corpo; uma metáfora de comunicação; o corpo se comunica com o mundo exterior para absorver e rejeitar o que lhe é necessário, para manter a sua homeostase: o psiquismo funciona da mesma forma”.<sup>236</sup> Se pudermos entender que o conflito somático comunica uma história de vida, podemos desconfiar que a preocupação médico-pedagógica com o corpo fisiológico das crianças omite os sinais de linguagem do sujeito na criança.

Nesses estabelecimentos não se permite se constituir como sujeito. Mesmo que os adultos saibam do enorme sofrimento e prejuízo causados pela institucionalização de crianças pequenas, o modelo da boa ordem e sanitarismo ainda impera ali, o que persegue idealmente qualquer coisa que nos lembra aqui a Educação à Schreber:

O Dr. D. G. M. Schreber encarnava o saber científico (um educador, dizia ele, é um homem que tem resposta pra tudo), dotado do poder de cura. Para que esse poder possa exercer-se, é preciso ainda um paciente capaz de submissão total, de abandono radical do seu corpo e do seu ser. Esse tipo de submissão, que se adquire mediante um treinamento físico e moral dos mais precoces (desde os primeiros meses de vida), é o único a permitir que, no caso de doença, a criança seja salva da morte [...] Renunciar à obediência seria, portanto, renunciar à vida.<sup>237</sup>

Mannoni observa a moral terrorista do poder disciplinar embutido no ato pedagógico, o que serve de fundamento ao que se oferece aos educadores como método científico. Isso seria assistido em todo Ocidente: a verdadeira ofensiva dos médicos para a tomada do poder ideológico. Podemos perceber que as instituições conservaram esse traço característico que uma época, a partir de 1880, em que as instituições escolar e médica procuraram realizar uma “missão civilizadora”. As obras de Schreber anunciam o período em que não será mais uma arte de viver que se dispensará às populações, mas as regras de vida que lhe serão impostas de forma absolutamente autoritária.<sup>238</sup> Vejamos o que é relatado por Altoé na observação da relação entre a criança e o adulto no internato:

Praticamente tudo é regulado pelo adulto. Ele é que decide se a criança está ou não com sede (se esta lhe pede água fora do horário determinado para receber sua porção de água na caneca), ou mesmo a quantidade (se a criança quer outra porção, o que se denomina

---

<sup>236</sup> DOLTO, F. **Dialogando sobre crianças e adolescentes**. Campinas, Papirus, 1989, p. 19.

<sup>237</sup> MANNONI, M. **Educação impossível**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. p.28.

<sup>238</sup> Idib., p. 27-28.

‘repetição’ ou ‘repite’, a funcionária, em geral, não dá, pois considera que foi satisfatória a porção dada). São os adultos que regulam quase todas as necessidades da criança, [...] sem lhe dar a oportunidade de se organizar internamente e de conhecer o próprio corpo, sequer no que se refere às suas necessidades mais básicas de sobrevivência – fome, sede, sono, vontade de ir ao banheiro, sentir frio ou calor.<sup>239</sup>

A lei institucional sendo constituída assim, com regras de conduta e controle do corpo aponta para uma condição de homogeneidade e de massificação normativa. Higiene, asseio e controle das necessidades do corpo que fazem lembrar uma linha de produção, como, por exemplo, na hora do banho, em que se faz fila para serem ensaboadas, sendo as crianças manipuladas rapidamente com movimentos bruscos e mecânicos debaixo da água fria.<sup>240</sup>

Altoé se refere a um “círculo vicioso” severo tanto para os adultos quanto para as crianças. Os adultos disciplinares acabam por sofrerem também, de algo que é sem nomeação clara, isto é, do poder institucional, do mandato inconsciente das relações entre os corpos que são atravessados pelas contenções, vigílias e punições, de um poder totalitário, em nome da disciplina e da ordem. Se esse poder totalitário for assim uma faceta da força conservadora que alimenta a pulsão destrutiva, podemos pensar que, a relação que guarda o processo de institucionalização nesses estabelecimentos, muitas vezes, aponta para a morte simbólica, já que a institucionalização, na medida que endossa a massificação das subjetividades, produz um movimento de desintegração subjetiva na criança e no jovem institucionalizado:

Quando um adulto interpreta a demanda feita pela criança e lhe responde satisfazendo ou dando alguma resposta que mostra a sua compreensão, isto possibilita à criança a produção de significações novas. A reação costumeira das funcionárias, entretanto, de não tomar conhecimento da demanda da criança e silenciar a este respeito é igual ao silêncio da morte. Podemos assim dizer que internatos desse gênero são um lugar de morte e não de crescimento e de vida.<sup>241</sup>

Assim que a criança entra no internato, ela se torna um objeto de espetáculo médico. O atendimento médico é considerado eficiente quanto mais se “vasculha” (invade) o corpo da criança. Ao buscar na realidade do corpo físico as causas que justificam a tristeza, a angústia e saudade da criança, cada vez mais a instituição se

---

<sup>239</sup> ALTOÉ, S. **Infâncias perdidas**: o cotidiano dos internatos-prisão. Rio de Janeiro: Xenon. 1990. p. 41.

<sup>240</sup> ALTOÉ, S. **Infâncias perdidas**: o cotidiano dos internatos-prisão. Rio de Janeiro: Xenon. 1990.

<sup>241</sup> *Idib.*, p. 42.



encontra apoiada na acusação das mães dos filhos internados, enquanto que se afasta da possibilidade de se questionar os problemas da criança, com a espécie de internação que lhes é oferecida.

Apesar da “paixão” e a “saudade” serem mencionadas ou identificadas como suspeitas de serem a causa da sintomatologia da criança internada, esses afetos identificados pelos cuidadores não são falados à criança. Toda a perspectiva afetiva é guardada em segredo, como que se qualquer desvio do olhar do objeto que se torna o corpo da criança fosse como um sacrilégio, um atentado ao pudor cientificista e da legitimidade do discurso médico-pedagógico veiculado.

Como um pai schreberiano que não permite a emissão de qualquer palavra da criança em nome próprio, essa posição hegemônica dos internatos parece-nos ser o modo de transmissão histórica, herança dos modos subjetivos de se conceber a criança popular desde o advento da modernidade. As configurações imaginárias que os profissionais mantêm sobre a infância, essa infância que cai na dita Rede de proteção, parecem-nos ser o ‘jogo’ de filiação imaginária possível para essas crianças: dizem que tudo de ruim, presente na criança, vem de um tempo da gestação, de má-alimentação da mãe, de drogadição, de prostituição, e da pobreza em si.

Tais concepções sobre a criança estão na corrente de uma educação com princípios schreberianos. Tal como Rousseau, que um século antes postulava que uma idéia de *perfeição* na esfera educativa, Schreber postulava princípios educativos que se tornaram uma espécie de manual sobre o combate à “impureza infantil”: *a criança é má de nascença*, o que se faz necessário separá-la de sua natureza e submetê-la a um adestramento físico e moral (alterações de abluções de água fria e água quente desde os três meses de idade); *a criança deve adquirir precocemente a arte da renúncia*, pois, choramingar sem razão apenas exprime capricho um humor e o primeiro surgimento de obstinação, o que posteriormente ter-se-á para sempre o domínio da criança - um olhar ou um gesto serão suficientes para governar a criança; e ainda, o controle que o adulto tem sobre as tendências da criança deve ser o mesmo controle sobre o corpo dela, o que remete a uma educação corretiva baseada na coerção corporal.<sup>242</sup>

Assim, um século mais tarde, o Dr. Schreber retoma o tema da educação infantil estabelecendo o postulado que a natureza é má, assim como fazia Rousseau - ‘nada de

---

<sup>242</sup> MANNONI, M. **Educação impossível**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. p. 28-29.

mãe, nada de filho’, dizia Rousseau, enquanto Dr. Schreber afirmava – “que a mãe se apague, é a voz do pai que importa”.<sup>243</sup>

Parece-nos que essa colocação mannoniana pode nos dar a pista necessária para se entender o que é, então, deveras combatido dentro das instituições em geral, como as escolas, e especificamente, nas instituições de acolhimento para as infâncias públicas. Calcadas num modelo de educação psicotizante (paranóico-delirante), as instituições combatem, em nome da boa ordem, a sexualidade dos internos:

vê-se por vezes uma administração arrogar-se de forma passional o direito de administrar a sexualidade dos estudantes [lê-se aqui internos], no sentido de uma assexualidade, com o argumento de que isso constitui a garantia segundo os administradores, da manutenção da ordem.<sup>244</sup>

Altoé mostra uma administração institucional que trabalha na tentativa de anular os traços identificatórios da existência das diferenças entre meninos e meninas. Isso é representado pelas próprias roupas uniformizadas das meninas. Os trajes que elas costumam usar são largos e invariáveis. As meninas maiores, que reconheciam os uniformes, faziam questão de roupas não tão largas:

Tive a oportunidade de acolher pedidos das meninas maiores para trocar uma roupa por outra. A menina tinha claro discernimento que eu acataria seu pedido e não a ‘tia’. Mas, com a chegada desta, ela logo se explicou, possivelmente com receio de levar uma bronca por sua iniciativa. Na minha presença, a funcionária não se importou e disse achar graça que aquela menina fizesse questão de não usar roupas muito largas, como se fosse uma vaidade boba a da menina.<sup>245</sup>

Além das meninas maiores vestirem roupas uniformizadas, algumas delas tinham seus uniformes enumerados: “[...] o que permitem que usem sempre a mesma roupa, apesar de ser igual a das colegas. [...] as maiores sabem ver o número, o que facilita a tarefa de distribuição e uso de roupas”.<sup>246</sup> Mesmo enumeradas, as meninas não se distinguiam umas das outras, o que daria a impressão de um aglomerado monótono:

---

<sup>243</sup> Idem, p. 46.

<sup>244</sup> MANNONI, M. **Educação impossível**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. p. 86.

<sup>245</sup> ALTOÉ, S. **Infâncias perdidas**: o cotidiano dos internatos-prisão. Rio de Janeiro: Xenon. 1990. p. 70.

<sup>246</sup> Idib..

“[...] vestindo roupas uniformizadas, não se distinguem umas das outras e seu agrupamento parece mais uma massa humana indiferenciada”.<sup>247</sup>

Nos internatos, uma coisa é marcante para as crianças, tanto aos meninos quanto às meninas: o corte de cabelo - “um ritual que ninguém escapa”.<sup>248</sup> A razão institucional para o corte é a higiene ou ainda - o combate aos piolhos – uma das ameaças (paranóicas) constante nos internatos.

A ‘tia’ tenta explicar a uma menina, relutante em cortar o cabelo, que precisa tratar de seus piolhos. Ela vem sem falar, sem protesto, com o rosto triste. Senta-se resignada. As colegas dizem coisas do tipo: ‘não fique chateada Sílvia’, ‘ela vai chorar’, ela não quer cortar’. E de fato, silenciosamente, à medida que a tia corta o cabelo, suas lágrimas rolam em silêncio e ela tenta manter uma cara digna. Está muito triste mas não soluça. O corte demora muito [...] Mas a ‘tia’ capricha, corta devagar, diz que não é cabeleireira mas capricha nos arremates! ‘Não gosto de deixar caminho de rato’. Fala também do cuidado que tem do uso do sabão apropriado, mas que mesmo assim há muito piolho. A menina que cortou o cabelo volta com o cabelo molhado, a ‘tia’ passa o sabão e ela vai brincar com o cabelo assim.<sup>249</sup>

As crianças chegam a ter cabelos tão curtos que, vestidas com os uniformes, não se podem distinguir quem são os meninos ou quem são as meninas. Dessa forma, cortar o cabelo se conforma num ritual que legitima a uniformização das crianças, mais uma faceta do esforço institucional para apagar a diferença que possa surgir ali, mas não qualquer diferença - é a diferença sexual entre as crianças: “ao lado da uniformização do vestir, o corte de cabelo vem completar a anulação das diferenças que o cabelo pudesse

---

<sup>247</sup> Idib..

<sup>248</sup> Idib., p. 73.

<sup>249</sup> ALTOÉ, S. **Infâncias perdidas**: o cotidiano dos internatos-prisão. Rio de Janeiro: Xenon. 1990. p. 73.

trazer ao rosto dos internos. É um ritual que desfigura parte do corpo tentando apagar a diferença sexual entre as crianças”.<sup>250</sup>

As instituições trabalham no intuito de se aplacar, apagar, ou conter as diferenças sexuais. Para além das diferenças sexuais, da forma em que a diferenciação possa ser entendida como mera divisão dos sexos derivada das insígnias do organismo - discurso biologizante, ou, como relações de gênero ou de identidade sexual entre homens e mulheres (no caso meninas e meninos) - análise oriunda do discurso antropológico, o poder institucional trabalha calcado sob um não-reconhecimento da feminilidade. Abafa-se, em nome do significante da ‘disciplina’ e da ‘ordem’, os traços originais que poderiam definir os laços imaginários e simbólicos que começam a surgir entre as meninas com a cultura da feminilidade: “a importância do aspecto criador e positivo do corpo feminino nos movimentos identificatórios das meninas”.<sup>251</sup>

Elas, entretanto, mesmo quando nunca tiveram a oportunidade de ter a vivência de uma relação individualizada, descobrem esta possibilidade e lutam por ela. Lutam pela diferenciação, mesmo que o funcionamento institucional faça tudo para anular este seu esforço. É admirável esta expressão de resistência das crianças. E é impressionante como as funcionárias, mesmo as mais delicadas e sensíveis no trato da criança, naquele ambiente, não conseguem perceber a importância que esta possibilidade de individuação tem para os internos. O único pensamento parece ser – “todos têm que ser iguais a todos” – ou ainda – “não é possível nenhuma criança ter necessidade de posse de objeto que a distinga das outras”.<sup>252</sup>

Altoé chama de relação individualizada à relação que o adulto tem diante da criança na medida em que se permite a oportunidade de viver num ambiente no qual a singularidade da criança seja respeitada, ou melhor, reconhecida: “às crianças não é permitida nenhuma autonomia nos atos nem nas necessidades. Praticamente tudo é regulado pelo adulto”.<sup>253</sup>

Porém, se as meninas percebem a possibilidade de viver uma “relação individualizada”, ou seja, de poderem recusar a homogeneidade das imagens entre elas mesmas, da impossibilidade de responder em nome próprio em face de um desejo que irrompa o cotidiano massificador, ou da mecanização dos toques das “tias”, é porque algo da primeira relação com os outros semelhantes marcou um contorno humano para

---

<sup>250</sup> Idem, p. 74.

<sup>251</sup> NUNES, S. O feminino e seus destinos: maternidade, enigma e feminilidade. In: BIRMAN, J. (Org). **Feminilidades**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2002, p. 35.

<sup>252</sup> ALTOÉ, S. **Infâncias perdidas**: o cotidiano dos internatos-prisão. Rio de Janeiro: Xenon. 1990. p. 70.

<sup>253</sup> Idib., p. 40.

elas, isto é, a primeira relação com os pais, ou mesmo com os outros presentes nas instituições pelas quais elas passaram desde sua entrada na ciranda pública da infância possibilitou um amparo de seu ser num mundo de demandas, de significados e de comunicação. Assim como os bilhetes deixados com os bebês na roda dos expostos eram rasgados, alguns pedaços dessas histórias de vida ficaram colados, mesmo que ‘desgraçadamente’, nessa ou em outra criança, o que possibilitou esses meninos e meninas não morrerem fisicamente. O que se embota, então, é a vida subjetiva, os laços significativos entre as crianças e os adultos, porque “se elas vivem, é porque essas crianças podiam, senão elas não teriam sobrevivido”<sup>254</sup>, como antes muitas crianças nas rodas dos expostos.

Mesmo que essas meninas tenham sobrevivido fisicamente ao abandono, e à institucionalização, o não-dito sobre sua história de vida pré-institucional condecora a morte pela qual não se pôde chorar o luto, potência que retorna em forma de sintomas somáticos ou psíquicos, ou mesmo em forma de esvaziamento de sentidos: “não lhes foi dito nada que a sua mãe os deixou e que ela não procura revê-los. Se não sabe a razão do abandono, é preciso dizer que a ignoramos, mas é preciso falar-lhes da sua história. O não-dito, é o que prepara as psicoses”.<sup>255</sup>

Altoé conclui seu trabalho dizendo que o sistema disciplinar não favorece o desenvolvimento da linguagem, nem da autonomia, nem da capacidade de iniciativa. O modo de atendimento da criança não atende suas necessidades básicas bem como não favorece o desenvolvimento da percepção de seu próprio corpo, e do sentimento de si mesmo:

[...] o sistema de atendimento massificado e a disciplina rigorosa e punitiva não favorecem o desenvolvimento mental saudável da criança, a construção de sua identidade e a possibilidade de se constituir enquanto sujeito. Sua individualidade é sobretudo equalizada e homogeneizada. Constrangida e impossibilitada de demonstrar qualquer expressão de liberdade e autonomia, de descoberta do que é capaz e de seu limite, resta-lhes o ócio, o silêncio, o cumprimento da ordem e da seqüência disciplinar.<sup>256</sup>

Oury diz que ninguém se salva das marcas que decorrem de uma concepção de educação. Altoé resgata suas palavras que se referem a um “processo de sofrimento das crianças e freqüentemente a um processo de morte. De sofrimento e de massacre de seu

---

<sup>254</sup> DOLTO, F. **Dialogando com crianças e adolescentes**. Campinas: Papirus. 1989, p. 19.

<sup>255</sup> *Idib.*, p. 32-33.

<sup>256</sup> ALTOÉ, S. **ALTOÉ, S. Infâncias perdidas: o cotidiano dos internatos-prisão**. Rio de Janeiro: Xenon. 1990. p. 267.

entusiasmo. Isto marca as pessoas para sempre [...] Se são muito sensíveis, são marcados para toda a vida”<sup>257</sup>.

Quando dizemos “entusiasmo”, nos lembramos das palavras de Kant: “o entusiasmo para com a revolução é signo, [...] de uma disposição moral da humanidade [...] A revolução como espetáculo e não como gesticulação, como palco (foyer) do entusiasmo [sic] para aqueles que a assistem e não como princípio de transtorno para os que dela participam”<sup>258</sup>.

Uma concepção de uma educação baseada nas condições hegemônicas do iluminismo pedagógico rousseariano, ou schereberiano, isto é, das ilusões pedagógicas que pretendem equalizar as diferenças entre os sujeitos, excluem a potência erótica o entusiasmo que dá liga as massas humanas. Da retirada do entusiasmo que dá estofo ao ato de estar vivo no mundo humano, o sistema institucional conduz o sujeito para um vazio subjetivo - desamparo não simboligênico - que, mais uma vez enloquece, quando não mortifica as subjetividades em questão.

## **2.9 Quem são aqueles que organizam as Cirandas de Pedra na cidade de Uberlândia?**

Reconhecemos, quanto à organização municipal da cidade de Uberlândia, como instâncias responsáveis pela rede de atendimento à Infância, as representações de um juiz da Vara da Infância e da Adolescência, dos conselhos tutelares, tais como centros de proteção e referência ao “menor” e à mulher, ou à família, os abrigos municipais ou não-governamentais. É por esses meios que circula o termo “crianças em situação de risco social”, o que designa crianças que estão em todas as espécies de problemas em seus meios familiares, problemas que as levam ao destino de serem acolhidas fora destes âmbitos.

O fenômeno da “situação de risco social” não se organiza apenas na cultura brasileira, ele é registrado mundialmente. “Criança em situação de risco social” guarda consigo uma trama de associações a outros termos, tais como “criança de rua”, “menor carente”, “criança com baixa auto-estima”, “criança em conflito com a lei”,

---

<sup>257</sup> Idib.  
<sup>258</sup> Idib.

“abandonada”, “vítima de violência sexual” ou “vítima da exploração do trabalho infantil”. Também, esses termos aparecem em outras línguas - “street children”, “les enfants trouvés”, “ragazzi de strada”, “ninõs de la calle”. As crianças que por hora, se encontram em qualquer dificuldade, como dificuldades para ler e escrever, ou dificuldades nos convívio com os semelhantes.

As “situações de risco social” são entendidas por situações em que as crianças são expostas a condições familiares que vão desde um desamparo dos pais em relação aos filhos, tal como negligência de cuidados básicos com a alimentação e a higiene dos corpos, passando por mal tratos mais severos como espancamentos e castigos. É chamada “situação de risco social” quando há crianças que pertencem a populações nômades que se encontram habitando de fato as ruas das cidades, e que não podem encontrar recursos mínimos para a sobrevivência social de seus descendentes. Este estado de miserabilidade cria condições de desvalia muito intensas, o que repercute em exclusões significativas de massas populacionais do campo do trabalho e da educação escolar.

Também é considerada “situação de risco social”, quando há crianças, cujos pais possuem alguma forma de sobrevivência por uma remuneração mínima, têm moradia, o mínimo de localidade sedentária dentro das periferias da cidade, mas, por não encontrarem meios de se enlaçarem ao projeto que a escola lhes propõe, por exemplo, estas crianças acabam sendo uma população que sofre de evasão deste meio, encontrando formas de sustentarem sua vida imaginativa em grupos de pares, que se envolvem em atividades que os fazem circular pela cidade, muitas vezes atividades que vão na contra-corrente do fluxo do movimento da própria cidade, fazendo-os se destacarem neste cenário urbano.

O início das práticas sócio-assistencialistas na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, data de 12 anos. Elas começaram impulsionadas pelo próprio movimento federal, pautado na legislação do Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado em 1990. Aqui, consideramos os depoimentos de quatro profissionais que estiveram engajados desde o início dessas práticas nesse município. Os depoimentos foram colhidos por gravação de áudio, com a duração de em média uma hora para a fala de cada profissional. Foram três mulheres e um homem, todos graduados nas profissões – medicina, assistência social e psicologia.

A novidade do ECA como produção discursiva se chocava com os fazeres dos profissionais no início dessas práticas sócio-assistencialistas, produzindo impasses pelos

quais criou-se primeiramente uma impotência de exercício de seus trabalhos. Não se sabia o que fazer ou mesmo com quem iriam lidar. A criança e o adolescente parecem ter surgido nesse momento histórico do ECA, visto que antes os personagens das histórias das infâncias públicas eram chamados por “menores”:

Ninguém sabia fazer nada, ninguém sabia fazer um trabalho. Ninguém que eu digo é ninguém mesmo: ninguém no Brasil sabia fazer. Porque a gente ligava para todos os municípios, ninguém sabia.

Tudo que na verdade parece que se referia à criança e o adolescente, né, que foi naquela época que se criou o ECA também, não foi? Lembra? Não é por aí? Aí, ficou claro assim, o que que era criança e o que que era adolescente. Daí, a gente acabava trabalhando com criança e com adolescente.

O exercício das práticas com o público assim definido – criança e adolescente – acontecia, primeiramente, em um lugar que é descrito como uma espécie de espaço de agregação, depósito de todo tipo de criança ou jovem, um espaço de colhimento do desviante na cena urbana. Portanto, acompanham o movimento do sistema institucional desde a roda dos expostos:

Então, nós estávamos localizados estrategicamente perto da rodoviária. Naquela casa quando você está descendo para a rodoviária à esquerda onde guarda os carros da polícia, ali, naquela garagem, ali, aberta daquele jeito. Então, à noite, era comum correr atrás de criança que fugia... porque lá não tem uma estrutura, a casa não é própria! Não é apropriada pra isso, pra um abrigo...

O imaginário da casa aparece no enunciado seguinte, em que a imagem do abrigo e a imagem da delegacia se inter cruzam no tempo (virtual-imaginário) e no espaço da representação da casa:

Eles alugaram uma casa, perto da rodoviária, grande, onde funciona uma Delegacia de furtos e roubos hoje, acho que é isso que funciona hoje, embaixo, onde guarda lá aquelas **coisas roubadas**... e lá funcionava então, a proposta era funcionar o abrigo para...é... (pausa, hesitação) as crianças que tivessem que ficar retiradas da família... Também o SOS Criança, que era um serviço de telefone, né, de



registro de denúncia, e também era pra funcionar o Conselho Tutelar, mas não tinha..., o Conselho Tutelar o que a gente só sabia era desse nome, né?, e sabia mais ou menos o que eles deveriam fazer, mas não tinha ninguém que fizesse não [...].

As crianças, assim como são as coisas roubadas, ocupam o “lá embaixo” que nos lembra um porão – onde, nas casas mais antigas, era comum se depositava de objetos inúteis e incômodos, como também eram lugares de esconderijos em tempos de guerra. Aqui podemos aproximar esta cena à própria condição de depósito ao qual se servia a roda dos expostos no início da prática de colhimento das crianças na modernidade. Aproximando ainda as associações desse enunciado produzido: as crianças eram coisas retiradas-roubadas das suas famílias.

Então, nós estávamos localizados estrategicamente perto da rodoviária. Naquela casa quando você está descendo para a rodoviária à esquerda onde guarda os carros da polícia, ali, naquela garagem, ali, aberta daquele jeito. Então, à noite, era comum correr atrás de criança que fugia... porque lá não tem uma estrutura, a casa não é própria! Não é apropriada pra isso, pra um abrigo... Nessa casa funcionava um abrigo para crianças de zero a 17 anos e 11 meses. Então, nós abrigávamos bebês, abrigávamos meninos de rua, abrigávamos adolescentes de tudo chegava lá nesse abrigo. [...] É [suspira], a gente ao mesmo tempo em que tinha que des(...), a gente desarmava menino que chegava lá armado, tinha bebê no bercinho lá no fundo que a gente tava abrigando para a Vara da Infância, quando, por exemplo, uma mãe doava o filho pra adoção, a Vara da Infância precisava guardar essa criança até que ela ser encaminhada para a família que iria adotar.

Essa casa é metáfora da qualidade de controle e vigilância aos quais estaria submetido o trabalho social com as infâncias públicas. A polícia aparece no lugar dos olhos que vigiam, e a garagem expressa a qualidade do público atendido. A denúncia de um “crime” cometido pela família em relação às “coisas” é o que justifica a sua retirada do meio familiar e a colocação delas no depósito. A esquadra de guardas eram as “amas-de-leite” desses filhos roubados:

Então, a gente ia, é... nós ficávamos na casa, recebíamos a denúncia, aí, começou a funcionar, a falar do SOS que recebia a denúncia... E também funcionava na casa aquele serviço de..., é... como é que fala? (esquecimento) as pessoas que precisam viajar de um lado para o outro... crianças, MENORES! Que precisam viajar, entrar no ônibus... a gente fazia esse trabalho também, de ir lá, é... pedir o Juizado autorização pra viajar... a gente recebia denúncia [...] Sempre tinha gente na casa. Tinha os guardas, guardas durante o dia, guardas durante a noite. Acho que era isso mesmo...

A Bastilha também servia de prisão para os indesejáveis do Antigo Regime, a Roda dos Expostos serviam como depósito de tantas outras coisas dentre as quais cartas, roupas e crianças abandonadas. A garagem é outra representação do depósito de crianças indesejáveis da cena urbana.

Nas histórias relatadas, aparece outra figuração de casa, onde vão, no momento seguinte da trajetória do trabalho sócio-assistencialista em Uberlândia, ocupar os profissionais e as infâncias públicas:

A gente tinha um local, que era assim, muito bonitinho, mas era terrível! [risos] A casa era excelente assim, muito boa, mas era aquele tipo de imóvel que era extremamente desvalorizado porque havia ficado debaixo do viaduto! A pessoa subia em cima do viaduto e tinha uma visão inteira da casa, quase que por dentro! Então, por exemplo, você tinha casos que... eu não me lembro especificamente dos casos... do pai que espancou uma criança de um ano e quatro meses, a ponto de quebrar a costela e essa coisa toda... e isso não era a primeira vez... Depois de seguidas denúncias, o caso foi encaminhado para o juiz, que retirou essa criança. Então, o pai simplesmente subia no viaduto, armado, dizia que ia invadir, que ia fazer, ficava gritando, e chamando... aí, você tinha chamar a polícia, a polícia chegava, é obvio que o sujeito tinha ido embora, ai, meia hora depois 'tava ele de volta. Então, a criança precisava de certa distância p'ra que você pudesse até trabalhar essa família, e não existia isso! Não tinha como existir! Aí, nesses casos, era necessário sim!.

O viaduto como depósito na cena urbana dos indesejáveis. Aos olhos de todos que passam, mas ninguém pode enxergar! Essa representação da casa aponta para uma publicidade da Infância em dificuldades sociais, mais, ainda, de todo sistema que se ocupa dela. Isso pode ser considerado um exemplo de apartação social, isto é, um processo pelo qual se denomina o outro como ser à parte (apartar é o mesmo que separar gado), o outro é desigual, e além, é não-semelhante.<sup>259</sup> Isso quer também dizer sobre um lugar no campo simbólico e cultural onde é rechaçado toda a cria não querida pela cidade. O olhar público é anônimo, não nomeia o sujeito. Assim como uma “casa aberta” as imagens trazidas do viaduto nos lembram uma cantiga infantil muito popular em todo o Brasil: “Era uma casa muito engraçada, não tinha teto, não tinha nada, ninguém podia entrar nela não porque na casa não tinha chão”<sup>260</sup>.

---

<sup>259</sup> SAWAIA, B. (org) **As artimanhas da exclusão social**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2000.

<sup>260</sup> MORAES, V. **A casa**. Disponível em: < <http://www.casadobruxo.kit.net/poesia/v/casa.htm>>. Acessado em 5 jun. 2006.

No princípio, todas as crianças e jovens iam para esta casa. Assim como não existia distinção entre as crianças e jovens, o CEABE agregava todos os tipos de profissionais, sem uma distinção de função de trabalho, apontando também para uma especularização entre os que cuidam e os que são cuidados. O discurso inflamado denuncia a autoridade que, da forma em que concebem a organização da cidade, não deixa dúvidas de que, aquilo que faz sofrer os profissionais da Rede de Proteção é o mesmo que faz sofrer as crianças e jovens de que eles se ocupam – o abandono:

E dentro do programa que chamava tudo junto CEABE: Centro de Abordagem da Criança e da Adolescência, uma coisa assim, uma coisa mais ou menos assim. Dentro desse CEABE, tinha o abrigo, o SOS Criança, e o Casa Aberta. Só que funcionava tudo junto, num mesmo lugar. A Prefeitura fundou, abriu o programa, mas não deu a estrutura. Não deu profissional, não deu o lugar, não deu nada. Aí, nós já começamos brigando pra separar, então nossa luta foi desde o início.

O tema do abandono dos profissionais aparece em outros recortes, o que sente denunciar uma espécie de autoritarismo dos órgãos públicos, isto é, de um “pai tirânico” que, segundo os profissionais, não se importa com os sujeitos envolvidos, pois, o sistema é que deve funcionar. Percebemos assim que o discurso da orfandade, de onde quer que seja emitido, é o discurso do desamparo, do abandono, isto é, se configura sempre em forma de um pedido de um “pai forte”, ora tirânico ora provedor:

Eu acho sabe que a gente se expôs demais na época aos riscos e nem sabia! Porque a Prefeitura faz isso também, os órgãos públicos criam os serviços, era isso que a gente sempre dizia, criam os serviços, num, num importa! Põe quatro pessoas lá, e diz: ‘existe o abrigo, existe o SOS, vai se formar o Conselho Tutelar. Entendeu?’. Então era isso, né?

Dentre os vários aspectos do tema abandono, identifica-se o abandono sentido pelos próprios profissionais. O “pai forte” aparece também no seguinte enunciado:

Nós tivemos a sorte, que a gente tinha uma perua, uma perua velha, mas a gente tinha... Uma perua, e tínhamos um motorista, que era um ex, é..., - sargento da Polícia Militar, o Hélio. Então, pra gente sair na rua, pra ver as denúncias, e tudo mais, só íamos... com (incisivo) o Hélio. Então, normalmente ia o psicólogo, a assistente social e ele (o superHélio). Ou ia o psicólogo, ele, e uma pessoa do apoio. Nós tínhamos a Jani, que era assim dez, né, dez, uma negrona forte... Então

a gente ia. E a segurança que a gente tinha era porque o Hélio tava junto! Sabe? Eu sentia muito essa confiança!

Esse desejo de proteção de um pai forte não seria então um corpo residual de estilhaços paternos de um rei morto que insiste em sobreviver dentro de campos de micropoderes e microculturas na modernidade?

O próximo recorte vem mostrar um dos impasses dos profissionais, o que se configura numa consciência do abandono que traz tanto a noção de tristeza, de fechamento, como a da melancolia. Assim, esse próximo recorte traz uma outra faceta da dimensão imaginária do abandono para os profissionais:

Eu afastei do abrigo por ter pensamentos diferentes, quando nós vimos as crianças todas sem defesa alguma, e a verba curta para contratar funcionários num ambiente que temos, o que?!, Dezenove funcionários, mas precisávamos de trinta! É, nós vemos que o que se oferece à uma criança dentro do abrigo, é o mínimo possível. É comida, bebida e cama! Não tem condição de se oferecer o carinho, a educação, o suporte emocional, a atenção psicológica, pedagógica. Então, quando você começa a ver tantas falhas, tantas coisas que precisa ter e não se tem por verba curta, que a responsabilidade de, do cuidado dessas crianças seria a Prefeitura, né?.

O abandono produz angústias inomináveis, que remontam a face e o corpo do rei morto, e insiste em se constituir por afetos denegridos de si mesma e de seu trabalho com as crianças. Tais angústias encontram “acolhimento” no discurso, produzindo para si, uma espécie de imersão numa atmosfera de fantasia de ameaça permanente: são os meninos que roubam dentro das instituições, é o município que não tem verba, é a comida que acaba, é o pai ou a mãe de nascimento que invadem a casa para roubar de volta o filho roubado. A situação da profissional se resolve por meio de uma ruptura drástica, o abandono do seu trabalho, o que foi justificado por meio da idéia de miséria das relações amorosas entre os cuidadores e as crianças. Todos esses temas de discursos trágicos (traumáticos) vão tentar aplacar o enunciado: “se deparar com o desamparo alheio é se deparar com o nosso próprio desamparo”.

Primeiro a idéia era atender meninos de rua. Aí, descobrimos que na verdade, não existiam meninos de rua, aqui, em Uberlândia. Na verdade o que existia eram meninos na rua, que eram bem diferentes. Eram crianças que tinham famílias, que tinham vínculos, e que ficava na rua, que podia até dormir na rua por um ou dois dias, mas que sempre retornaram pra família. Não existia aquela criança que estava completamente desligada e que morava na rua. Até hoje eu sei que

isso é uma coisa difícil aqui em Uberlândia. Então a gente começou a trabalhar com essas crianças que estavam na rua. E é um trabalho difícil, porque a princípio, você não tem pra onde encaminhar. É difícil resgatar isso, né?

Em acordo com o discurso proferido pela Rede de Proteção à Infância e à Juventude, são estas crianças que estão nas ruas, que estão fora da escola, que sofrem episódios de abuso sexual. São crianças que experimentaram a “liberdade urbana”, condenada pelo vento livre em suas faces. Por esse cenário entristecido, atravessam episódios freqüentes em um painel tanto quanto reconhecido pela cidade: a mendicância, a prostituição infantil, a delinqüência. O desejo do profissional em resgatar aquilo que foi perdido. Mas não se trata de perder ou ganhar. Trata-se aí de uma negação da condição a que todos os profissionais que se ocupam das infâncias públicas estão submetidos: a rede de proteção da infância e da juventude tem suas raízes históricas nas práticas discursivas e dispositivos coletivos, criados pela cultura moderna como resposta aos problemas que ela mesma criou ao longo dos séculos de revoluções e repressões (opressões) sócio-culturais:

Trata-se de negar a autorização para que esse episódio de ruptura se inscreva no campo da experiência de alguém e para que esse alguém converta em sujeito (autor) de uma determinada experiência. [...] o que se passa é que ela não recebe a autorização para se transformar em experiência em um campo subjetivo relativamente unificado e ramificado, aberto à metabolizações, metaforizações e disseminações.  
261

Assim, a “desautorização” nos revela o esvaziamento de um elemento crucial para o exercício da subjetividade: a autoria e a implicação do sujeito no ato que produz, na capacidade de se reconhecer na sua própria coletividade, na assimilação e simbolização de suas potências criadoras:

[...] o traumático não se residiria apenas no abuso e na violência cometida contra a criança, mas na recusa (por incapacidade ou por má-fé) por parte do mundo adulto em reconhecer e acolher o episódio, que é assim desautorizado. A vítima, portanto, não só é atravessada por afetos intensos, produzidos pelo contato com a ‘língua adulta’, a da paixão sexualizada, e desproporcionais à uma capacidade de assimilação e simbolização, como tem essa experiência afetiva

---

<sup>261</sup> FIGUEIREDO, L. C. **Psicanálise**: elementos para a clínica contemporânea. São Paulo: Escuta. 2003. p. 20.

desmentida e desautorizada pelos adultos, em especial pelo agressor.<sup>262</sup>

Nada nos faz mais lembrar disso do que as palavras de Mannoni:

O mal-estar de que se fala é objetável (na pessoa da criança), [...] A sociedade confere à criança um estatuto, já que a encarrega, À sua revelia, de realizar o fracasso dos pais e mesmo realizar-lhe os sonhos perdidos. As queixas dos pais a respeito de sua descendência nos remetem assim, antes de tudo, à problemática própria do adulto.<sup>263</sup>

No imperativo de se constituir uma situação diferente para tais crianças, as instâncias de atendimento proclamam seu trabalho e o justificam pelo suposto e querido *bem-estar social* da criança e do jovem. *Bem-estar social é o antônimo do risco social*. Promover a atenção e o acolhimento aos jovens em risco social é construir medidas de segurança, colocando as crianças em albergues e em abrigos, e medidas educativas, colocando-as em oficinas de trabalho e em rotinas de trabalho doméstico dentro mesmo dos abrigos, definem as estratégias mais comuns para se tirar estes meninos e meninas das famílias que as colocam em risco ou mesmo das ruas.

O que a gente quis, na verdade, o que se passou pela nossa cabeça foi que se a gente não conseguia trabalhar com aqueles adolescentes, que a gente trabalhasse a questão da prevenção, não chegar a ter esses adolescentes na rua.

No começo, todo mundo muito motivado, achando que ia salvar o mundo, ia salvar os meninos... “Nós vamos salvar esses meninos!”. Depois, você vai vendo que não só depende de você! Que depende de algo muito maior do que a gente, né?! Que é uma vontade política, que é mais do que isso, que é um trabalho de prevenção... lá, na casa deles! E tem uma cultura, né, a cultura, que a grosso modo não entendo muito dessas coisas, assim, mas a cultura que dá pra você perceber é a cultura da vítima, né?! Eles cultuam a vítima, eles são a vítima! A cultura da vítima! Nós somos vitimadores! A sociedade é a grande vitimadora! Então, se justifica também muitas ações! É assim!

Dolto nos diz que em prevenção não há normas, o que há são etapas sucessivas que não podem ser queimadas: “para o inconsciente, não há negativo senão na ausência de palavras, de desejos. O amor ou o ódio se inscrevem sob o mesmo título no

---

<sup>262</sup> Idib.

<sup>263</sup> MANNONI, M. **A criança, sua ‘doença’ e os outros**. Tradução de Mônica Seincman. São Paulo: Via Lettera, 1999. p. 9.

inconsciente, como desejo. É positivo. O único e verdadeiro negativo para inconsciente é a indiferença, a não-percepção”<sup>264</sup>.

E é engraçado, eu to podendo ver isso agora com vc! Eu fazia, eu não sofria! [reticências, silêncio, olhar obtuso]. Eu descobri que eu era muito fria nesse aspecto assim, ou sei lá o que que era, quando eu tive que ir ao IML, né?! o Negrinho, que tinha... bateu a cabeça, né, foi atropelado e bateu a cabeça na beirada da calçada, e morreu na hora, né?! E eu não sofri não! Eu fui lá! Parecia que eu tava indo no açougue! Sei lá onde!

Violentemente, através daquelas imagens, a condição humana de desamparo e miséria da condição humana de existência lhe invadiu sem que ela mesma pudesse se defender. Mas, se defenderia de quê? Dos efeitos da violência sofrida. Tais efeitos são da ordem de um discurso do tipo “eu não sei o que dizer”. Efeitos de uma violência que emudece porque retira os sentidos das palavras, que talvez não seja oriunda de uma potência erótica, a que acolhe e produz expressões criativas, mas é da ordem de uma potência homicida, a que Dolto aponta como diferente da pulsão de morte:

[...] a pulsão de ‘homicídio’ é completamente diferente, é uma pulsão ativa emissiva, ofensiva, que visa, por vezes, até a destruição do outro [...] há pessoas que se suicidam, por exemplo, por falta de alvo se voltam sobre o corpo, lugar do ego, levando o sujeito ao suicídio para não cair na pulsão de morte, sentida como fraqueza. Por ódio deste corpo que, para elas, lhes escaparia; querem guardá-lo para si, narcisicamente, na não-troca com os outros e, para guardá-lo como isso é ambivalente, ao mesmo tempo o guardam para si imaginariamente e agem para destruí-lo, em um desejo de recusar-se ao desejo.<sup>265</sup>

Os afetos que não podem ser sentidos com palavras claras estão sob a tirania de mecanismos que podem ter como irradiador original o mecanismo psíquico da “forclusão”, a que Lacan nos diz ser o mecanismo que rege a estrutura da psicose - o que é rejeitado no simbólico retorna no real<sup>266</sup>. Existiriam assim, “discursos em pedaços”, lembrando Luiz Figueiredo, que denomina como “esquizoidia”: “(...) um dos grandes pólos de constituição das subjetividades em uma sociedade ultra-individualista

---

<sup>264</sup> DOLTO, F. **Dialogando com crianças e adolescentes**. Campinas: Papirus, 1989. p. 93.

<sup>265</sup> DOLTO, F. **Dificuldade de viver: psicanálise e prevenção das neuroses**. Porto Alegre: Artes Médicas. 1988, p. 46.

<sup>266</sup> LACAN, J. **O seminário. Livro 3: as psicoses**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

[...] e isso inclui um modo de gerar e administrar afetos e idéias, estabelecer relações, legitimar padrões de sociabilidade etc.”. <sup>267</sup>

Que condição é essa que a cultura contemporânea cria e se recria, sem levar em consideração a sua própria *cria*? Quem autoriza o fato da realidade de miséria e de violência urbana? E sobre a violência... quando nos encontramos em tempos de Guerra, e essa não exclui o Brasil. Não em tempos de revolução e sim de guerra. É difícil ‘falar sobre a violência, pensar a violência, analisar a violência, compreendê-la. É possível falar sobre ‘casos’, tecer explicações sobre estes casos que nos surpreendem e nos indignam. A violência nos emudece. É o momento do corpo a corpo, da luta, do medo, do horror. A violência tem como característica central a anulação dos discursos, os deixa em pedaços, os coloca em questão. A violência tem origem na quebra de discursos ordenadores de sentidos e de cultura. E a violência sussurra um encontro com o próprio desamparo humano, nesses tempos sombrios e de “difíceis” dizeres, tempos de estilhaços que não se colam em nada, tempos de loucuras que não podem ser acolhidas:

Ninguém falava sobre as famílias... como se não tivesse! A família deles eram eles ali... e a referência deles éramos nós! Assim, em Uberlândia, de uma ajuda era nós.

### **3. O FEMININO COMO PARADIGMA NO ENCONTRO DA CULTURA COM AS MULHERES**

O feminino rompe a cena do Antigo Regime monárquico que dominava o velho mundo. O Canivete de Damians que, contrariamente ao seu desejo consciente, colocou por vez a potência soberana do rei e abriu as fendas das cortinas para novas formas de subjetivações no avento da modernidade.

A passagem histórica de uma cena absolutista para outra cena – a irrupção da modernidade - foi impulsionada pela força promotora da potencialização erótica do feminino na cultura. Damians procurava *livrar* o rei daquilo que ele percebia como impuro, o contato sexual com as mulheres cortesãs. O contato sexual com o feminino do rei fez Damians perceber a dimensão do desejo: não eram as mulheres que seduziam o rei, mais ainda, o rei as desejava na alcova.

---

<sup>267</sup> FIGUEIREDO, L. C. **Psicanálise**: elementos para a clínica contemporânea. São Paulo: Escuta. 2003. p. 44.



Damiens atenta contra o corpo do rei. Paradoxalmente, Damiens não só não livra o rei da impureza feminina, como também o condena a um estado de impotência que beirava o fracasso. No trânsito cênico moderno adventista, o canivete de Damiens recorta em retalhos o corpo soberano do rei, e inaugura uma melancolia masculina. O masculino no Antigo Regime e suas vias de identificação, que até então eram inabaladas, após a tentativa de regicídio, entravam em franca decadência.

Algo sintuoso estaria no ar: desde que abriria as fendas para que a cultura ocidental se importasse com as mulheres que circulavam pela realeza, Damiens enunciava a queda da Bastilha. Isso produziria efeitos entusiasmáticos e convulsivantes, tão mais significativos quanto mais extrapolava a potência feminina em ascensão. As mulheres tomam as ruas atiram fogo nos quatro cantos da cidade.

A potência masculina estilhaçada atirava seus pedaços que colavam nos corpos e nas subjetividades modernos. Na euforia dionisíaca das labaredas comemorando a morte real, as mulheres se declaram diferentes e singulares aos homens. Porém, outros estilhaços do poder paterno insistem em subsistir nas artimanhas modernas enquanto pequenos microcosmos absolutistas acabam por se constituírem nas cenas entusiasmáticas – um deles foi chamado “rodas dos expostos”.

“Mas eis que chega a roda viva e carrega a roseira pra lá. Roda o mundo roda gigante, roda moinho, roda pião, o tempo rodou num instante as voltas do meu coração”.<sup>268</sup>

O corpo feminino diabólico começa a ser representado pela medicina assim como outrora os mitos habitavam o imaginário coletivo. Das mulheres sedutoras e cavalheiros atormentados, das deusas vingativas e das velhas sábias, das bruxas apaixonadas e possessivas, as mulheres ganharam um único véu possível para se representarem: aquele da esposa dedicada e das mãe amorosa.

O movimento higienista tem direta conexão com a modernidade, mas não com a potencialidade revolucionária pela qual foi inaugurada, mas, pelo sua faceta absolutista que se preservou em pequenos estilhaços colados às subjetividades emergentes. Tal faceta tinha assim o projeto de colonizar aquilo que era excessivo e entusiasta. Por isso o ataque à mortalidade infantil, ao mesmo tempo que uma onda asséptica condenam as “velhas” sábias mulheres parteiras e as nutrizas ao mundo sombrio e obscuro das representações médico-higienistas. Tais produções discursivas modernas que extraem

---

<sup>268</sup> BUARQUE, C. **Roda viva**. Disponível em: <<http://meuwebsite.com.br/marciadp/rodaviva.html>>. Acessado em: 5 jun. 2006.

do cotidiano das mulheres as três dimensões da condição humana: o mistério entusiasmático que emana da vida, o enigma da morte, e a confrontação com o sexo. O movimento higienista assim trata de organizar uma fissura no cerne do foyer moderno compulsivo-convulsivo, do lugar do fogo das mulheres.

Determinantes ideológicos vão constituir novas formas de organização dos territórios urbanos: surge a necessidade de educar as famílias e principalmente as suas mulheres (essas poderiam ser foco de várias doenças, até mesmo das doenças mentais). Médicos aliados à essa nova ordem moderna colocam assim, os princípios morais como princípios básicos de saúde. O movimento médico-higienista assim se conjuga com a educação no projeto acirrado de disciplinamento dos corpos. Corpos saudáveis são corpos limpos, educados, sexualmente contidos. A masturbação e as relações sexuais entre os sujeitos serão combatidas porque serão consideradas fonte de (psico)patologia. A razão e os bons-costumes serão a cura do mal (da feminilidade) da cultura moderna.

A sexualidade é uma expressão de rebeldia um contraponto ao disciplinamento dos corpos: portanto, os filhos bastardos da cena moderna serão preocupação constante dos médico-higienistas porque são filhos de um fogo proibido – ou de um desejo entre sujeitos que não comungam de uma aliança matrimonial.

Assim, as crianças abandonadas, que ora eram colocados na Bastilha pelas Cachets autorizadas pelo rei, vão tomar outro destino, e encontram as rodas depositárias de corpos desviantes: nascem as insituições de acolhimento para crianças. E o infanticídio em massa se tornou algo tão sutilmente permitido na cena urbana.

De um lado, tamanho ódio provocado pelas crianças filhas desses “fogos proibidos”. De outro, começa a surgir um novo sentimento na cena moderna: amar as crianças. Isso tem seu avesso na mesma medida: evitar a repulsa que presentificam qualquer que seja a criança.

A criança se torna assim objeto de amor materno. E a origem de Eros fica negada ao isolamento. A ilusão do amor maternal na cultura moderna mascara a simplicidade do ato de viver dos adultos com as crianças em coletividade. A criança cada vez mais pertence à mãe, com quem deve passar o seu tempo dependurados nas tetas de Jocasta: ela se torna objeto de amor obsessivo. O seu avesso, “a criança abandonada” ganha atenção justificada pelos Direitos Humanos que se consolidam no embate urbano.

A aversão de uma cultura moderna que repulsa sua potência erótica. E é sobre as égides de uma espécie de foraclusão do desejo e de um caráter delirante do pai

schereberiano que são construídas as instituições contemporâneas de acolhimento de crianças. Chamamos todas as práticas que enredam o tema da “criança abandonada” de Rede de Proteção da Infância e da Juventude. É nesse meio que surgem os Estatutos que garantiriam a equidade das práticas sócio-assistencialistas para com as infâncias públicas, porém, no trânsito que fizemos pelos abrigos e pela escuta que demos aos profissionais desta rede, vimos que o que a legislação promulga não é o mesmo que acontece na realidade dos corpos dóceis: mais uma vez assistimos ao delírio da palavra autorizada da lei.

A contemporaneidade requer da humanidade a produção de exemplares espertos especialistas, individualistas, robóticos e hegemônicos. Ela demanda o declínio da dimensão enigmática da morte através dos biopoderes, como também o declínio da eficácia simbólica, criando um espaço de vazios subjetivos. Não há lugar para a promessa de vir-a-ser, como também não há lugar para o coletivo, nem para os diferentes.

Se a institucionalização de crianças é uma operação de massificação e homogeneização das subjetividades em constituição, isto é, uma experiência marcante de renúncia da potência criativa produtora das próprias condições de vir a ser sujeito, podemos tomar a noção de feminilidade como paradigma para compreender as formas de construção cultural que excluem a dimensão da singularidade:

[...] a feminilidade é enunciada como uma realidade plural e tem sublinhada sua multiplicidade de perspectivas [...] a pluralidade se declina pela diferença marcante [...] O feminino, portanto, além de se enunciar no plural, caracteriza-se pela marca da diferença que o plasma em sua materialidade. A feminilidade, vale dizer, é *implodida* em sua evidência imediata, demarcando rupturas em uma rede de oposições significativas. Entre a multiplicidade explosiva e o diferencial implosivo, a feminilidade é aquilo que constitui a singularidade propriamente dita [...].<sup>269</sup>

A proposição da feminilidade encontra uma posição no discurso moderno com os dizeres de Neri: “o feminino é apresentado como um ciclo de puro devir, onde a vida e morte, alegria e dor, passado e futuro coexistem”.<sup>270</sup> É o feminino que conjuga a história humana.

---

<sup>269</sup> BIRMAN, J. Diferença, singularidade, pluralidade, BIRMAN, J. (Org). **Feminilidades**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2002, p.8.

<sup>270</sup> NERI, R. **A psicanálise e o feminino**: um horizonte da modernidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 135.

“E o verbo se fez carne, e habitou entre nós”.

(Lucas 1-14)

Feminino, verbo (in)transitivo.

Esta é uma paráfrase do título de um texto da literatura brasileira, de Mário de Andrade. “Amar, verbo Intransitivo”<sup>271</sup>. Nesse texto idílico, Elza é contratada pelo Senhor Souza Costa para executar um serviço bastante reservado e discreto para seu filho Carlos. Fugitiva de um país devastado pela Grande Guerra, chamada apenas por *Fraülein*, Elza está ali para ensinar ao jovem o que é a arte do “amor”.

E por que passamos por essa paráfrase? Por que designamos assim “Feminino: verbo (in)transitivo”?

As irmãzinhas, as menininhas, a mãe protetora, a esposa sem paixão, a professora de piano dedicada, essas figuras estão inscritas no imaginário da obra tanto quanto a prostituta, a esposa hipócrita, a exilada da guerra. Figuras contrastantes e polêmicas, relatadas por um romance da vida privada. Todas as que figuram o sujeito-Mulher. Figura do enigma humano, sempre ali, o feminino é sujeito à interrogar. Medusa. Medéia. Madalena. Maria-Santa. Supermãe. Menina-moça, Continente Negro. Assim foram sendo nomeados, ao longo da História do Ocidente, os sujeitos-femininos, (re)velando-se em identidades de véus inúmeros. Ora como véu da noiva ou da viúva, ora como véu no ventre das odaliscas, ora como véu que recobre seus filhos no colo, nos véus de fadas madrinhas, ou pelos véus dos seus sintomas neuróticos e psicóticos, ou mesmo loucos, os véus de bruxa queimados por seu fardo nas fogueiras.

Nos entremeios de tantos véus, há ao menos um pelo qual nenhum ser humano passa despercebido. Véu que não tem remendo, e por isso mesmo, incide, provoca e persiste. Aquele véu, que faz parte de todos os outros véus, que anuvia, mas mesmo assim, não esconde a “complexa” questão humana: “o que quer uma mulher?”.

Nenhum ser humano passa ileso da interrogação mesma, que é aquela sobre o não-saber sobre o feminino representado na figuras das mulheres. Ao mesmo tempo em que provoca o verbo do “querer”, uma mulher convoca um impasse: o encontro do humano com o feminino.

Verbo (In)transitivo. Partindo do impasse, da intransitividade, um primeiro encontro com a falta e o não-saber sobre o feminino, o ser humano produz uma busca,

---

<sup>271</sup> ANDRADE, M. **Amar, verbo intransitivo**. Editora Itatiaia. 2002.

entra em transe, (in)transitividade e todo seu universo de linguagem vêm como efeito dessa primeira faísca. Só há algum destino simbólico para a pulsão onde se engendre o mínimo de questão sobre o “escolho-abismo” do querer/não-querer de Mulher. Assim, o feminino, nas figuras e homens e mulheres, causa marcas de desejo ao sujeito psíquico.

O acesso ao mundo da linguagem humana para o ser em constituição se dá por vias de transmissão simbólica, o que requer do sujeito a ser humano uma dúvida sobre o que vem a ser aquela que lhe “ensina” o que é o amor: a potência erótica. Por se deparar com o enigma que representa o corpo feminino, por isso ser motor de um equívoco, o ser passa ao humano.

Pelas vias das marcas imaginárias da ausência, o excesso, a desmesura, a voracidade, o feminino (in)trânsito desproporciona o verbo, e o leva além, fazendo-o poemas singulares:

se o significante da feminilidade falta, se a mulher nos confronta com uma coisa diferente do recalcado,, não somos arrastados para um não-interpretável, um território outro, diferente do território do sentido sexual? Um lugar que só o poeta poderia evocar?<sup>272</sup>

Da falta a ser, do ser em falta, do desejo e do querer, das possibilidades que o feminino resguarda... Que este estudo possa ser um convite às mulheres e homens para se deixarem vir-a-ser *foyer* do próprio verbo que lhes engendram.

---

<sup>272</sup> ANDRÉ, S. 1995. apud MANNONI, M. **Elas não sabem o que dizem:** Virgínia Woolf , as mulheres e a psicanálise. Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1999.

## REFERÊNCIAS

ALTOÉ, S. **Infâncias perdidas**: o cotidiano dos internatos-prisão. Rio de Janeiro: Xenon. 1990.

ANDRADE, M. **Amar, verbo intransitivo**. Editora Itatiaia. 2002.

BARROS, F. O. **Do direito ao pai**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

BIRMAN, J. diferença, singularidade, pluralidade. In: BIRMAN, J. (Org). **Feminilidades**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2002.

BUARQUE, C. **Roda viva**. Disponível em:  
<<http://meuwebsite.com.br/marciadp/rodaviva.html>>. Acessado em: 5 jun. 2006.

DOLTO, F. **Dificuldade de viver**: psicanálise e prevenção das neuroses. Porto Alegre: Artes Médicas. 1988.

DOLTO, F. **Destinos de crianças**: adoção, famílias de acolhimento, trabalho social. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

DOLTO, F. **Dialogando com crianças e adolescentes**. Campinas: Papirus, 1989.

DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Tradução de: M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal. 1980.

FIGUEIREDO, L. C. **Psicanálise**: elementos para a clínica contemporânea. São Paulo: Escuta. 2003. p. 20.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Disponível em:  
<<http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/>>. Acesso em: 4 jun. 2006.

FOUCAULT, M. **O que é o iluminismo**. Disponível em:  
<<http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/iluminismo.html>>. Acesso em: 3 mar. 2006.

FRANSEN, D. **A revolução francesa**. Disponível em:  
<[http://www.nethistoria.com/index.php?pagina=ver\\_texto&titulo\\_id=317](http://www.nethistoria.com/index.php?pagina=ver_texto&titulo_id=317)>. Acesso em:  
3 mar. 2006.

HRDY, S. **Mãe Natureza**: uma visão feminina da evolução: maternidade, filhos e seleção natural. Rio de Janeiro: Campus. 2001.

KEHL, M. R. **Deslocamentos do feminino**: a mulher freudiana na passagem para a modernidade. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

KEHL, M. R. **Sobre ética e psicanálise**. São Paulo: Companhia das Letras. 2002.

LACAN, J. **O seminário, livro 20**: mais ainda. Tradução de: M. D. Magno. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

LE BRUN, F. La famille n'est plus ce qu'elle était. **L' Histoire**. n. 262, fev. 2002.

MANNONI, M. **A criança, sua 'doença' e os outros**. Tradução de Mônica Seincman. São Paulo: Via Lettera, 1999. p. 9.

MANNONI, M. **Amor, ódio, separação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

MANNONI, M. **Educação impossível**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

MERISSE, A. Origens das instituições de atendimento à criança: o caso das creches. In: MERISSE, A. (et all) **Lugares da infância**: reflexões sobre a história da criança na fábrica creche e orfanato. São Paulo: Arte e ciência, 1997.

MINNICELLI, M. **Infâncias públicas: no hay derecho**. Buenos Aires: Centro de Publicaciones Educativas y Material Didático, 2004.

MORAES, V. **A casa**. Disponível em:  
<<http://www.casadobruxo.kit.net/oesia/v/casa.htm>>. Acessado em 5 jun. 2006.

NERI, R. O encontro da psicanálise com o feminino: singularidade/diferença. In: BIRMAN, J. (Org). **Feminilidades**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2002.

NERI, R. **A psicanálise e o feminino**: um horizonte da modernidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

NUNES, S. O feminino e seus destinos: maternidade, enigma e feminilidade. In: BIRMAN, J. (Org). **Feminilidades**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2002.

RIBEIRO, F. **História da Revolução Francesa: 1789-1799**. Disponível em:  
<[http://geocities.yahoo.com.br/revistacriacao2001/historia\\_francesa.htm](http://geocities.yahoo.com.br/revistacriacao2001/historia_francesa.htm)>. Acesso em: 3 mar. 2006.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SAWAIA, B. (org) **As artimanhas da exclusão social**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2000.

SCHILLING, V. **A bastilha**. Disponível em:  
<[http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/rev\\_francesa4.htm](http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/rev_francesa4.htm)>. Acesso em: 3 mar. 2006.



SILVA FILHO, J. F. A medicina, a psiquiatria e a doença mental. In: TUNDIS, S. A.; COSTA, N. R. **Cidadania e Loucura**: políticas de saúde mental no Brasil. Petrópolis: Vozes. 1987.

WIKIPEDIA. **François Robert Damiens**. Disponível em:  
<[http://fr.wikipedia.org/wiki/Robert\\_Fran%C3%A7ois\\_Damiens](http://fr.wikipedia.org/wiki/Robert_Fran%C3%A7ois_Damiens)> Acesso em: 3 de março de 2006.

WIKIPEDIA. **Catarina**. Disponível em:  
<[http://pt.wikipedia.org/wiki/Catarina\\_a\\_Grande](http://pt.wikipedia.org/wiki/Catarina_a_Grande)>. Acesso em: 5 mai. 2006.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)